



**AGÊNCIA NACIONAL DE  
TRANSPORTES TERRESTRES**

**RELATÓRIO ANUAL 2010**

**AGÊNCIA NACIONAL DE  
TRANSPORTES TERRESTRES**

**RELATÓRIO ANUAL 2010**

Catalogação na Fonte

Centro de Documentação - CEDOC

A636r                    Agência Nacional de Transportes Terrestres (Brasil).

Relatório Anual 2010 / Agência Nacional de Transportes Terrestres ,  
ano 9, n.º 05: ANTT, 2011.

X p.: il.

1. Administração Pública. 2. Agência Reguladora. 3. Relatório. 4. ANTT. 5.  
Brasil. I. Título.

CDU - 658

# **RELATÓRIO ANUAL ANTT 2010**

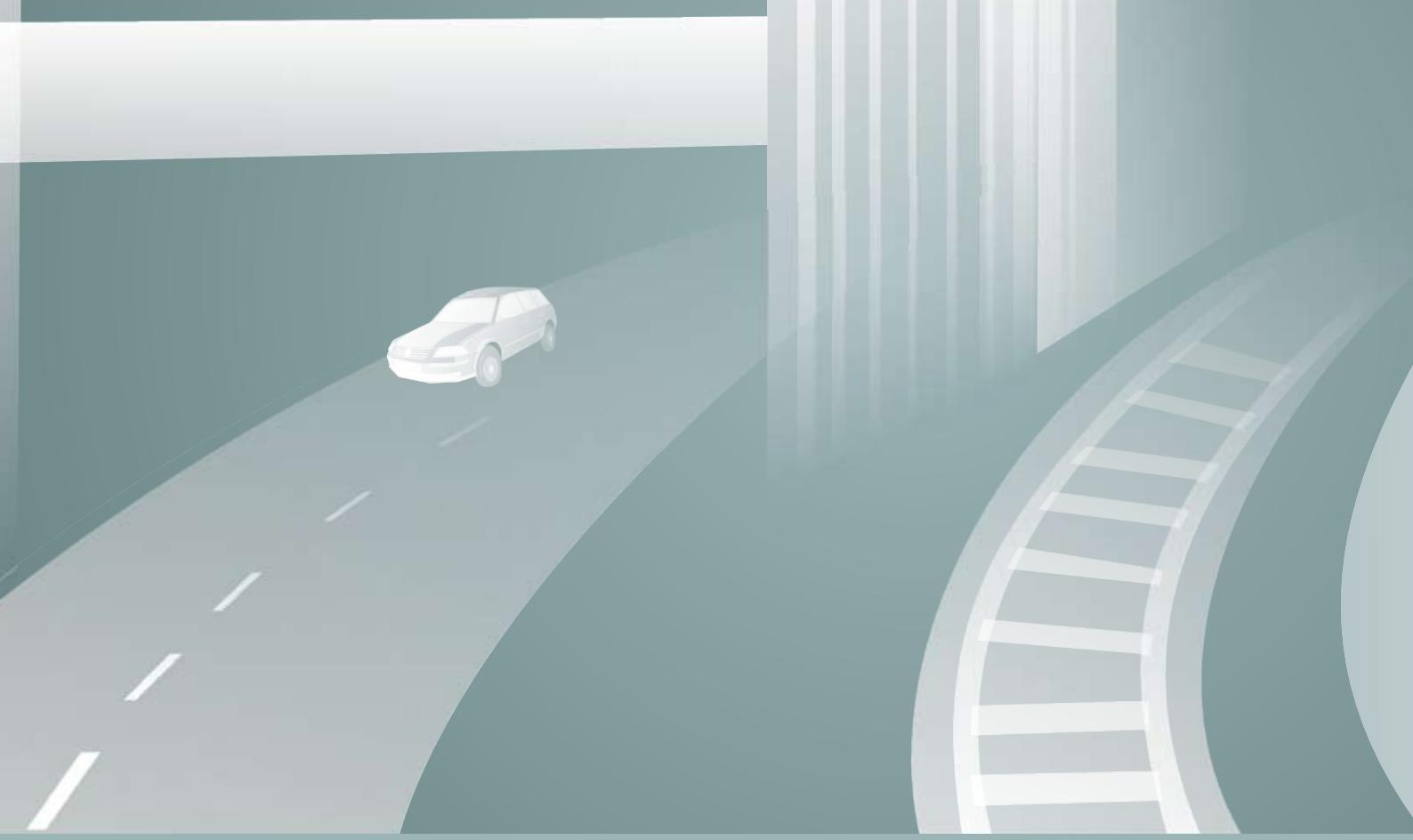


# MISSÃO

Assegurar aos usuários  
adequada prestação de  
serviços de transporte  
terrestre e exploração de  
infraestrutura rodoviária e  
ferroviária outorgada.



# MENSAGEM DA DIRETORIA



**A**o lado de buscar a realização de sua missão institucional, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), deu início em 2010 a novos focos de atuação em sua área de competência. Internamente deu continuidade a sua Gestão Estratégica com a execução dos projetos estruturantes destinados a lhe dar maior visibilidade e transparência de suas ações.

O processo de melhoria da gestão, consolidando o modelo de gestão para resultados, prosseguiu com a definição e redesenho de processos prioritários de trabalho, buscando o alinhamento entre estrutura, pessoas e processos de trabalho. Dentre os principais resultados obtidos, estão a implantação do sítio GesANTT – Gestão Estratégica da ANTT, <http://gesantt.antt.gov.br>, acessível também à sociedade, bem como o início da estruturação do Escritório de Projetos e Processos, unidade que será responsável pelo acompanhamento dos projetos estruturantes e processos prioritários de trabalho da Agência.

Novos passos foram dados para a implantação do ProPassBrasil, programa inédito voltado para a realização de licitação para o transporte de passageiros interestadual e internacional, além das linhas de curta distância, mas também de caráter interestadual. Com a medida, milhões de usuários dessas linhas contarão com melhor atendimento nos quesitos segurança e conforto.

Contratação de pesquisa de âmbito nacional e de grande complexidade trouxe uma fotografia atualizada das empresas do setor e serviu de base para a elaboração do Plano de Outorga e Projetos Básicos dos serviços operados por ônibus do tipo rodoviário.

Durante o ano de 2010 a ANTT deu andamento aos procedimentos para a transferência sob a forma de concessão das rodovias federais BR-40 (trecho Brasília/DF-Juiz de Fora/MG), BR-381, em Minas Gerais, BR-116 (trecho localizado no território mineiro, entre as divisas com os estados do Rio de Janeiro e Bahia) e BR-101, no Espírito Santo.

Em relação ao Transporte Terrestre de Produtos Perigosos houve atualização do regulamento para a movimentação desse tipo de carga, conforme prescrições contidas em regulamento da ONU.

Tiveram início também os procedimentos para a definição de um novo marco regulatório da malha ferroviária nacional, com o objetivo de incrementar a concorrência entre as concessionárias que administram as linhas que compunham a antiga Rede Ferroviária Federal. Busca-se, com as mudanças em curso, garantir aos usuários do transporte ferroviário o direito de ter preços competitivos e garantia do serviço para escoamento de suas cargas. Assim, estão expostas, em linhas gerais, as ações desenvolvidas pela ANTT durante o ano de 2010.

# SUMÁRIO



## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 10



## GESTÃO ESTRATÉGICA 12



## CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 18



## CONCESSÕES FERROVIÁRIAS 30



## TRANSPORTE DE CARGA 42



## TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS 56



## **FISCALIZAÇÃO** 82



## **ESTUDOS E PESQUISAS** 90



## **MARCOS REGULATÓRIOS** 96



## **ACORDOS INTERNACIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS** 118



## **GESTÃO ORGANIZACIONAL** 126



## **RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE** 136



## **ÉTICA E CONTROLE** 150

# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



**DIRETORIA COLEGIADA****DIRETOR-GERAL**

Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira

**DIRETORES**

Ivo Borges de Lima

Jorge Luiz Macedo Bastos

Wagner de Carvalho Garcia

Mario Rodrigues Junior

**ÓRGÃOS LIGADOS À DIRETORIA-GERAL**

Procuradoria Geral

Corregedoria

Ouvidoria

Auditória Interna

Secretaria-Geral

Gabinete do Diretor:

- Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
- Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar - ASPAR
- Centro de Documentação - CEDOC
- Coordenadoria Especial de Processamento de Autos de Infração e Apoio às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - COESP

**SUPERINTENDÊNCIAS**

Superintendência de Estudos e Pesquisas - SUEPE

Superintendência Executiva - SUXE

Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF

Superintendência de Fiscalização - SUFIS

Superintendência de Gestão - SUDEG

Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG

Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas - SUCAR

Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS

**UNIDADES REGIONAIS****UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ**

Endereço: Av. Marechal Câmara, nº 167, 11º andar - Ed. Le Bourget - Castelo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20020-80

**UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP**

Endereço: Av. Paulista, 37, Edifício Centro Cultural Paulista, 8º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01311-902

**UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG**

Endereço: Av. Cristóvão Colombo, nº 485, 14º andar - Bairro Funcionários - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140-140

**UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS**

Endereço: Rua João Guimarães, 285 - Bairro Santa Cecília - Porto Alegre - RS - CEP: 90630-170

**UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ - URCE**

Endereço: Av. Luciano Carneiro, nº 2255-A, térreo - Vila União - Fortaleza - CE - CEP: 60410-691

**UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO - URMA**

Endereço: Rua 9, nº 10 - Bairro Vinhais - São Luiz - MA - CEP: 65071-110

**UNIDADE REGIONAL DA BAHIA - URBA**

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1632 - Ed. Salvador Trade Center - Torre Norte - sala 611 - Caminho das Árvores  
Salvador - BA - CEP: 41820-020



# *Gestão Estratégica*

## ANTT





## Gestão Estratégica ANTT

O Processo de Gestão Estratégica da Agência Nacional de Transportes Terrestres foi concebido com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e racionalizar o uso dos recursos disponíveis para melhor atender às demandas da sociedade. Dessa forma, ações foram idealizadas e visam a alcançar a missão da ANTT de “assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transporte terrestre e exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária outorgada”.

Durante o ano de 2010, a Agência executou os projetos e atividades necessários para implantar o Planejamento Estratégico Corporativo aprovado para o quadriênio 2009-2012. Como forma de validação dos trabalhos foram realizados três eventos relativos à gestão estratégica.

Foi realizado o 2º Ciclo de Avaliação Estratégica, que mensurou o desempenho dos indicadores no primeiro trimestre de 2010 e validou ainda sua consistência e conteúdo, e o II Seminário Anual de Planejamento Estratégico, onde foram apresentados os resultados dos indicadores de desempenho, o andamento dos projetos estruturantes durante o segundo trimestre e o desenvolvimento do sítio eletrônico GesANTT. Ainda em 2010 foi realizado o 4º Ciclo de Avaliação Estratégica que avaliou e divulgou os resultados obtidos no terceiro trimestre do ano e lançou o Sistema de Acompanhamento da Gestão Estratégica.

A Agência criou o sítio eletrônico GesANTT com o objetivo de dar publicidade às etapas e desdobramentos do planejamento estratégico. O endereço (<http://gesantt.antt.gov.br>) divulga ao público externo as informações relativas às estratégias da ANTT, como o mapa estratégico, os projetos estruturantes e não-estruturantes, os indicadores de desempenho e o panorama da gestão.

É relevante salientar que a ANTT iniciou a implantação do Sistema de Acompanhamento da Gestão Estratégica, ferramenta digital baseada nas metodologias de gestão matricial de resultados e Balanced Scorecard (BSC). O sistema apoiará a Agência no monitoramento das metas estabelecidas para os objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, projetos estratégicos, processos organizacionais prioritários, além de demonstrar a articulação das unidades organizacionais no desenvolvimento das ações estratégicas.

Esse acompanhamento viabiliza-se pela capacidade de consolidar e mensurar informações, uma vez que dispõem de dados como prazos estipulados, prazos vencidos e os resultados alcançados. A divulgação dessas informações acaba por gerar maior comprometimento dos agentes envolvidos em atingir suas metas conforme as datas previstas.

Em 2010 os objetivos estratégicos atingiram 66% das metas previstas em suas ações, o que representa 47% de melhora em relação à taxa alcançada em 2009. Esses números indicam que a gestão estratégica da ANTT situa-se em um nível de maturação satisfatório, considerando que entre o início de sua implantação até a data atual transcorreu-se pouco mais de um ano.

### **INDICADORES DE DESEMPENHO**

Os indicadores de desempenho da Gestão Estratégica da ANTT, que mensuram trimestralmente os principais serviços e produtos associados ao alcance dos objetivos estratégicos, têm se consolidado, demonstrando capacidade de contribuir para a tomada de decisão dos gestores da Agência.

Após o 4º Ciclo de Avaliação da Gestão Estratégica, realizado em dezembro de 2010, 63% dos indicadores haviam alcançado ou superado as metas estabelecidas no respectivo período. Esse número representa 46% de melhora em relação à mesma mensuração em 2009.

Para se chegar a esse resultado realizaram-se melhorias na forma de cálculo de três indicadores, exclusão de outros três índices que não contribuíam para tomada de decisão e ajuste de quatro indicadores para apenas dois, conservando os aspectos de utilidade originalmente existentes. Observa-se um incremento na qualidade dos procedimentos de mensuração de resultados dos trabalhos realizados pelas áreas da ANTT.

### **PROGRAMAS ESTRUTURANTES**

Para impulsionar a consecução dos objetivos estratégicos, as Superintendências de Processos Organizacionais identificaram a partir do Planejamento Estratégico Corporativo 2009-2012 um conjunto de Programas com o propósito de transformar métodos e técnicas de trabalho, além de serem capazes de gerar resultados relevantes. Esses Programas, compostos por projetos estruturantes, são acompanhados e avaliados pela gestão estratégica.

Dentre os projetos estruturantes que tiveram seus planos de ação concluídos no período, citam-se o “Desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas e procedimentos para gestão e controle dos serviços de transporte de passageiros” e a “Implantação da gestão estratégica”, “Aprimoramento dos sistemas de Ouvidoria e implantação do Call Center da ANTT”, “Implantação do Cartão-Frete”, “Atendimento a demandas do setor regulado do transporte de produtos perigosos - Prescrições para o transporte de Embalagens Vazias e Não-Limpas que contiveram produtos perigosos”.

Além disso, nota-se que a maioria dos projetos estruturantes desenvolve suas ações dentro do cronograma previsto.



# MAPA ESTRATÉGICO

Mapa estratégico para la transformación digital

## **RELAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES EM ANDAMENTO EM 2010**

1	<b>Aperfeiçoamento de Marcos Regulatórios</b>
1.1	Aperfeiçoamento da Regulação do Vale-Pedágio
1.2	Aperfeiçoamento da Regulação do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos
1.3	Revisão do Modelo de Concessões para a malha ferroviária da RFFSA
1.4	Definição de Alternativas Regulatórias para Defesa do Usuário de Concessões Ferroviárias
1.5	Desenvolvimento de Metodologia e Instrumento para Análise de Custos Ferroviários
1.6	Metodologia de Revisão dos Contratos de Concessões de Rodovias
1.7	Padronização dos Processos de Outorga de Concessões Rodoviárias
1.8	Revisão dos Marcos Regulatórios

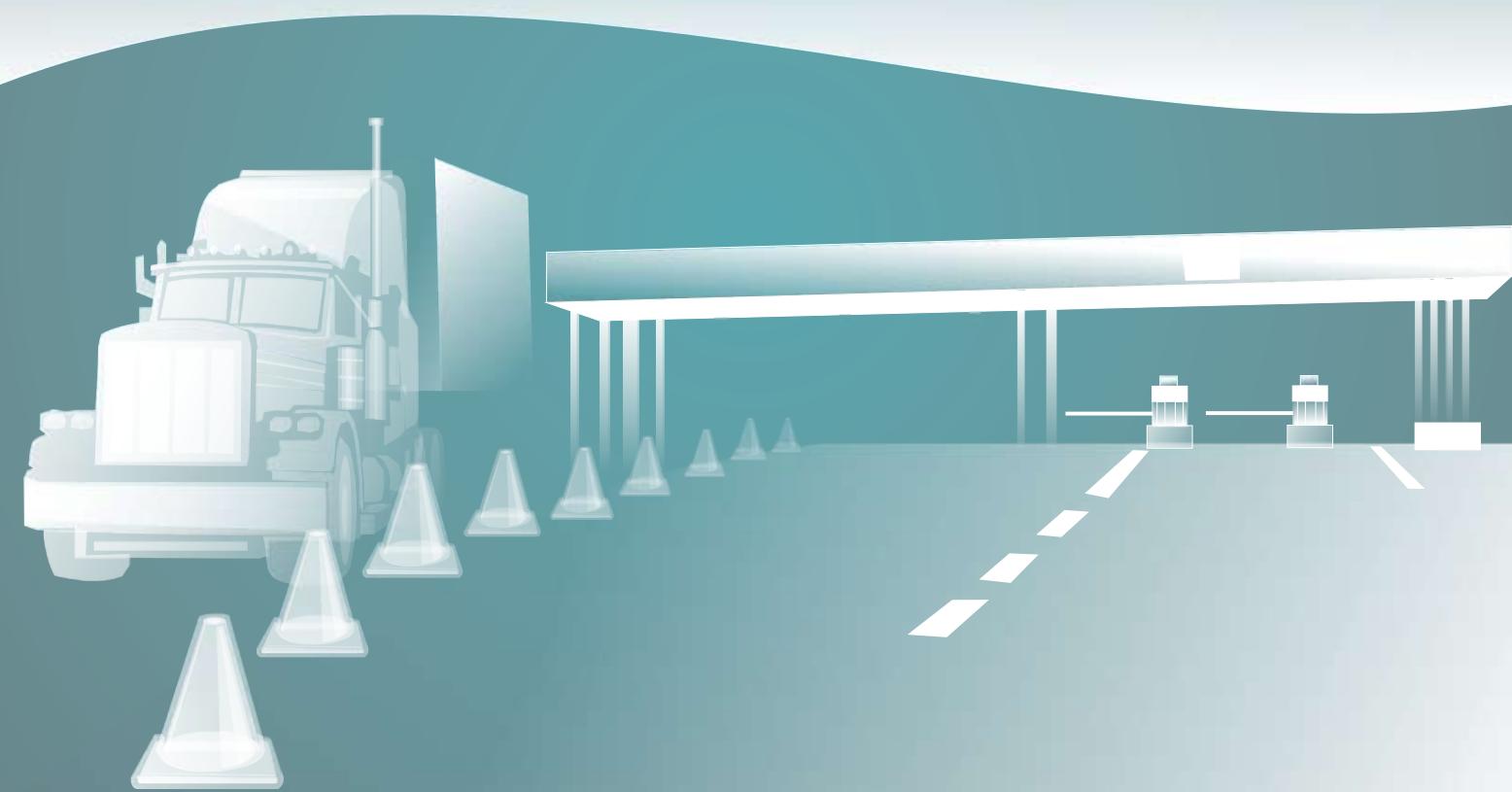
2	<b>Aperfeiçoamento Operacional da ANTT</b>
2.1	Fortalecimento da Análise Regulatória e do Acompanhamento de Obras em Outorgas Ferroviárias
2.2	Fortalecimento da Fiscalização das Concessões Rodoviárias
2.3	Fortalecimento do Gerenciamento do Sistema de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
2.4	Automação do Processamento de Autos de Infração
2.5	Modelo de Gestão da Informação e Conhecimento (MGIC/ANTT)
2.6	Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário
2.7	Aprimoramento da Ferramenta SISLOG para Análise de Projetos de Transporte
2.8	Aperfeiçoamento das Ações de Fiscalização
2.9	Desenvolvimento e Implantação de Metodologia para Análise do Impacto Regulatório
2.10	Aprimoramento de Modelos de Análise de Desempenho de Concessionárias

<b>3</b>	<b>Programa ANTT Amigável</b>
3.1	Realização da Pesquisa de Satisfação dos Usuários
3.2	Desenvolvimento da Política de Comunicação da ANTT
3.3	Reestruturação do Site e Intranet da ANTT
3.4	Implantação do Módulo de Informação ao Usuário
3.5	Aprimoramento dos Sistemas de Ouvidoria e Implantação do Call Center da ANTT
3.6	Aperfeiçoamento da Comunicação Interna

<b>4</b>	<b>Programa de Melhoria da Gestão – PROMEG</b>
4.1	Implantação da Gestão Estratégica
4.2	Reestruturação Organizacional da ANTT
4.3	Fortalecimento Organizacional
4.4	Implantação do Projeto Gestão Sustentável
4.5	Desenvolvimento de Talentos
4.6	Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação
4.7	Aparelhamento Operacional da ANTT

<b>5</b>	<b>Programa Projetos de Grande Impacto</b>
5.1	Implantação do Trem De Alta Velocidade - TAV
5.2	Implantação da 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias
5.3	Implantação da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – PROPASS Brasil
5.4	Implantação do Cartão-Frete
5.5	Desenvolvimento do Modelo de Concessão para a malha ferroviária da VALEC

# CONCESSÕES RODOVIÁRIAS



As concessões administradas hoje, diretamente pela ANTT, conforme o quadro abaixo são as seguintes: Concessões atuais - constituídas de trechos de rodovias já concedidos à iniciativa privada, numa extensão de 4763,8 km. São 14 (quatorze) concessões, das quais 5 (cinco) foram contratadas pelo Ministério dos Transportes, entre 1994 e 1997, e 1 (uma) pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1998, com posterior Convênio de Delegação das Rodovias denunciado e o contrato sub-rogado à União em 2000 , 7 (sete) concessões referentes à segunda fase I e 1 (uma) concessão referente à segunda fase II.

<b>Concessionária</b>	<b>Rodovia</b>	<b>Trecho</b>	<b>Extensão (km)</b>
NOVADUTRA	BR-116/RJ/SP	Rio de Janeiro - São Paulo	402,0
PONTE	BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói	13,2
CONCER	BR-040/MG/RJ	Rio de Janeiro - Juiz de Fora	179,9
CRT	BR-116/RJ	Rio de Janeiro – Teresópolis – Além Paraíba	142,5
CONCEPA	BR-290/RS	Osório - Porto Alegre	121,0
ECOSUL	BR-116/293/392/RS	Pólo de Pelotas	623,8
AUTOPISTA PLANALTO SUL	BR-116/PR/SC	Curitiba – Div. SC/RS	412,7
AUTOPISTA LITORAL SUL	BR-116/PR - BR-376/PR - BR 101/SC	Curitiba – Florianópolis	382,3
AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT	BR-116/SP/PR	São Paulo – Curitiba (Régis Bitencourt)	401,6
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	BR-381/MG/SP	Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias)	562,1
AUTOPISTA FLUMINENSE	BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói – Div.RJ/ES	320,1
TRANSBRASILIANA	BR-153/SP	Div.MG/SP – Div. SP/PR	321,6
RODOVIA DO AÇO	BR-393/RJ	Div. MG/RJ - Entr.BR-116 (Dutra)	200,4
VIABAHIA	BR – 116/324 BA	BR – 116 – Feira de Santana BR – 324 – Salvador – Feira BR – 526 / BR – 324 / BA – 528 BA – 528 / BA – 526 / Aratu	680,6
<b>TOTAL</b>		<b>14 TRECHOS</b>	<b>4.763,8</b>

No ano de 2010, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, executou diversas atividades no âmbito da exploração da infraestrutura rodoviária, sob a responsabilidade da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF. Dentre elas destacam-se:

- Início da cobrança de pedágio na praça P1, em Mairiporã/SP, da rodovia Fernão Dias (BR-381/SP/MG);
- Início da cobrança nas praças de pedágio das BR-116/324-BA;
- Acompanhamento das fases de Recuperação e Conservação na concessão das rodovias BR-116/324, no Estado da Bahia.

Além disso, foram elaborados e aprovados:

- o Plano Anual de Fiscalização de 2010;
- o Plano Permanente de Providências da SUINF, e;
- o Plano de Gestão da SUINF.

Estes planos contemplam a padronização de procedimentos e documentos, o planejamento anual das ações de fiscalização, o aprimoramento do Manual de Fiscalização, o controle dos documentos e dos processos de penalidades.

### **ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE TRECHOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS CONCEDIDOS**

No ano de 2010, a ANTT executou diversas atividades no âmbito da fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária, abrangendo os 14 lotes rodoviários federais concedidos.

Para a fiscalização dos serviços executados pelas concessionárias, consideram-se os Relatórios Técnico-Operacionais de Físico-Financeiros – RETOFFs, os relatórios de monitoração dos diversos elementos da rodovia, apresentados pelas Concessionárias, bem como os relatórios mensais elaborados pelas Unidades Regionais e as inspeções realizadas nas rodovias.

Ao longo do ano de 2010, foram analisados os RETOFFs apresentados pelas concessionárias, e os Relatórios Mensais de Fiscalização encaminhados pelas Unidades Regionais da ANTT. Foram recebidos, ainda, os Relatórios de Monitoração de todas as rodovias.

### **FISCALIZAÇÃO DO PRIMEIRO E SEGUNDO LOTES DE CONCESSÃO**

Além das rodovias do primeiro lote de concessões, a ANTT fiscalizou os serviços executados ao final da Fase de Trabalhos Iniciais e início das Fases de Recuperação e Conservação das rodovias federais concedidas do segundo lote com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas nos contratos de concessão,

pelas equipes de fiscalização, compostas por servidores lotados nos respectivos Postos de Fiscalização e Unidades Regionais

### **Fiscalização do segundo lote – TRABALHOS INICIAIS**

Como nem todas as praças de pedágio já haviam sido implantadas até o final do ano de 2009, durante a fase de trabalhos iniciais, foram realizadas vistorias específicas à medida que as demais praças de pedágio das respectivas concessões se encontravam aptas à operação, desde que atendidos os demais pré-requisitos contratuais, com a finalidade de dar início à cobrança da tarifa de pedágio. Assim, foram autorizadas a iniciar a cobrança da tarifa de pedágio as seguintes concessionárias e respectivas praças de pedágio.

a) Autopista Fernão Dias:

- Praça de Pedágio P1, no município de Mairiporã, em 09 de setembro de 2010;

b) VIABAHIA:

- Praça de Pedágio P2, no município de Amélia Rodrigues, em 28 de dezembro de 2010;
- Praça de Pedágio P3, no município de Rafael Jambeiro, em 07 de dezembro de 2010;
- Praça de Pedágio P4, no município de Brejões (N) – Nova Itarana (S), em 07 de dezembro de 2010;
- Praça de Pedágio P5, no município de Jequié, em 07 de dezembro de 2010;
- Praça de Pedágio P6, no município de Planalto, em 07 de dezembro de 2010;
- Praça de Pedágio P7, no município de Vitória da Conquista, em 07 de dezembro de 2010.

### **Resultados das atividades de fiscalização**

Como resultados das atividades da Fiscalização foram emitidos 4815 (quatro mil oitocentos e quinze) Termos de Registro de Ocorrência – TROs, que são avisos de inadequações com prazo de correção previsto em dispositivo regulatório, sendo 758 (setecentos e cinquenta e oito) emitidos pela URRS, 131 (cento e trinta e um) emitidos pela URBA, 1823 (mil oitocentos e vinte e três) emitidos pela URSP, 1545 (mil quinhentos e quarenta e cinco) emitidos pela URRJ e 558 (quinhentos e cinquenta e oito) emitidos pela URMG.

No mesmo exercício foram lavrados 51 (cinquenta e um) Autos de Infração – AIs e 5 (cinco) Notificações de Infração – NIs, todos relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias ou inconformidades nos relatórios de monitoração, os quais originaram a abertura de 56 (cinquenta e seis) Processos Administrativos Simplificados para apuração de infração e aplicação de penalidades por descumprimento contratual.

### **Uso e ocupação da faixa de domínio**

Durante todo o ano de 2010, foram emitidas 105 (cento e cinco) autorizações de uso e ocupação das faixas de domínio pela ANTT, sendo 45 (quarenta e cinco) Deliberações da Diretoria e 60 (sessenta) Portarias da SUINF. Verificou-se uma diminuição na emissão de autorizações, de aproximadamente 10%, em comparação às 116 (cento e dezesseis) autorizações emitidas em 2009. Entretanto, no ano anterior, as autorizações se davam única e exclusivamente por meio de Deliberações da Diretoria. A partir da Deliberação n.º 157/2010, de 12/05/2010, publicada no Diário Oficial da União em 18/05/2010, a SUINF passou a autorizar o uso e ocupação das faixas de domínio, tendo em vista a delegação dessa competência, que antes era da Diretoria.

Do total em 2010, apenas 01 (uma) Deliberação e 06 (seis) Portarias concederam novo prazo para conclusão de obras, sendo as outras 98 (noventa e oito) relativas a novas autorizações.

### **Fiscalização do programa de seguro das concessionárias rodoviárias**

Foi efetuada análise e fiscalização dos seguros e garantias, referentes ao ano de 2009-2010, das quatorze concessionárias de rodovias federais, objetivando avaliar a adequação dos programas apresentados pelas concessionárias com o exigido pelos Contratos de Concessão.

### **Novas concessões**

#### a) CONCESSÕES MINEIRAS

Durante o ano de 2010, a ANTT respondeu a diversas diligências do TCU sobre os estudos das BR-040 e BR-116 e encaminhou complementações, visando sanar dúvidas e incorreções apontadas pelo Tribunal e atender aos Acórdãos nº 682/2010-TCU-Plenário e nº 683/2010-TCU-Plenário.

#### b) CONCESSÃO DA BR-101/ES/BA

Em 2010, a ANTT submeteu a audiências públicas os estudos de viabilidade para concessão da rodovia BR-101/ES/BA, da div. RJ/ES até o entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri-BA), e as minutas de edital e contrato do projeto de concessão. No mesmo ano, a Agência enviou o Plano de Outorga do trecho rodoviário para análise e aprovação do Ministério dos Transportes

### **Gestão dos contratos de exploração das rodovias concedidas**

#### a) ANÁLISE DAS INEXECUÇÕES EM 2010

Foram concluídas as análises das inexecuções das 13 (treze) Concessionárias de Rodovias Federais em relação às obrigações estabelecidas nos Programas de Exploração das Rodovias – PER ou no Programa de Exploração da Ponte – PEP, durante o ano de 2010.

#### b) REVISÃO DOS PROGRAMAS DE EXPLORAÇÃO

No ano de 2010 foram apresentadas à ANTT as alterações propostas para a Revisão do PER e PEP. O resultado foi a publicação de 14 (quatorze) resoluções, sendo 13 (treze) referentes a revisão tarifária e uma sobre o início da cobrança de tarifa bidirecional das Praças de Pedágio de Parateí Norte e Parateí Sul da Concessão da rodovia BR-116/RJ/SP.

#### c) ACOMPANHAMENTO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS

A verificação do cumprimento das obrigações contratuais e dos cronogramas físico-financeiros das Concessionárias foi realizada por meio do acompanhamento da execução de obras e serviços estabelecidos nos planejamentos mensais relativos ao ano de 2010. Também foram levados em consideração os Relatórios Técnico-Operacionais e Físico-Financeiros, as informações encaminhadas pelas Unidades Regionais, pelos Postos de Fiscalização e pela Gerência de Fiscalização, além daquelas obtidas nas inspeções realizadas ao longo das rodovias.

#### d) ANÁLISE DE PROJETOS EXECUTIVOS

Durante o ano de 2010, foram gerados 474 (quatrocentos e setenta e quatro) Relatórios de Análise de Projetos no período de janeiro a dezembro, dentre os quais, foram emitidos 370 (trezentos e setenta) pareceres técnicos favoráveis aos projetos executivos de obras de infraestrutura em análise, o que corresponde a um aumento de 230% em relação ao ano anterior.

O investimento aprovado durante esse período ultrapassa o valor de R\$ 432.888.809,29 (a preços atuais), tendo em vista que algumas obras têm valor global e não foram consideradas no cômputo do valor do investimento.

#### e) ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PLANEJAMENTOS ANUAIS

O Planejamento Anual tem por objetivo a definição de um programa de obras e serviços a serem executados e acompanhados pelas equipes de fiscalização e de gestão dos Contratos de Concessão. Foram analisadas as propostas de Planejamento Anual apresentadas pelas Concessionárias para o ano de 2010. Após os esclarecimentos fornecidos pelas Concessionárias e após as correções realizadas, as referidas propostas foram aceitas pela ANTT.

f) DECRETOS EXPROPRIATÓRIOS

No ano de 2010, foram encaminhadas ao Ministério dos Transportes 25 (vinte e cinco) propostas de Declaração de Utilidade Pública, referentes a imóveis necessários à execução de obras nas Rodovias Federais Concedidas. Tais propostas visam à edição de Decretos pelo Presidente da República. Além disso, durante o mesmo período, 26 (vinte e seis) Decretos foram publicados, sendo alguns ainda referentes a propostas encaminhadas no ano anterior.

g) EMISSÃO DE TERMOS DE ANUÊNCIA DE ÁREA

Foram elaboradas cerca de 19 (dezenove) minutas de Termos de Anuência de áreas confrontantes com as Rodovias Federais Concedidas, de modo a possibilitar a emissão do referido documento.

h) APOIO À PRG

Foram elaboradas 127 informações em resposta a pedidos de subsídios jurídicos emanados da Procuradoria Geral, para a defesa judicial da ANTT envolvendo demandas oriundas do Ministério Público Federal – MPF, dos Ministérios Públicos dos Estados e do Poder Judiciário nas três esferas de jurisdição, bem como a análise de projetos de lei remetidos à ANTT pelo Congresso Nacional.

i) TERMOS ADITIVOS A CONTRATOS

Em 2010, foi assinado o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato de Concessão da ViaBahia.

**REGULAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL**

Durante o ano de 2010, foram publicadas duas novas resoluções e abertas quatro audiências públicas.

- Resolução nº 3.572, de 25 de agosto de 2010, que estabelece o procedimento de análise dos projetos de infraestrutura no setor de transportes para fins de aprovação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.
- Resolução 3.576, de 2 de setembro de 2010, que dispõe sobre as especificações e preços dos Sistemas ITS (*Intelligent Transportation Systems*) de Sensoriamento de Tráfego Veicular; de Painéis de Mensagens Variáveis Fixos e Móveis; de Sensoriamento Meteorológico; de Circuito Fechado de TV – CFTV; e de Detecção de Altura; a serem adotados nas rodovias federais concedidas, reguladas pela ANTT.
- Audiência pública nº 107/2010 para receber contribuições para os estudos

de viabilidade técnica e econômica para outorga da BR-101/ES, trecho Div. ES/RJ – Entroncamento BA-698 (Acesso a Mucuri-BA), integrante da 3<sup>a</sup> Etapa das Concessões Rodoviárias – Fase 2.

- Audiência pública nº 108/2010 para receber contribuições para as minutas de Edital e Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, trecho Divisa ES/RJ – Entroncamento BA-698 (acesso a Mucuri), integrante da 3<sup>a</sup> Etapa das Concessões Rodoviárias Federais – Fase 2.
- Audiência pública nº 110/2010 para receber contribuições à Proposta de Resolução que dispõe sobre a isenção do pagamento da tarifa de pedágio pelos veículos oficiais utilizados pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, seus respectivos órgãos, departamentos, autarquias ou fundações públicas, no âmbito das rodovias federais concedidas.
- Audiência pública nº 112/2010 para receber contribuições para proposta de Resolução que dispõe sobre metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais da 1<sup>a</sup> Etapa, da 2<sup>a</sup> Etapa- Fase I e do Pólo Pelotas, em decorrência de novos investimentos e serviços.

## **ESTUDOS E ANÁLISES**

A ANTT , realizou alguns estudos e análises, como:

- Estudo comparativo do Contrato de Concessão e Programa de Exploração das rodovias BR-040, BR-116 e BR-381 no Estado de Minas Gerais em relação aos contratos e programas das rodovias do segundo lote e rodovias no Estado da Bahia. O escopo de análise foi referente a questões de ordem técnica e operacional com a finalidade de aperfeiçoamento daqueles dois instrumentos;
- Estudo dos relatórios físico-financeiros e relatórios de monitoramento das concessões rodoviárias estaduais do Rio Grande do Sul (Metropolitano, Lajeado, Vacaria, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul e Carazinho), bem como a análise dos contratos, a fim de avaliar as condições de fiscalização do poder concedente, visando uma possível devolução dos contratos de concessão ao governo federal;
- Levantamento das necessidades e análise das atividades desempenhadas pela gerência, com a finalidade de definir e padronizar os procedimentos e modelos de documentos utilizados na fiscalização da infraestrutura rodoviária;
- Foi analisada a alteração da localização da praça de pedágio P5 e a inclusão de segmento no trecho rodoviário concedido, explorado pela concessionária AUTOPISTA LITORAL SUL;

- Foi analisada a repactuação do contrato de concessão da concessionária ECOSUL.

## **PROJETOS E PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO COM A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

### a) CONCEPA:

- Análise de Aderência Pneu-pavimento em diferentes tipos de revestimentos de pavimentos;
- Estudo da influência da não-linearidade de materiais granulares no desempenho depavimentos asfálticos;
- Estudo de desempenho de pavimento experimental com objetivo de validar o método racional brasileiro de dimensionamento de pavimentos flexíveis;
- Análise dos efeitos do excesso de carga e de alteração na composição de misturas asfálticas;
- Solução estrutural para alargamento de pontes existentes e reforço de fundação  
- Solução mista em concreto e aço;
- Desenvolvimento de modelos de evolução do dano por fadiga em pavimentos flexíveis através da teoria do dano contínuo;
- Compatibilização dos valores de IRI e QI para correspondência de nível de irregularidade em rodovias tipo freeway.

### b) AUTOPISTA LITORAL SUL:

- Avaliação de Formação de trilhas de rodas com diferentes tipos de misturas.

### c) NOVADUTRA:

- Misturas asfálticas para revestimento de pavimentos produzidas com baixa energia e redução de temperatura, para diminuição de consumo energético e de emissão de poluentes;
- Avaliação da resistência dos concretos moldados em ambientes com vibrações mecânicas induzidas por tráfego de veículos;
- Avaliação da pesagem de veículos em movimento com cargas líquidas;
- Estudo da sensibilidade do teor e do tipo de ligante em misturas asfálticas na formação de trilhas de roda;
- Estudo comparativo do comportamento de fadiga de misturas betuminosas com diferentes teores de asfalto;
- Critério de otimização de projetos de ponte a partir de espectros de acelerações induzidas por veículos nos tabuleiros;

- Proposição de um método de dimensionamento de camadas de reforço de pavimento de alto desempenho a partir de estudos de Misturas Asfálticas de Elevado Módulo;
- Avaliação de pesagem de veículos em movimento com cargas líquidas;
- Participação em cursos, congressos e seminários na área de engenharia rodoviária;
- Utilização, nas condições das rodovias brasileiras, do novo método de dimensionamento mecanístico-empírico de pavimentos – MEPDG;
- Capacitação da equipe técnica para realizar a avaliação de matérias e misturas asfálticas, utilizando os ensaios do Superpave;
- Recebimento, acompanhamento de montagem, calibração e aprendizado da operação de novos equipamentos de laboratório.

d) CRT:

- Monitoramento das condições climáticas associadas às condições geológicas-geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno.

e) PONTE:

- Monitoração das juntas de construção das aduelas do trecho sobre o mar da Ponte Rio-Niterói;
- Avaliação da eficiência da cordoalha de protensão das aduelas do trecho sobre o mar;
- Avaliação da eficiência da cordoalha de protensão das longarinas do elevado da Av. Rio de Janeiro.

f) AUTOPISTA FERNÃO DIAS

- Execução de uma camada delgada a frio como redutora da reflexão de trincas;
- Avaliação da sinalização viária com base em padrões de desempenho funcional;
- Avaliação de misturas a frio como solução para camadas de revestimento;
- Desenvolvimento de metodologia de projeto de monitoração estrutural para pontes rodoviárias.

g) AUTOPISTA LITORAL SUL

- Avaliação de formação de trilhas de rodas com diferentes tipos de mistura.

h) AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT

- Avaliação da técnica de reciclagem a frio de capa com emulsão polimerizada;
- Avaliação da relação entre a energia conservada e fadiga/deformação permanente.

## **PROJETOS ESTRUTURANTES**

### **a) REVISÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DA 1ª ETAPA DE CONCESSÕES DE RODOVIAS**

Realizou-se uma comparação entre todos os contratos de concessão sob responsabilidade da ANTT a fim de se verificar a modelagem do contrato de cada concessionária, além de se verificar o atendimento ao disposto na legislação específica (Lei nº 8.987/95, Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.233/01, Lei nº 11.079/04, Lei nº 9.074/95, Lei nº 9.491/97). ) elaborou-se um contrato modelo.

Foram realizados estudos para proposta metodológica de utilização de Fluxo de Caixa Marginal para inserção de investimentos não previstos no contrato de concessão da AUTOPISTA LITORAL SUL, estes estudos servirão de base para elaboração de termo aditivo, em caso de aprovação pela Diretoria.

Foi analisada a repactuação do contrato de concessão da concessionária ECOSUL.

### **b) PADRONIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE OUTORGA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

Foram analisados os acórdãos do TCU referentes aos processos de outorga de concessões rodoviárias, os programas de exploração da rodovia (PER) e os editais de concessão, bem como se iniciou a elaboração de manuais específicos para a outorga, englobando todos os procedimentos, desde os estudos da área a ser concedida até a efetiva assinatura do contrato.

### **c) IMPLANTAÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DE CONCESSÕES**

Foram respondidas diversas diligências do TCU sobre os estudos das BR-040 e BR-116 e encaminhadas complementações, visando sanar dúvidas e incorreções apontadas pelo Tribunal e atender aos Acórdãos nº 682/2010-TCU-Plenário e nº 683/2010-TCU-Plenário.

Submeteu-se a audiências públicas os estudos de viabilidade para concessão da rodovia BR-101/ES/BA, da div. RJ/ES até o entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri-BA), e as minutas de edital e contrato do projeto de concessão. No mesmo ano, a Agência enviou o Plano de Outorga do trecho rodoviário para análise e aprovação do Ministério dos Transportes.

## **CONVÊNIOS DE APARELHAMENTO**

Foi assinado, entre a ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, com a interveniência da ANTT, o Convênio destinado a promover o aparelhamento necessário à execução dos serviços de

policlamento e fiscalização de tráfego nas Rodovias BR-116/324/BA e BA-526/528, trecho Salvador/BA – Feira de Santana/BA – Divisa BA/MG e seus acessos.

Com relação aos Convênios de aparelhamento do DPRF assinados em 2009 com as Concessionárias Autopista Fernão Dias S/A, Autopista Fluminense S/A, Autopista Litoral Sul S/A, Autopista Planalto Sul S/A, Autopista Régis Bittencourt S/A, Rodovia do Aço S/A, Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A e NovaDutra – Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, foram elaboradas 08 (oito) Notas Técnicas, tratando da apuração das despesas efetuadas por cada uma das Concessionárias com a aquisição de bens e a contratação de serviços requeridos pelo DPRF, utilizando as verbas disponibilizadas em cada Convênio.

# CONCESSÕES FERROVIÁRIAS



## INSPEÇÕES FERROVIÁRIAS

Em 2010, a ANTT cumpriu o Calendário de Fiscalização programado para o exercício. Ao longo do ano, foram realizadas inspeções operacionais nas 11 concessionárias (12 malhas). A finalidade é avaliar os aspectos de segurança e condições operacionais oferecidas pelas concessionárias, quanto à qualidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário concedido, conforme disposto nos Contratos de Concessão e no Regulamento do Transporte Ferroviário – RTF.

Foram efetuadas 156 inspeções técnico-operacionais, programados e eventuais, de treinamento, 37 inspeções de ativos programadas e eventuais e 11 de atendimentos aos clientes.

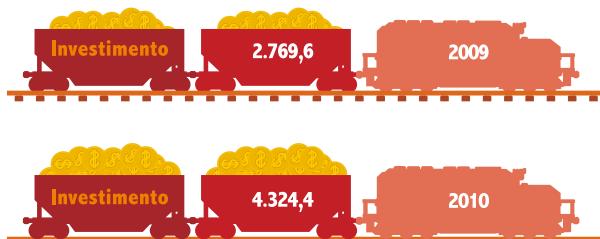
Em 2010, após as ações de ajustes de incorporação e desincorporação das ferrovias, a malha concedida totaliza 28.465 Km.

## FERROVIAS FISCALIZADAS EM 2010

Ferrovia	Extensão
Ferrovia Tereza Cristina S.A (Tereza Cristina)	164 km
Estrada de Ferro Paraná - Oeste S.A (Ferroeste)	248 km
América Latina Logística Malha Norte S.A (Ferronorte)	500 km
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A - Sub Concessão FNS (Norte-Sul)	720 km
Estrada de Ferro Carajás	892 km
Estrada de Ferro Vitória-Minas	905 km
MRS Logística S.A (Sudeste)	1.674 km
América Latina Logística Malha Oeste S.A (Oeste Ferrovia)	1.945 km
América Latina Logística Malha Paulista S.A (Paulista)	1.989 km
Transnordestina Logística S.A (Nordeste)	4.207 km
América Latina Logística Malha Sul S.A (Sul)	7.304 km
Ferrovia Centro-Atlântica S.A (Centro-Leste)	8.066 km

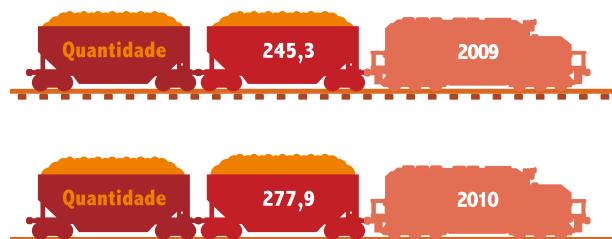
### Investimentos do Setor

Valores em R\$ milhões



### Produção de Transporte

Bilhões de toneladas x km úteis



## Índice de Acidentes

Acidentes por milhões de trens x km



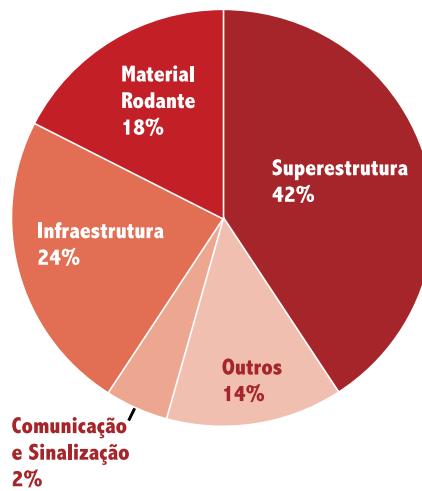
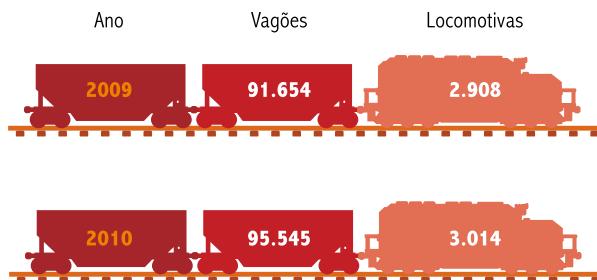
## Quadro de Pessoal das Concessionárias

Próprio e terceirizado



## Frota

Unidades



## INSPEÇÕES FERROVIÁRIAS

### **Inspeções Programadas**

Têm a finalidade de avaliar os aspectos de segurança e as condições operacionais oferecidas pelas Concessionárias, no que diz respeito à prestação dos serviços públicos de transporte ferroviário concedidos, contando com o seu apoio obrigatório, conforme dispõem os Contratos de Concessão e Arrendamento.

### **Principais Atribuições da Inspeção Técnica**

Avaliar o estado da infra e superestrutura da via permanente das malhas concedidas, bem como se estes estão adequados ao volume de cargas transportado, ao trem-tipo utilizado e às velocidades praticadas;

Identificar defeitos pontualmente graves e que possam colocar em risco o movimento dos trens, alertando imediatamente os representantes da concessionária na inspeção e notificando a concessionária por meio de ofício para que os defeitos sejam sanados ou para que seja apresentado cronograma para correção dos defeitos detectados, ou ainda, em caso extremo, determinando a paralisação do tráfego nesse segmento até a devida correção;

Avaliar a qualidade e a atualização dos trabalhos de manutenção e conservação da via permanente, verificando a compatibilidade das cargas dinâmicas com o tipo de superestrutura existente;

Verificar itens de segurança, com destaque aos locais de passagens em nível, e as principais características técnicas da linha.

### **Principais Atribuições da Inspeção Operacional**

- Verificar a conformidade das operações da Concessionária às disposições legais em vigor, particularmente com as resoluções pertinentes emanadas pela ANTT, e, também, aos seus regulamentos operacionais;
- Apurar as condições de condução de trens formados;
- Verificar o quantitativo e a capacitação do pessoal envolvido nas operações ferroviárias, em especial, os dispositivos dos regulamentos operacionais;
- Apurar as condições de operação e manutenção da frota operacional;
- Conhecer a disponibilidade de recursos para atendimento da demanda (existente e reprimida) e o atendimento adequado aos usuários;

- Verificar a fidedignidade das informações prestadas mensalmente, via Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário (SAFF);
- Atualização dos registros de informações operacionais disponíveis na ANTT;
- Registrar os investimentos em equipamentos, sistemas e processos operacionais realizados ou a realizar;
- Verificar a implementação de novas tecnologias voltadas para a eficiência e segurança da operação ferroviária.
- Identificar os procedimentos operacionais de chaves, licenciamentos, cobertura das telecomunicações, cruzamentos de trens e de sinalização;
- Iinspecionar as operações em Pátios e Terminais, com enfoque especial naqueles com significante movimentação de produtos perigosos, suas principais facilidades e equipamentos existentes, buscando conhecer as grandezas da atividade envolvida, e, principalmente, promover visita técnica nos terminais de clientes instalados nos locais, visando conhecer as demandas, tendências, o atendimento e a realização de uma verificação da consistência dos dados de produção registrados pelas concessionárias no Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário (SAFF).
- Apurar os procedimentos de manutenção do material rodante inspecionando as principais instalações de abastecimento e manutenção de locomotivas e de vagões, verificando suas condições físicas, inclusive equipamentos, frota atendida, investimentos realizados e programados, separação de resíduos sólidos e líquidos e demais dados julgados necessários para o completo entendimento da logística de oficinas e postos de revisão da malha.

### **PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES NAS INSPEÇÕES DE ATIVOS FERROVIÁRIOS ARRENDADOS**

Verificação “in loco” das condições de uso, conservação e de manutenção dos ativos ferroviários vinculados aos contratos de concessão com as seguintes avaliações:

#### **Edificações (estações, casas, armazéns, postos de manutenção, etc.):**

- estrutura;
- paredes e telhados;
- instalações hidráulicas e elétricas;
- pintura e limpeza;
- aspectos de segurança patrimonial.

#### **Pátios Ferroviários:**

- número de linhas secundárias;

- indicação da existência de: estação, armazéns, residências, outras edificações, passagens em nível;
- indicação da existência de invasões;
- potencial de alienação;
- alterações de lay-out.

**Oficinas de Manutenção. Descrição das atividades de manutenção, preventiva e corretiva, com ênfase em:**

- Estado geral das instalações e dos principais equipamentos utilizados;
- Produção;
- Mão-de-obra disponível (pessoal próprio ou terceirizado);
- Principais serviços executados (serviços próprio ou terceirizado).

**Locomotivas:**

- motorização
- equipamentos elétricos
- dispositivos e componentes elétricos de baixa, média e alta tensão,;
- cabine (equipamentos de comando e controle em geral;
- truques e rodeiros
- aparelhos de choque e tração (engates, mandíbulas e outros acessórios)
- dispositivos de freios (válvulas, cilindros de freios e dispositivos auxiliares)
- caldeiraria e pintura, com ênfase na observação da pintura da identificação;
- situação operacional: imobilizado ou em operação.

**Vagões:**

- truques e rodeiros
- aparelhos de choque e tração (engates, mandíbulas e outros acessórios)
- dispositivos de freios (válvulas, cilindros de freios e dispositivos auxiliares)
- demais dispositivos (escotilhas de carregamento e bocas de descarga, válvulas de descarga, portas, teto, etc.);
- caldeiraria e pintura, com ênfase na observação da pintura da identificação.

Em complemento às Inspeções Programadas ou Eventuais também são consultas, via web ou nas sedes das concessionárias, aos sistemas operacionais de concessionárias para verificação das imobilizações de material rodante.

**Inspeções Eventuais Técnicas e Operacionais**

São motivadas, basicamente, por acidentes ferroviários graves, requerimentos para liberação de tráfego público, bem como por questionamentos e solicitações do Ministério Público, Tribunal de Contas da União e outros órgãos públicos, comprovações sobre uma solicitação de registro de usuário dependente, denúncia visando a obtenção de melhores informações para as possíveis decisões das referidas demandas.

Pode ser realizada, também, para subsidiar a elaboração e implantação de regulamentos com a finalidade de melhoria na qualidade e segurança do transporte ferroviário de cargas e, ainda, em decorrência de acidente ferroviário.

### **Inspeções de Treinamento**

Principais funções a serem desempenhadas durante a Inspeção de Treinamento:

- Avaliar os processos e quantitativos de treinamento do pessoal operacional e administrativo, próprios ou de terceiros das concessionárias, conforme disposto na Resolução ANTT n.º 1.603, de 29 de agosto de 2006.
- Verificar a confiabilidade das informações inseridas no SAFF;
- Apurar os Treinamentos relativos a Produtos Perigosos;
- Verificar o Treinamento de colaboradores que trocaram de função.

### **Relatórios de Inspeção**

São elaborados Relatórios de Inspeções Técnicas e Operacionais após a execução da fiscalização programada ou eventual, descrevendo pontos relevantes, de acordo com o definido no Plano de Fiscalização Técnico-Operacional nas Ferrovias.

Após execução da fiscalização programada ou eventual, são elaborados Relatórios de Inspeção nos Ativos Ferroviários Arrendados, com base no disposto no Art. 4º do Regulamento dos Transportes Ferroviários e nas cláusulas contratuais: Nona – Das Obrigações das Partes e Décima Segunda – Das Fiscalizações, objetivando principalmente informar as condições dos bens imóveis e material rodante arrendados e/ou sob a guarda da concessionária, nos pátios e ao longo da malha concedida. São informados também o total de bens inspecionados, discriminando-os em operacionais e não operacionais.

### **Notificação**

Em 2010, das 158 notificações expedidas às Concessionárias, ofícios destinaram-se a solucionar as deficiências constatadas nas inspeções técnicas e operacionais e 23 relacionadas à ativos ferroviários.

Vale ressaltar que, as Concessionárias notificadas ficam sujeitas à aplicação das penalidades cabíveis (advertência ou multa), de acordo com a respectiva infração à

cláusula contratual e ao regulamento vigente, caso não efetuem nos prazos determinados as devidas providências para solucionar as deficiências constatadas nas inspeções.

Nos casos de imobilização de material rodante, as concessionárias são notificadas para fornecerem as informações sobre a causa e para que adotem providências para a mobilização.

No ano de 2010, foram autuados 2 Processos Administrativos no âmbito dos quais foram aplicadas 5 penalidades de multa.

Também foram aplicadas 2 penalidades de advertência pelo descumprimento de meta de produção referente ao ano de 2008, e pelo descumprimento de meta de segurança referente ao ano de 2009.

### **ACOMPANHAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS**

As Concessionárias de Transportes Ferroviário de Cargas enviaram à ANTT, por meio do sistema Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF, as informações relativas ao desempenho operacional para acompanhamento e controle dos índices contratuais. Contam nesse sistema os dados especificados na tabela 1.

#### **Estabelecimento de Novas Metas Contratuais**

No segundo semestre de 2010 iniciou-se o processo de pactuação de Metas do Quinquênio (2011 – 2015) para a Ferrovia Norte Sul S.A. – Tramo Norte (FNS).

Foram concluídas 3 pactuações de Metas de Produção e Segurança para o quinquênio 2010 – 2014, por meio das Resoluções que se seguem:

RESOLUÇÃO Nº 3.518, DE 19 DE MAIO DE 2010.

Estabelece as Metas Anuais de Produção e de Redução de Acidentes, para o quinquênio 2010/2014, relativas à ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.

RESOLUÇÃO Nº 3.550, DE 21 DE JULHO DE 2010.

Estabelece as Metas Anuais de Produção e de Redução de Acidentes, para o quinquênio 2010/2014, relativas à Transnordestina Logística S.A. – TLSA.

RESOLUÇÃO Nº 3.565, DE 18 DE AGOSTO DE 2010.

Estabelece as Metas Anuais de Produção e de Redução de Acidentes, para o quinquênio 2010/2014, relativas à ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.

Foram concluídas 3 repactuações publicadas através das Resoluções a seguir:

RESOLUÇÃO Nº 3.513, DE 12 DE MAIO DE 2010;  
RESOLUÇÃO Nº 3.541/10, DE 24 DE JUNHO DE 2010;  
RESOLUÇÃO Nº 3.544, DE 14 DE JULHO DE 2010:

#### Acompanhamento dos Planos Trienais de Investimentos

As Concessionárias de Transportes Ferroviário de Cargas enviaram a ANTT, no 1º semestre de 2010, os Planos Trienais de Investimentos para os anos de 2010 a 2012, de acordo com art. 4º, do Título X da Resolução Nº. 44, de 04 de julho de 2002.

O Acompanhamento dos Planos Trienais de Investimentos das concessionárias são realizados com base no procedimento da comparação das previsões dos investimentos e realizações dos dispêndios do exercício 2010, informados no Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do transporte Ferroviário de Carga – SAFF – Investimentos.

#### **Regulamentação Complementar**

Elaboração de Instrumento Normativo Complementar. Elaboradas 6 minutas de resolução, conforme abaixo, que após detalhada análise técnica e jurídica deverão ser encaminhadas para Audiência Pública.

- Minuta de Resolução para a exploração de atividades associadas à prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas – Receita Alternativa.
- Minuta de Resolução de normatização da forma de elaboração e critérios técnicos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos de transporte ferroviário de cargas na apresentação do Plano Trienal de Investimentos – PTI
- Minuta de Resolução para regulamentação de operações de direito de passagem e tráfego mútuo visando à integração do Sistema Ferroviário Federal. Direito de Passagem e Tráfego Mútuo.
- Minuta de Resolução para regulamentação de pactuação das Metas de Produção e Segurança por Trecho para as Concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas. Metas de Produção e Segurança por Trecho.
- Minuta de Resolução para regulamentação da manutenção e utilização da faixa de domínio ferroviária vinculada à prestação dos serviços públicos federais de transporte ferroviário.

tabela 1

Concessionárias	Ano	Produção			Produção		
		Meta	Realizado	Variação	Meta	Realizado	Variação
América Latina Logística Malha Sul S.A. Concessão - 01/03/97	2006	14,90	18,35	23,17%	30,50	13,82	-54,69%
	2007	15,30	17,30	13,06%	29,00	10,35	-64,31%
	2008	17,90	17,58	-1,79%	18,00	15,60	-13,33%
	2009	18,45	17,27	-6,42%	17,80	16,96	-4,72%
	2010	19,09	17,57	-7,94%	17,60	17,40	-1,14%
América Latina Logística Malha Paulista S.A. Concessão - 01/01/99	2006	2,21	2,29	3,55%	38,00	33,67	-11,39%
	2007	3,07	2,17	-29,46%	31,00	26,05	-15,97%
	2008	3,57	3,20	-10,29%	27,00	26,90	-0,37%
	2009	6,85	7,27	6,17%	25,00	27,51	10,04%
	2010	7,39	8,37	13,21%	24,55	23,38	-4,77%
América Latina Logística Malha Oeste S.A. Concessão - 01/07/96	2006	2,52	1,42	-43,54%	92,00	261,35	184,08%
	2007	3,15	1,19	-62,30%	68,00	67,53	-0,69%
	2008	3,93	1,34	-65,83%	54,00	46,66	-13,59%
	2009	1,50	1,58	5,33%	43,00	27,20	-36,74%
	2010	1,57	1,99	26,71%	28,82	26,43	-8,29%
América Latina Logística Malha Norte S.A. Concessão - 19/05/89	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	7,60	9,45	24,35%	18,80	21,56	14,68%
	2010	8,13	10,00	23,04%	18,60	10,62	-42,90%
Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Estrada de Ferro Vitória a Minas Concessão - 01/07/97	2006	17,20	17,25	0,29%	22,10	5,78	-73,83%
	2007	17,80	17,98	1,02%	21,30	4,07	-80,89%
	2008	17,30	17,12	-1,05%	12,20	2,84	-76,72%
	2009	13,51	13,83	2,34%	12,20	3,82	-68,69%
	2010	14,50	15,37	6,03%	12,20	3,56	-70,82%
Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Estrada de Ferro Carajás Concessão - 01/07/97	2006	3,30	4,73	43,45%	12,20	7,43	-39,10%
	2007	3,40	4,55	33,96%	12,20	4,39	-64,02%
	2008	4,00	3,71	-7,22%	12,20	6,62	-45,74%
	2009	2,05	2,53	23,19%	12,20	5,50	-54,92%
	2010	2,32	3,07	32,32%	12,20	4,98	-59,18%
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. Concessão - 01/09/96	2006	11,40	10,29	-9,74%	49,00	20,54	-58,08%
	2007	12,80	11,68	-8,74%	40,00	17,89	-55,28%
	2008	10,70	11,13	4,01%	28,00	18,06	-35,50%
	2009	10,36	10,63	2,63%	27,44	22,76	-17,06%
	2010	10,70	11,41	6,64%	26,89	23,86	-11,27%
Ferrovia Tereza Cristina S.A. Concessão - 01/02/97	2006	0,13	0,18	40,66%	28,00	10,16	-63,71%
	2007	0,13	0,19	45,72%	26,00	15,27	-41,27%
	2008	0,17	0,21	22,60%	20,00	10,00	-50,00%
	2009	0,18	0,20	15,71%	20,00	11,51	-42,45%
	2010	0,18	0,18	5,71%	20,00	9,66	-51,70%
MRS Logística S.A. Concessão - 01/12/96	2006	34,78	47,00	35,12%	23,50	6,98	-70,30%
	2007	36,17	51,76	43,09%	23,00	6,33	-72,48%
	2008	49,00	55,48	13,22%	18,00	4,26	-76,33%
	2009	51,00	51,12	0,23%	16,50	4,60	-72,12%
	2010	53,00	57,30	8,12%	15,00	5,41	-63,93%
Transnordestina Logística S.A. Concessão - 01/01/98	2006	1,40	0,68	-51,58%	220,00	149,72	-31,95%
	2007	1,82	0,96	-47,11%	175,00	114,46	-34,59%
	2008	0,93	0,92	-1,08%	140,00	174,12	24,37%
	2009	0,93	0,73	-21,50%	120,00	167,82	39,85%
	2010	0,77	0,73	-5,42%	120,00	196,65	63,88%
VALEC - Eng. Const. e Ferrovias S.A. Subconcessão Ferrovia Norte Sul Concessão - 20/12/07	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	1,80	1,02	-43,25%	12,20	14,07	15,33%
	2009	1,10	1,16	5,01%	14,00	2,71	-80,64%
	2010	1,80	1,52	-15,36%	14,00	8,13	-41,93%
Estrada de Ferro paraná Oeste - FERROESTE Concessão em 23/05/89	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	0,45	0,33	-27,47%	12,20	4,02	-67,05%
	2010	0,57	0,21	-62,59%	12,20	4,47	-63,36%

## DEMAIS ATIVIDADES

### Análise de obras

No âmbito de projetos ferroviários, desenvolveram-se as atividades de análise das solicitações de autorização de obras e investimentos apresentadas pelas Concessionárias, com vistas a subsidiar os processos de autorização, com fundamento no art. 24 da lei 10.233/01.

Merecem destaque os projetos da Expansão da Ferronorte (260 km), entre Alto Araguaia e Rondonópolis.

Também foi analisado nesse período o projeto do Terminal Ferroviário de Rondonópolis (MT) que integra o projeto do prolongamento da Ligação Ferroviária Alto Araguaia – Rondonópolis, o projeto de duplicação de parte de trecho da Estrada de Ferro dos Carajás, cujo projeto prevê, nessa fase 1, a duplicação desde o Terminal Ferroviário Ponta da Madeira em São Luis/MA e o projeto de segregação das linhas da MRS e CPTM na região metropolitana de São Paulo, especificamente o trecho Manoel Feio – Suzano, denominado Segregação Leste.

Para a execução de obras de interesse de terceiros e das Concessionárias, realizadas nas áreas vinculadas às concessões ferroviárias, as Concessionárias de serviços públicos de transporte ferroviário necessitam de prévia autorização do Poder Concedente, na forma do disposto na Resolução ANTT nº 2.695, de 13 de maio de 2008. Desta forma foram publicadas ao longo de 2010, 5 Resoluções, 36 Deliberações e 34 Portarias que tratam de assuntos relacionados à obras.

### Projetos Estruturantes da ANTT do Planejamento Estratégico

Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário – SAFF, visando Expandir sistema de informação, de forma a aprimorar a consistência, a universalidade e o acesso das informações requeridas das concessionárias e fiscalizações

Desenvolvimento do Modelo de Concessões para a Malha Ferroviária da VALEC.

Revisão do Modelo de Concessões para a Malha Ferroviária da RFFSA.

Desenvolvimento de Instrumentos de gestão, pesquisas e métodos para coleta de dados, no âmbito das Outorgas de Serviço Público do transporte ferroviário, com elaboração do manual para Registro de Bens, Investimentos e Projetos Associados, bem como o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão com Inteligência Geográfica para Ativos Ferroviários - GIGFER

## **Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.**

Foram submetidos 3 pleitos, à análise da ANTT;

- FCA -Obras da Variante Ferroviária Litorânea Sul - VFLS\*;
- FERROVIA NORTE SUL\*;
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE – VALE S.A.

## **Reajustes Tarifários**

Durante o ano de 2010, foram concedidos Reajustes Tarifários, às Concessionárias de Transporte ferroviário de Cargas por meio da publicação de 10 Resoluções.

## **Propostas de Declaração de Utilidade Pública – DUP**

Foram enviadas a ANTT 5 propostas de Declaração de Utilidade Pública., conforme abaixo:

- DUP - Retificação-Duplicação-Trecho\_Ferroviário\_Horto\_General\_Carneiro;
- DUP - FERRONORTE;
- DUP - Ferrovia Norte Sul Tramo Sul de Porangatu a Anápolis;
- Adequação no DUP - Ferrovia Norte Sul Tramo Sul - EFNSTS trecho Ouro Verde de Goiás - Estrela D'Oeste;
- Adequação no DUP – Ferrovia Integração Oeste Leste – FIOL.

## **Estudo de novas outorgas**

Foram analisados estudos para novas outorgas, são elas:

- Ferrovia Leste-Oeste (Ferrovia do Frango)
- Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL

---

\*Processos devolvidos ao Ministério dos Transportes - SPNT, por solicitação de sobrerestamento da concessionária.

# TRANSPORTE DE CARGA



## O TRANSPORTE DE CARGA SOB REGULAÇÃO DA ANTT COMPREENDE

- Transporte Dutoviário
- Transporte Ferroviário
- Transporte Multimodal
- Transporte de Produtos Perigosos
- Transporte Rodoviário

## TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

A promulgação da Lei nº 11.442/07, de 05 de janeiro de 2007, que trata do transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e regulamentada pela Resolução ANTT nº 3056/2009, foi um passo à nova tentativa de disciplinamento do TRC.

Objetivando minimizar as dificuldades operacionais dos transportadores e de possíveis conflitos fiscalizatórios, a ANTT elaborou uma Minuta de Resolução, construída a partir de um amplo debate e com base nas propostas de aprimoramento encaminhadas a Polícia Federal.

Um dos pleitos recorrentes pelas entidades de classe que representam os Transportadores é uma solução para as dificuldades que os transportadores autônomos de cargas (TAC) e responsáveis técnicos (RT) têm encontrado para participar de curso presencial específico, devido à própria natureza de sua atividade profissional, muitas vezes intensa e sem planejamento de intervalos de parada na atividade para a formação profissional.

Em decorrência disso, um convênio foi firmado entre a ANTT e o CEFTRU, a fim de desenvolver um sistema que possibilite ao transportador - TAC e ao RT - acesso ao material que conte com os conhecimentos exigidos para as respectivas profissões.

## VALE-PEDÁGIO OBRIGATÓRIO

Considerado como um dos projetos estruturantes da ANTT em 2009, a Revisão e Aperfeiçoamento da Resolução ANTT nº 2885/08 culminou na elaboração da Minuta de Resolução, que, depois de alguns ajustes realizados, foi submetida à Audiência Pública nº 109/2010, com medidas propositivas, eliminando possíveis barreiras ao desenvolvimento dos serviços e atendendo melhor as necessidades de movimentação de bens.

A Audiência Pública nº 109/2010 foi realizada no período de 30 de agosto a 28 de setembro de 2010, sendo que as manifestações e sugestões puderam ser encaminhadas para o endereço eletrônico da ANTT, por via postal ou entregues pessoalmente.

A nova Minuta da Resolução, com a incorporação das propostas enviadas, foi finalizada e enviada à SUCAR para o encaminhamento à instância superior.

### **TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS - PP**

Com vistas ao aprimoramento da regulamentação deste tema, as seguintes atividades foram desenvolvidas:

**1 - Revisão da Resolução ANTT nº 420/04, tendo como referência a 14<sup>a</sup> versão 1 do Regulamento Modelo da ONU – Orange Book - Em função da extensão, complexidade da matéria, bem como da publicação das 15<sup>a</sup> e 16<sup>a</sup> versões do Orange Book, a Minuta final encontra-se em processo de estudo e elaboração.**

#### **2 - Elaboração de Resoluções alterando a Resolução ANTT nº. 420/04:**

- Resolução ANTT nº. 3383/10 - Tendo em vista demandas do setor regulado referentes às dificuldades enfrentadas no transporte de embalagens vazias e não limpas que contém produto perigoso, publicou-se uma nova Resolução, alterando a Resolução nº. 420/04, no sentido de ajustar algumas exigências regulamentares do transporte em questão.

- Elaboração de minuta de Resolução - Frente à necessidade de adequação da regulamentação brasileira aplicável ao transporte terrestre de Produtos Perigosos, conforme as prescrições contidas nas edições posteriores do Regulamento Modelo da ONU, relacionadas principalmente aos rótulos de risco, tornou-se necessária a alteração urgente de dados dispositivos regulamentares, de sorte a evitar ônus a quem deve atender às exigências regulamentares e possibilitar e facilitar a realização da atividade.

#### **3 - Atualização do Regulamento do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, instituído pelo Decreto nº 96.044/88.**

A atualização do Regulamento para o Transporte Terrestre de Produtos Perigosos, aprovado pelo Decreto 96.044/88, encontra-se em andamento.

#### **4 - Atualização do Regulamento do Transporte Ferroviário de produtos Perigosos instituído pelo Decreto 98.973/90.**

Deu-se continuidade à atualização do Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos, não tendo sido finalizada a Minuta final.

**5 - Regulamentação do art. 10 do Regulamento do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos - No que se refere ao envio dos fluxos de transporte rodoviário de PP, a ANTT, em tratativas com o IPR/DNIT e considerando o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre as Autarquias em 2008, estabeleceu-se a competência para o recebimento dos mencionados fluxos àquele Departamento, cabendo à ANTT**

**apoiar as atividades desenvolvidas pelo IPR referentes à atualização do Banco de Dados utilizado para caracterização das rotas de tráfego de produtos perigosos.**

## **TRANSPORTE DE CARGA**

### **6 - Participação em Grupos de Trabalho e reuniões com diversas instituições governamentais e privadas envolvidas na regulamentação de transporte de produtos perigosos.**

Em 2010, a ANTT participou de várias reuniões para tratamento de questões afetas às atividades de transporte de produtos perigosos e para recebimento de sugestões para aprimoramento da regulamentação, avaliação do impacto e suas consequências, como por exemplo:

- Comitês de Peritos da ONU em Transporte de Produtos Perigosos -TDG, na qualidade de representante do governo brasileiro, em Genebra;
- Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e de Rotulagem de Produtos Químicos – GHS, em Genebra;
- Grupo de Trabalho Interministerial GT-GHS Brasil, no MDIC;
- Comitê de Recusas e Demoras no Transporte Terrestre de Materiais Radioativos, na Comissão Nacional de Energia Nuclear -CNEN;
- Atualização da Norma CNEN 5.01, que regulamenta o transporte de materiais radioativos;
- GT com a Polícia Rodoviária Federal –PRF;
- GT Inmetro e transportadores de produtos perigosos.

### **7 - Atendimentos a demandas do setor regulado**

Ao longo do ano, a ANTT recebeu diversas demandas do setor regulado sobre a regulamentação do transporte de produtos perigosos, destacando-se:

- Publicação de COMUNICADO SUCAR sobre Transporte de Carvão Vegetal, objetivando esclarecer a aplicabilidade de pontos da legislação que vinham causando entraves e dificuldades aos envolvidos;
- Visita ao local destinado a construção de um estacionamento para veículos rodoviários transportadores de produtos perigosos na cidade de Itajaí-SC em área de concessão da OHL;

- Visita a parque industrial da AKZO NOVEL, em São Paulo, para verificação dos procedimentos de expedição de peróxidos orgânicos e organometálicos (produtos perigosos para o transporte terrestre);
- Visita a DG CONCEPTA CERTIFICADORA para acompanhamento do processo de homologação de embalagens utilizadas para o transporte de produtos perigosos.

### **8 - Apoio às atividades de fiscalização**

Participação em dois comandos de fiscalização de produtos perigosos realizados de acordo com o Decreto Distrital 21930/01 com a participação da Defesa Civil do DF, IBAMA, PRF, Ministério da Agricultura, Ibran, PF, entre outros.

Apoio às atividades do MERCOSUL relacionadas ao transporte terrestre de produtos perigosos

Retomada das atividades referentes às normas para o transporte terrestre de produtos perigosos no MERCOSUL. Elaborou-se uma cartilha a respeito do GHS e do Transporte de Produtos Perigosos em português e espanhol para orientação da sociedade e dos envolvidos na cadeia de transporte de produtos perigosos direcionada ao MERCOSUL.

### **TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS**

Em 2010 realizaram-se Reuniões Bilaterais/Mercosul para atualização de informações de itens existentes decorrentes de acordos internacionais, entre outros:

- Reunião Técnica Preparatória para a XXXIX Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 5 - Transportes do Mercosul (Buenos Aires, 22 e 23 de Abril de 2010);
- XXXIX Reunião de Subgrupo de Trabalho nº 5 - Transportes do MERCOSUL (Salta, Argentina, 19, 20 e 21 de maio de 2010);
- II Reunião Técnica de Acompanhamento do Acordo do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira – Puerto Iguazú (23 de julho de 2010);
- I Reunião do grupo permanente de caráter técnico para integração das informações de transporte de passageiros e cargas – Sistematização de dados;
- SGT 5 – Transportes – Mercosul (Foz do Iguaçu, 12 e 13 de agosto de 2010);
- Reunião Bilateral BRASIL – ARGENTINA (Rio de Janeiro 19 e 20 de Agosto de 2010);
- Reunião Técnica Preparatória para a XL Reunião de Trabalho do SGT nº 5 – Transportes do MERCOSUL (Curitiba, 15 a 17 de setembro de 2010);

- XL Reunião do Subgrupo de Trabalho n° 5 - Transportes do MERCOSUL (João Pessoa, 27 a 29 de outubro de 2010);
- Reunião Extraordinária Brasil-Paraguai dos Organismos de Aplicação do ATIT sobre Transporte de Carga (Foz do Iguaçu (PR), Brasil de 15 de dezembro de 2010).

## **TRANSPORTE DUTOVIÁRIO**

De acordo com a Lei 10.233/2001, a ANTT tem como atribuição promover levantamentos e organizar cadastro relativo ao sistema de dutovias do Brasil e às empresas proprietárias de equipamentos e instalações de transporte dutoviário. Dada à importância para a Agência em dispor de informações detalhadas sobre infraestrutura dutoviária de transporte, iniciou-se, em 2004, o projeto denominado Sistema Dutoviário do Brasil – SISDUT.

Conforme ressaltado na Nota Técnica GEROC/SUCAR 0025/2009, que avalia o Sistema de Dutovias - SISDUT, algumas informações inseridas neste sistema precisavam ser revistas, como, por exemplo: informações técnicas da malha, estatísticas de transporte dutoviário, quilometragem da via e normas técnicas adotadas na construção e manutenção de interseções.

Após debates, sugeriu-se resgatar o máximo possível de informações precisas e relevantes que alimentaram o SISDUT, a fim de subsidiar a Superintendência de Estudos e Pesquisas – SUEPE na construção da camada dutoviária a ser inserida no programa SISLOG.

O Cadastro do Sistema de Dutovias está em fase de desenvolvimento e será inserido no SISLOG, um SIG que conta com ferramentas estatísticas e geográficas projetado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Após análise das informações referentes às bases dutoviárias da Agência Nacional de Petróleo - ANP e de outros Órgãos, construiu-se a camada geográfica dutoviária no programa SISLOG que está sendo aperfeiçoada.

## **TRANSPORTE MULTIMODAL**

Visando à promoção do Transporte Multimodal de Cargas, realizaram-se reuniões, visitas técnicas e eventos para identificar as práticas realizadas e buscar soluções para simplificar a operação. Em continuidade ao projeto de Conhecimento de Transporte Eletrônico, a ANTT participou de sete reuniões técnicas com o grupo de operadores de transporte e agente fiscais do projeto, onde discutiram-se as práticas realizadas nos modos de transporte rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aéreo, relacionadas à emissão de documentos fiscais. Em abril, procedeu-se a uma visita técnica ao Porto do Rio de Janeiro, juntamente com o grupo do Fisco, para conhecer a documentação utilizada e a operação no Porto.

Em conjunto com a Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, a ANTAQ e a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, realizou-se o encontro “Os entraves na Multimodalidade e a Competitividade” para discutir problemas e propostas para o Transporte Multimodal de Cargas.

## **TRANSPORTE AUTORIZADO DE CARGAS**

### **1. Registro e habilitação de transportadores**

#### **1.1. Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC**

A atividade econômica do Transporte Rodoviário de Cargas realizado em vias públicas, no território nacional, por conta de terceiros e mediante remuneração, exercido por pessoa física ou jurídica em regime de livre concorrência, conforme estabelecido na Lei nº 11.442/2007, depende de prévia inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.

Essa atividade foi regulamentada pela Resolução ANTT nº 3056/2009, e a inscrição e manutenção do RNTRC é de competência da GETAR/SUCAR.

O RNTRC contempla transportadores cadastrados em três categorias, a saber: as Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC, as Cooperativas de Transporte Rodoviário de Cargas – CTC, e os Transportadores Autônomos de Cargas – TAC.

A Resolução nº 3056/09 previu que os registros e a renovação destes no RNTRC deveriam ser realizados de forma presencial nos postos de atendimento próprios ou em locais credenciados pela ANTT. Percebendo a necessidade de ofertar mais postos de atendimento ao registro, a SUCAR/GETAR firmou Acordos de Cooperação Técnica com entidades de abrangência nacional para abertura de postos de registros do Transportador no RNTRC.

Atualmente, a rede de postos de atendimento ao cadastro de transportadores no RNTRC conta com, aproximadamente, 600 postos credenciados abrangendo todo o território nacional. Até 31 de Dezembro de 2010, esta rede já havia registrado mais de 478 mil transportadores e mais de 1,3 milhões de veículos.

#### **1.1.1. Transportadores e Frota Registrados**

A Tabela 01 mostra o quantitativo de transportadores registrados na base de dados do RNTRC e o respectivo total de veículos por categoria, considerando tanto os

re cadastramentos quanto os novos registros efetivados até 31 de Dezembro de 2010. Ressalte-se que estes números podem variar dia a dia tendo em vista novos registros, eventuais cancelamentos e/ou suspensões de Certificados e a modificação na frota dos transportadores cadastrados.

Tabela 01 RNTRC

<b>Tipo de Transporte*</b>	<b>Número de Registros</b>	<b>Número de Veículos</b>	<b>Veículos / Transportador</b>
<b>TAC</b>	409.260	616.393	1,5
<b>ETC</b>	69.209	698.751	10,1
<b>CTC</b>	197	10.057	51,1
<b>Total</b>	478.666	1.325.201	2,7

Atualizada em 31/12/2010

(\*) Apenas transportadores cadastrados após 19/05/2009 e transportadores recadastrados

### 1.1.2. Novos registros e recadastramentos realizados em 2010

Conforme disposto na Resolução ANTT nº 3056/2009, os transportadores rodoviários de cargas deveriam se apresentar à ANTT ou a entidades que atuam em cooperação com a Agência para se adequarem aos termos estabelecidos na referida Resolução.

No decorrer do ano de 2010, essa adequação ensejou as seguintes atividades:

Tabela 02 - RNTRC

<b>Atividade</b>	<b>Total em 2010</b>
Novos Cadastros	88.446
Recadastramentos	152.601
Alterações de frota	293.099

### 1.1.3. Idade Média da Frota

Considerando a necessidade de adequação dos transportadores registrados na base de dados do RNTRC às exigências da Resolução nº 3056/09, após o término do recadastramento dos transportadores, foram obtidos os seguintes resultados na idade média dos veículos cadastrados:

Tabela 03 - Idade Média dos Veículos (anos)

<b>Tipo de Veículo</b>	<b>Autônomo</b>	<b>Empresa</b>	<b>Cooperativa</b>	<b>Total</b>
CAMINHÃO LEVE (3,5T A 7,99T)	18,6	7,8	12,9	13,1
CAMINHÃO SIMPLES (8T A 29T)	22,2	10,2	16,8	16,4
CAMINHÃO TRATOR	16,3	6,8	15,0	12,7
CAMINHÃO TRATOR ESPECIAL	14,7	5,2	15,2	11,7
CAMINHONETE / FURGÃO	10,1	5,5	7,7	7,8
REBOQUE	17,3	12,8	15,8	15,3
SEMI-REBOQUE	13,0	7,8	11,5	10,8
SEMI-REBOQUE COM 5ª RODA	7,1	4,1	2,9	4,7
SEMI-REBOQUE ESPECIAL	13,4	7,1	4,9	8,5
UTILITÁRIO LEVE (0,5T A 1,49T)	13,9	5,7	6,5	8,7
VEÍCULO OPERACIONAL DE APOIO	22,9	14,2	7,2	14,8
Total	18,7	8,2	13,7	13,1

## 1.2. Habilitação para o Transporte Rodoviário Internacional de Cargas e de Operador de Transporte Multimodal:

A atividade do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – TRIC, no âmbito do Cone Sul, obedece às normas estabelecidas nos acordos internacionais sobre transporte e trânsito internacional e nas legislações nacionais de cada país, tendo sido aprovada no Brasil pelo Decreto nº 99.704/1990, que dispõe sobre o Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre entre o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai, o Peru e o Uruguai e regulamentado pela Resolução ANTT nº 1.474/2006. Entre Brasil e Venezuela, essa atividade foi aprovada pelo Decreto 2.975/1999 que promulga o Acordo sobre o Transporte Internacional de Passageiros e Cargas.

A habilitação do Operador de Transporte Multimodal – OTM é regulamentada pela Resolução ANTT nº 794/2004.

Com amparo nas normas citadas, no ano de 2010 foram concedidas as habilitações e as autorizações, conforme a tabela 04:

<b>Habilitações emitidas em 2010</b>		<b>Autorizações emitidas em 2010</b>	
Licenças Originárias	180	Viagem Ocasional Brasileira	194
Licenças Complementares	179	Viagem Ocasional Estrangeira	267
OTM	64	Modificação de Frota Brasileira	5.997 <sup>1</sup>
Modificação de Frota Estrangeira		2.884 <sup>2</sup>	

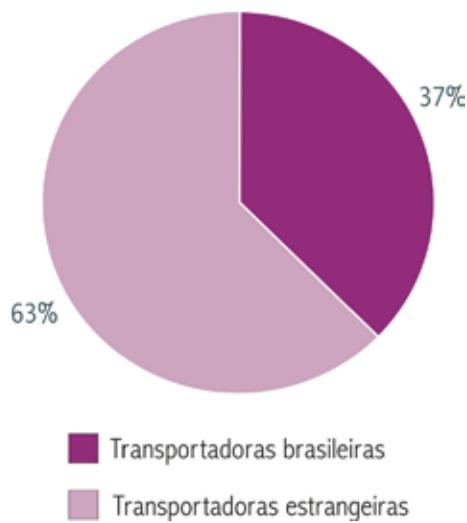
1- Equivale ao número de autorizações (fax) emitidas

2- Equivale ao número de requerimentos (fax) processados

A seguir as tabelas 05, 06 e 07, contêm o quantitativo das empresas brasileiras e estrangeiras habilitadas para o transporte internacional em 31/12/2010.

Origem	Empresas	Frota
Brasileiras	637	60.359
Estrangeiras	1.082	32.291

### PARTICIPAÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL - CONE SUL



### PROPORÇÃO DA FROTA HABILITADA NO MERCADO INTERNACIONAL - CONE SUL

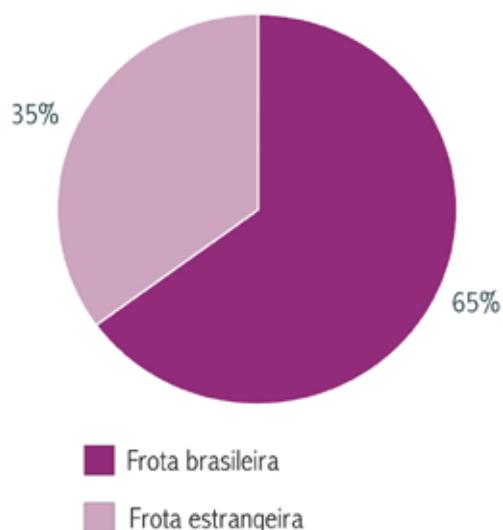


Tabela 06 - Empresas brasileiras habilitadas em 31/12/2010

País de Destino	Empresas	Frota
Argentina	517	46.243
Bolívia	84	7.978
Chile	294	29.406
Paraguai	178	28.048
Peru	32	2.104
Uruguai	221	21.734
Venezuela	18	1.082

Obs: Uma mesma empresa e um mesmo veículo podem ser habilitados para mais de um país.

Gráfico 03: Destino das empresas brasileiras habilitadas

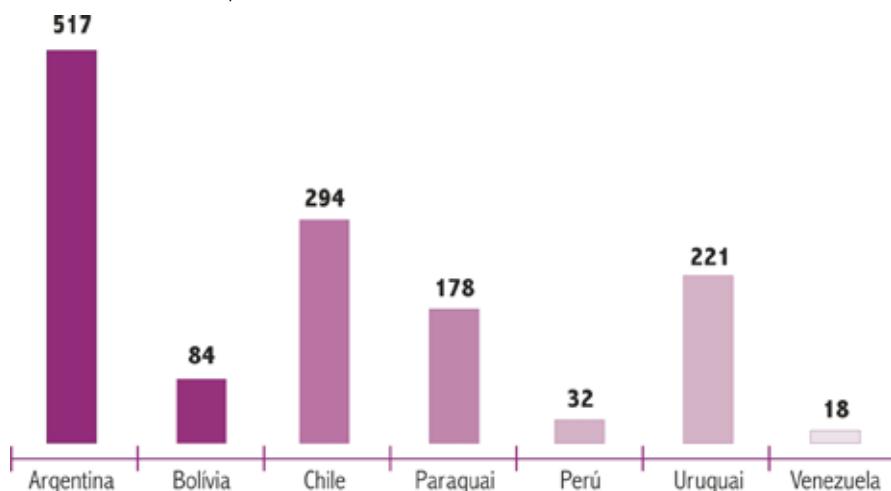
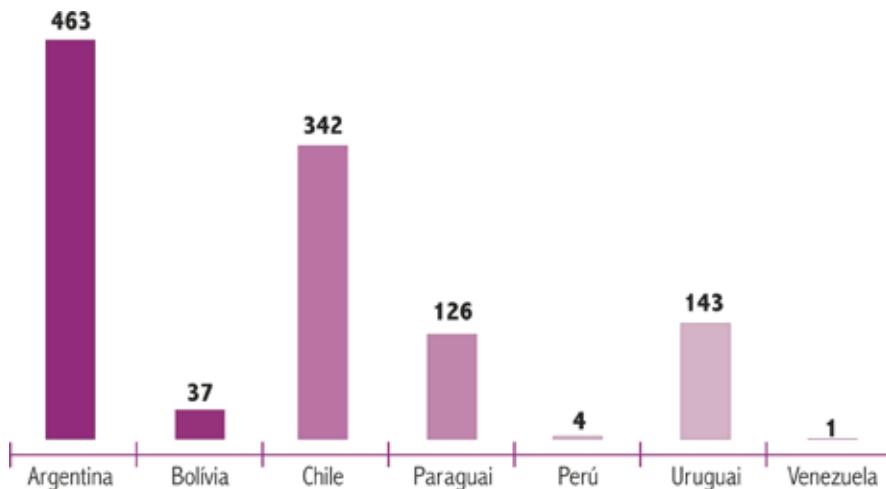


Tabela 07 - Empresas estrangeiras habilitadas em 31/12/2010

País de Origem	Empresas	Frota
Argentina	463	16.795
Bolívia	37	1.241
Chile	342	5.669
Paraguai	126	7.628
Peru	4	92
Uruguai	143	3.000
Venezuela	1	15

Gráfico 06: Empresas estrangeiras habilitadas no tráfego com o Brasil



## 2. Participação de Fóruns Temáticos

A ANTT tem participado ativamente dos seguintes fóruns temáticos ligados às suas áreas de atuação:

### 2.1. Conhecimento de Transporte eletrônico – CT-e

Este trabalho é coordenado pelo Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENCAT, entidade formada por representantes das Secretarias de Fazenda estaduais, iniciou em novembro de 2006, e objetiva a criação de um modelo de documento eletrônico que substituirá os modelos utilizados atualmente emitidos em papel em todos os modais de transporte.

Durante o ano de 2010, foram realizadas sete reuniões técnicas onde foram debatidos aspectos técnicos e operacionais do transporte de carga nos diversos modais e suas interfaces com outros sistemas já implantados em órgãos públicos das diferentes esferas de governo.

No mês de setembro de 2009, iniciou a fase de testes voluntários para as empresas do modal rodoviário sendo que em 31 de dezembro de 2010 havia 18 UF's emitindo CT-e (SP, MG, MT, MS, RS, AM, BA, CE, GO, MA, RN, RO, SC, SE, ES, PR, RJ e TO) e mais de 8 milhões de conhecimentos eletrônicos emitidos.

Em outubro de 2010, foi disponibilizado, gratuitamente, o emissor de CT-e pela SEFAZ – SP. Este software será utilizado por pequenas e médias empresas na emissão do CT-e.

No quesito legislação foi publicado o Ajuste SINIEF 21, de 10 de dezembro de 2010, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e. Este documento visa facilitar a fiscalização de trânsito das mercadorias nos postos de fiscalização, visto que

permite maior agilidade na captura dos números dos conhecimentos de transportes nele relacionados.

A implantação da obrigatoriedade foi adiada para o ano de 2012 e será feita de forma gradual, iniciando pelo modal rodoviário e posteriormente atingindo outros modais.

## 2.2. Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas eletrônico – CTMC-e

No ano de 2007, foi criado um subgrupo para propor um novo modelo de Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas dentro do conceito de documento fiscal eletrônico aplicado aos demais modais do projeto CT-e.

Após diversas reuniões com empresas habilitadas junto à ANTT a operarem como OTM, representantes das Secretarias de Fazenda Estaduais – SEFAZ, ANTAq e ANAC, no mês de outubro de 2009, foram propostos novos modelos de documento e novas regras operacionais. As empresas transportadoras participantes do projeto solicitaram um tempo para análise da proposta, sendo que até o fim de 2010 não tinham apresentado uma resposta à referida proposta.

## 2.3. Reuniões bilaterais e multilaterais do MERCOSUL

No âmbito do MERCOSUL, a Agência participou de cinco reuniões do Subgrupo de Transportes – SGT nº 5 e de três reuniões bilaterais na condição de Organismo de Aplicação do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT – celebrado entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. A ANTT também participou, ao longo de 2010, de duas reuniões da Comissão de Seguimento do Acordo de Alcance Parcial sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT com o propósito de revisão do Acordo, além de reuniões com países vizinhos para tratar de assuntos fronteiriços.

Como forma de complementar o assessoramento à participação e coordenação da SUCAR/ANTT nas reuniões bilaterais e multilaterais sobre transporte rodoviário internacional de cargas, no ano de 2010, foram elaborados três Relatórios de Apoio, com mapeamento da situação operacional, e sugestões para melhoria na relação entre esses países, contendo as seguintes informações:

### **Relatório de Apoio**

#### Habilitação

Número de empresas habilitadas no tráfego bilateral correspondente (Licenças Originárias, Licenças Complementares);

Número de Viagens Ocasionais emitidas no tráfego bilateral correspondente (Carga Própria; Autotransporte; Cargas especiais; etc); e

Número de empresas recadastradas recentemente e levantamento de situações pendentes.

### Operacional

Dificuldades na troca documental;  
Dificuldades de padronização documental;  
Dificuldades de comunicação; e  
Dificuldades na interpretação dos acordos.

### Propostas

Propostas de eliminação dos entraves e redução de burocracia;  
Propostas de correção das distorções de habilitação;  
Propostas de ampliação de mercado; e  
Proposta de facilitação dos fluxos no transporte rodoviário internacional de cargas.

#### 2.4. Reuniões com as entidades conveniadas para inscrição no RNTRC

A GETAR/SUCAR — Gerência de Transporte Autorizado de Cargas, responsável pela operacionalização do RNTRC, treinou mais de 400 pessoas em todo o Brasil (tabela 08), para atuarem como replicadores junto aos postos de atendimento.

Também foram treinados os servidores das regionais que atuam no cadastramento do RNTRC e todos os atendentes da Ouvidoria da ANTT. Estes replicadores estão aptos a sanar as principais dúvidas referentes à legislação do RNTRC e a operação do sistema.

Tabela 08 - Treinamentos realizados em 2010.

<b>Entidades Treinadas</b>	<b>Número de Participantes</b>
CNT	85
MUBC	145
OCB	30
ANTT – Regionais/Sede	113
SINDIARROZ-MG	5
ANFAVEA	14
ANGIS	6
Ouvidoria	45

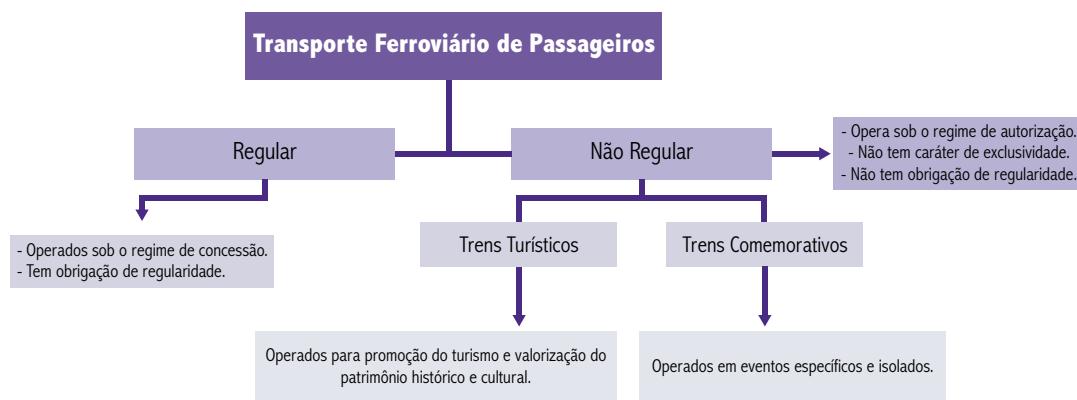
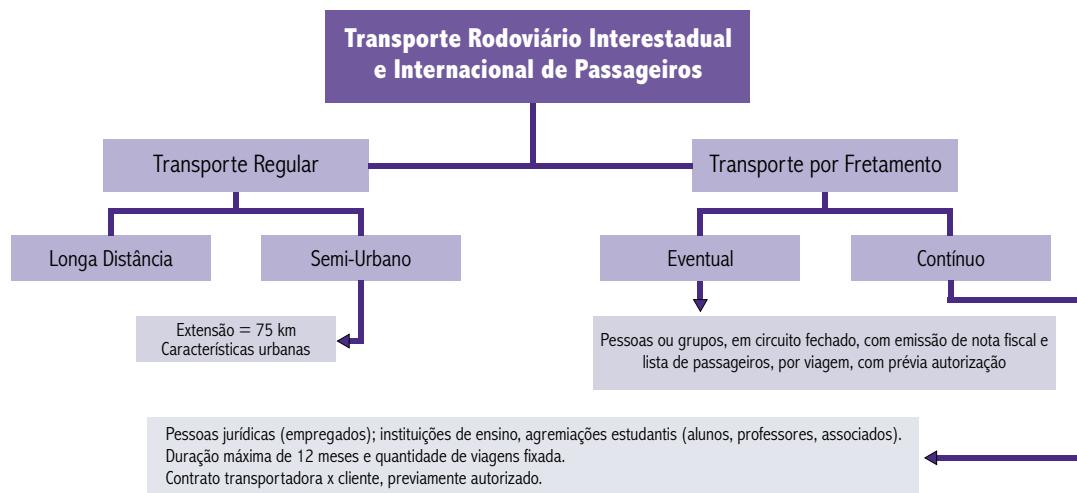
# TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS



Compete à ANTT, por meio da Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS, a gestão da atividade referente ao Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e ao Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros, realizado na malha ferroviária concedida.

## 1. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

Os serviços de transporte de passageiros sob responsabilidade da SUPAS são classificados conforme esquema a seguir.



## 2. ATIVIDADES RELATIVAS AO TRANSPORTE REGULAR RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS

### 2.1. Modificação e Alteração Operacional de Serviços Regulares – Em geral

Nos termos do Decreto nº 2.521/98, os prestadores de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime regular podem solicitar modificações dos serviços por eles prestados ao ente regulador, consubstanciado em duas modalidades: modificação do serviço strictu sensu e alteração operacional do serviço.

As modificações dependem de aprovação prévia e expressa da ANTT, baseada em aspectos técnicos e mercadológicos.

Já as alterações operacionais dos serviços são livres ao prestador, desde que haja comunicação à ANTT com antecedência mínima de 15 dias da efetiva alteração. Ressalta-se, por oportuno, que somente a alteração de pontos de parada coincidente com Terminal Rodoviário exige o pedido justificado e prévia aprovação desta Agência.

Em 2010, foram analisadas 393 (trezentas e noventa e três) modificações\alterações de serviços, conforme tabela a seguir.

**MODIFICAÇÕES/ALTERAÇÕES OPERACIONAIS SERVIÇOS - POR TIPO**

AÇÃO	MESES												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Alteração de Horários/Frequência	4	3	1	3	2	1	3	0	2	0	2	7	28
Alteração de dados - Linha	0	0	3	0	0	0	1	3	0	0	0	0	7
Alteração de Esquema Operacional	9	7	5	6	5	4	4	3	3	22	17	3	88
Alteração de itinerário	1	0	2	2	3	2	1	1	0	0	2	0	14
Implantação de seções	0	3	11	12	1	4	0	1	6	0	1	0	39
Supressão de seções	0	0	1	2	1	0	0	2	0	0	1	0	7
Autorização de Viagem Parcial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Implantações de viagem semi-direta	3	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Implantações de serviços	0	1	0	1	2	0	1	0	0	2	1	1	9
Implantações de serviços diferenciados	3	0	4	4	1	3	2	1	2	7	4	16	47
Paralisações de serviços diferenciados	0	0	3	2	2	1	1	3	2	0	9	1	24
Paralisações de serviços	3	1	13	2	5	0	7	5	6	5	14	0	61
Reativação de serviço complementar.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inclusão e Exclusão de veículos	6	5	3	1	1	1	1	2	10	8	13	7	58
<b>SUBTOTAL POR MÊS</b>	<b>29</b>	<b>20</b>	<b>54</b>	<b>35</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>31</b>	<b>44</b>	<b>64</b>	<b>35</b>	<b>393</b>

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, 2010.

Dentre as alterações operacionais, as de horários/frequências tiveram uma redução de 54% entre 2009 e 2010. Tal redução ocorreu em decorrência da implantação do Sistema de Gerenciamento de Permissões – SGP, que possibilita o acesso ao sistema via web pelas empresas e a realização de agendamentos e alterações.

As paralisações de serviços ficaram em segundo lugar, com acréscimo de 239% de 2009 para 2010. Outras alterações sofreram acréscimos consideráveis no período: implantação de serviços diferenciados, que apresentou apenas 2 solicitações em 2009, aumentou em 2350% em 2010, passando para 47 solicitações; inclusão e exclusão de veículos (+383%); paralisações de serviços diferenciados, que também não tinha muita representação em 2009, com apenas uma solicitação passou, em 2010, para 24 solicitações (+2400%).

Comparando-se os dados de 2010 com os dados de 2009, pode-se identificar que não houve redução considerável em nenhum tipo de alteração operacional nos serviços regulares. Conforme dados acima, verifica-se um acréscimo de cerca de 40% nas solicitações de modificações/alterações operacionais entre 2009 e 2010.

### **2.1.1.Terminais Adicionais - Resolução nºs. 767/2004 e 1979/2007**

O processo consiste na solicitação de utilização de terminal adicional por parte da empresa permissionária/autorizatária especial que deverá ser instruído com as informações citadas no art. 2º da Resolução nº 767/2004.

Em 2010, foram analisados 6 (seis) pedidos de permissionárias e autorizatárias sob regime especial para operar em Terminal Adicional e deferidos 2 (dois) pedidos.

### **2.1.2.Operação Simultânea – Resoluções nºs. 1421/2006 e 2551/2008**

Trata-se de utilização de um único ônibus para a operação simultânea de serviços de mesma categoria de transporte rodoviário de passageiros de uma mesma permissionária.

Em 2010, foram analisados 64 (sessenta e quatro) processos de solicitações de operação simultânea e deferidos 47 (quarenta e sete).

#### **OPERAÇÃO SIMULTÂNEA DE SERVIÇOS**

MESES													TOTAL
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
4	1	15	8	1	8	6	8	6	6	1	0		64

Fonte: SUPAS, GERPA, 2010.

Em relação a 2009, houve uma redução de 21% nas solicitações de operação simultânea de serviços em relação à 2010. Do total de pleitos analisados, 39% foram solicitações de prorrogação de autorizações concedidas em 2009.

### **2.1.3. Frequência Mínima – Resoluções nºs. 597/2004, 2275/2007 e 2528/2008**

Em 2010, os pleitos analisados resultaram em:

<b>Redução de Frequência Mínima</b>	Total
Ofícios comunicando a impossibilidade de atendimento do pleito.	53
Ofícios solicitando informações e/ou esclarecimentos complementares.	50
Pleitos deferidos	40
Pleitos indeferidos	13
<b>TOTAL</b>	<b>156</b>

Fonte: SUPAS, GERPA, 2010.

### **2.1.4. Utilização de Ônibus de Terceiros – Resoluções nºs. 870/2005 e 1417/2006**

Trata-se de utilização de ônibus de outras empresas, sejam de permissionárias, autorizatárias especiais, fretamento e turismo, que estejam regularizados junto à ANTT, devendo o requerimento ser instruído com a documentação exigida (arts. 2º e 3º - 1417/2006).

<b>Pleitos Analisados</b>	<b>MESES</b>												<b>TOTAL</b>
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Autorizatárias sob Regime Especial p/Autorizatárias sob Regime Especial	6	5	4	5	7	5	5	9	1	3	2	12	64
Autorizatárias (fretado) p/ Autorizatárias sob Regime Especial	9	6	12	1	7	2	4	6	1	7	17	52	124
Decisão Judicial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montadora p/Autorizatárias sob Regime Especial	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Indeferidos	2	0	1	0	0	2	0	2	2	0	4	3	14
<b>SUBTOTAL POR MÊS</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>23</b>	<b>67</b>	<b>203</b>

Fonte: SUPAS, GERPA, 2010

Os meses de novembro e dezembro concentraram 44% do total de pleitos analisados no ano. Tal percentual é justificado pelo fato de que 89% dos pleitos são fundamentados no inciso I, art. 2º, da Resolução ANTT nº 1417/2006, que estabelece um prazo máximo de até 90 dias para utilização de veículos de propriedade de outra empresa para atendimento de variação incomum e temporária de demanda de um serviço, sobretudo em períodos e datas festivas, religiosas e feriados prolongados.

Em comparação com os dados de 2009, a utilização de ônibus de autorizatárias sob regime especial para autorizatárias, também sob o regime especial, apresentou uma redução de 57% em 2010. Já na utilização de ônibus de permissionárias por autorizatárias em regime especial, houve um acréscimo de 343%. Em 2010, os casos de indeferimento

de pedido reduziram-se em 36% no período. Essa redução no número de indeferimento de pedidos foi alcançada em função de nova reorganização do setor da GERPA/SUPAS que trata do assunto com consequente esclarecimento às autorizatárias interessados na utilização de ônibus de terceiros.

### **2.1.5.Tarifa Promocional – Resolução nº.1928/2007**

Consiste na possibilidade de reduzir o valor da tarifa pelas empresas permissionárias/ autorizatárias em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos usuários.

Foram requeridos e cadastrados, via SGP, 15.465 solicitações/cancelamentos sobre tarifa promocional, como demonstra tabela a seguir.

<b>AÇÃO</b>	<b>MESES</b>												<b>TOTAL</b>
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Tarifa promocional (Via SGP)	384	460	1.256	381	1.994	3.452	967	1.074	726	1.263	2.326	1.182	15.465

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP, 2010.

### **2.1.6.Transferência de Serviços – Resoluções nº. 1445/2006 e nº.3076/2009**

A Resolução ANTT nº 3076/09 estabelece os critérios e procedimentos para a transferência de serviços operados por empresas que possuem autorização sob regime especial.

Ao longo de 2010 foram autorizadas as transferências de 23 (vinte e três) serviços a 5 (cinco) empresas, dentre as quais 4 (quatro) já eram operadoras de outros serviços regulares e 1 (uma) nova operadora.

Os processos de transferência de linhas fundamentados na Resolução ANTT nº 1.445/06 foram arquivados devido à publicação das Resoluções ANTT nºs 2868 e 2869/08 e alterações, que transformaram as permissões em autorizações em regime especial.

## **2.2.Atividades de Cadastramento do Serviço de Transporte Regular**

### **2.2.1.Aativação de Frota – Resolução nº. 839/2005**

Trata-se de procedimento de cadastramento, onde as empresas prestadoras de serviços são responsáveis pelo cadastramento de seus ônibus, no SGP, via internet, e posteriormente encaminham cópias do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV, para sua ativação pela SUPAS. Somente após ativação no sistema, é que as empresas podem operar com esses veículos.

Na tabela a seguir são apresentados os quantitativos de ônibus ativos e pendentes de ativação nos serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros.

### **FROTA DE ÔNIBUS ATIVOS E PENDENTES DE ATIVAÇÃO**

MÊS	SITUAÇÃO	Nº DE VEÍCULOS
JAN	Ativos	14.571
	Pendentes Ativação	1.242
FEV	Ativos	14.786
	Pendentes Ativação	1.348
MAR	Ativos	14.882
	Pendentes Ativação	1.411
ABR	Ativos	15.018
	Pendentes Ativação	1.445
MAI	Ativos	15.246
	Pendentes Ativação	1.494
JUN	Ativos	15.430
	Pendentes Ativação	1.544
JUL	Ativos	15.613
	Pendentes Ativação	1.975
AGO	Ativos	15.754
	Pendentes Ativação	1.970
SET	Ativos	15.857
	Pendentes Ativação	1.966
OUT	Ativos	16.017
	Pendentes Ativação	1.876
NOV	Ativos	16.136
	Pendentes Ativação	1.836
DEZ	Ativos	16.136
	Pendentes Ativação	1.836

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP-FROTA, 2010

#### **2.2.2.Cadastro de Motoristas – Resolução nº. 1971/2007**

Conforme disciplina a Lei nº 9.503/07 (Código de Trânsito Brasileiro), é obrigatório o cadastramento dos motoristas de empresa e o encaminhamento das certidões criminal federal e estadual de cada um que foi internalizada pela ANTT pela Resolução nº. 1971/2007

Ressalte-se que, conforme disposições da Resolução ANTT nº 1971/2007, as permissionárias e autorizatárias somente poderão oferecer serviços com condutores devidamente cadastrados e ativos nesta Agência.

Na tabela a seguir é apresentada a situação cadastral dos motoristas na ANTT, das empresas que operam serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros.

### MOTORISTAS ATIVOS, DEMITIDOS E PENDENTES DE ATIVAÇÃO

MÊS	SITUAÇÃO	QUANTIDADE	MÊS	SITUAÇÃO	QUANTIDADE
JANEIRO	Ativo	20.531	JULHO	Ativo	21.887
	Demitido	10.453		Demitido	14.161
	Pendente Ativação	4.785		Pendente Ativação	5.197
FEVEREIRO	Ativo	20.632	AGOSTO	Ativo	22.258
	Demitido	11.930		Demitido	14.503
	Pendente Ativação	4.857		Pendente Ativação	5.276
MARÇO	Ativo	20.774	SETEMBRO	Ativo	22.791
	Demitido	12.897		Demitido	14.844
	Pendente Ativação	4.857		Pendente Ativação	5.388
ABRIL	Ativo	20.976	OUTUBRO	Ativo	23.456
	Demitido	13.250		Demitido	15.243
	Pendente Ativação	4.901		Pendente Ativação	5.580
MAIO	Ativo	21.193	NOVEMBRO	Ativo	24.007
	Demitido	13.570		Demitido	15.500
	Pendente Ativação	4.971		Pendente Ativação	5.749
JUNHO	Ativo	21.548	DEZEMBRO	Ativo	24.603
	Demitido	13.877		Demitido	15.773
	Pendente Ativação	5.110		Pendente Ativação	5.897

Fonte: SUPAS, GERPA, SISMOT, 2010

### 2.2.3. Empresas e Serviços Regulares por Tipo de Serviço

Relativamente ao ano anterior, a quantidade de empresas autorizatárias especiais de serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros não sofreu uma alteração significativa. Em relação a 2009, houve a redução de 2 (duas) empresas em relação ao total de empresas no final de 2010 (257).

Na tabela a seguir é apresentado o quantitativo de empresas que operam os serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros e quantitativo de serviços regulares por tipo.

Empresas Permissionárias e Autorizatórias Especiais <sup>1</sup>	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	261	261	261	260	261	261	261	261	259	258	257	257
Serviços Regulares Ativos <sup>2</sup>	2682	2683	2699	2689	2689	2684	2686	2682	2675	2677	2675	2683
Básicos <sup>3</sup>	1776	1779	1793	1784	1784	1785	1785	1780	1778	1775	1772	1765
Complementares <sup>4</sup>	537	535	535	533	533	528	528	528	525	525	524	529
Diferenciados	369	369	371	372	371	372	373	374	372	377	379	389

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, 2010.

### **2.3. Reajuste das Tarifas do Transporte Rodoviário de Passageiros – Resoluções Nºs 1627/2006 E 2130/2007**

Atualmente, tanto os serviços de longa distância quanto os semiurbanos são reajustados por meio de fórmulas paramétricas que consideram os custos operacionais dos dois serviços. As fórmulas contêm índices de preço estabelecidos pela Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Para o serviço semiurbano os índices são apurados de maio de um ano a abril do ano seguinte, que resultou no reajuste de 1,195%, aplicado a partir de 25 de julho de 2010, conforme Resolução ANTT nº 3539/2010.

Para o serviço de longa distância, os índices são apurados de junho de um ano a maio do ano seguinte, que resultou em um reajuste de 2,134%, aplicado a partir de 1º de julho de 2010, conforme Resolução ANTT nº 3538/2010.

### **2.4. Outras Atividades Relacionadas ao Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros**

#### **2.4.1. Serviços Regulares Autorizados Implantados**

Durante o ano, 46 (quarenta e seis) serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros foram autorizados a operar, tanto em linha base como em linha complementar, por autorização ou por decisão judicial, sendo que 36 (trinta e seis) referem-se à implantação de serviço diferenciado.

1 - Inclui empresas permissionárias, autorizatórias especiais e por autorização judicial.

2 - Inclui serviços autorizados por decisão judicial.

3 - Serviços inicialmente outorgados, permissões, hoje 36 permissionárias e as demais autorizatórias especiais ou por autorização judicial.

4 - Serviços autorizados, a partir de um serviço básico, após a promulgação da CF de 1988, com base no Regulamento em vigor, Decreto no 92.353/86, revogado pelo Decreto no 952/93. Os serviços existentes até a publicação do Decreto no 96.756/88, foram, por este, transformados em básicos, no regime de permissão. As variações são decorrentes dos ajustes introduzidos após análise das permissões (Acórdão do TCU nº 1.918/2003 - Plenário).

## **2.4.2.Serviços Regulares Paralisados - Resolução ANTT nº 3.076, de 26/03/2009**

A Resolução ANTT nº 3.076, de 26/03/2009 que, dentre outras disposições, estabeleceu critérios e procedimentos para a paralisação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros operados sob o regime de autorização especial. Ao longo de 2010, foram paralisados 100 (cem) serviços, dentre as 61 (sessenta e uma) solicitações mencionadas anteriormente, após análise dos critérios e dos procedimentos previstos pela legislação citada, verificou-se de que estes serviços, na sua grande maioria, seriam absorvidos por serviços existentes.

## **2.5.Solicitações Diversas Envolvendo Permissionárias e Autorizatárias em Regime Especial**

Dentre as diversas atividades no âmbito de regulação na prestação dos serviços de transporte interestadual, internacional e semiurbano de passageiros, destacam-se as relacionadas abaixo.

<b>Ação</b>	<b>MESES</b>												<b>TOTAL</b>
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Solicitações gerais por parte de representantes de empresas permissionárias, Órgãos Públicos, Políticos, Associações, Decisões Judiciais, etc.	6	9	16	17	23	17	10	0	14	15	19	6	152
Audiência Judicial	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Denúncias de empresas e usuários	0	0	5	0	2	2	2	3	12	6	6	2	40
Envio de Certidões / Informações / Esclarecimentos	4	8	13	12	10	13	10	19	8	5	3	7	112
Solicitação de linha (Estudos de Viabilidade)	11	4	7	2	3	6	11	3	13	11	3	3	77
Terminal Rodoviário Adicional	0	0	1	0	0	0	0	0	3	2	0	0	6
Recursos Administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relatório de Procurações	24	6	6	2	1	4	4	0	0	0	0	0	47
Resoluções (Proposições em andamento)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Cópia de processos	8	1	2	4	2	2	6	6	3	6	7	7	54
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>28</b>	<b>50</b>	<b>37</b>	<b>42</b>	<b>44</b>	<b>43</b>	<b>31</b>	<b>53</b>	<b>45</b>	<b>38</b>	<b>29</b>	<b>493</b>

Fonte: SUPAS, GERPA, 2010.

## **2.6. Coleta de Dados Operacionais - Resolução N° 248/2003**

As empresas devem enviar para a ANTT os dados de desempenho operacional e os balancetes analíticos mensais. A ANTT disponibiliza, via web, o sistema SISDAP para que as mesmas acessem e informem os dados solicitados. Dentre as informações prestadas constam aquelas referentes ao atendimento do deficiente físico e do idoso.

Para as empresas que não apresentam os dados no prazo previsto nos normativos, a ANTT procede a autuação das empresas inadimplentes. Na tabela a seguir consta o número de empresas operadoras que enviaram os dados nos prazos previstos na legislação.

COLETA DE DADOS OPERACIONAIS	QUANTIDADE (*)
Coleta de Dados Operacionais 1º trimestre de 2010	202
Coleta de Dados Operacionais 2º trimestre de 2010	200
Coleta de Dados Operacionais 3º trimestre de 2010	195
Coleta de Dados Operacionais 4º trimestre de 2010 (*)	192

Fonte: SUPAS, GERPA, Dados preliminares SISDAP, 2010.

(\*) Números de empresas que prestaram informações até 20/06/11.

### 3. AÇÕES RELATIVAS AO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

Para prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros é condição essencial o acordo entre os países.

Atualmente, o Brasil possui acordo com os seguintes países: República da Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, República do Chile, República do Paraguai, República do Peru e República do Uruguai, firmado por meio do Decreto nº 99704, de 20/11/1990; República Bolivariana da Venezuela, firmado por meio do Decreto nº 2.975, de 1º/03/1999; República Cooperativista da Guiana, firmado por meio do Decreto nº 5.561, de 10/10/2005. E, ainda, encontra-se em andamento o acordo com a Guiana Francesa. Além desses, ainda há os acordos fronteiriços considerados instrumentos necessários para a cooperação e desenvolvimento das regiões ao longo da fronteira em comum, tendo o trabalho conjunto das autoridades nacionais e municipais de ambos os países, que permita dar soluções aos problemas que envolvam a competência dos países signatários.

A ANTT é o organismo de aplicação desses acordos. A criação de serviços regulares e a definição dos respectivos dados operacionais (itinerário, frequência, terminais rodoviários, pontos de seção e de fronteira) são acordados previamente em reuniões bilaterais ou multilaterais. O início da operação está condicionado ao encaminhamento ao país de destino das informações e documentação pré-estabelecidas nesses acordos.

No caso do Brasil, há a obrigatoriedade legal de licitação para a delegação da prestação de serviços regulares rodoviários internacionais de passageiros.

#### 3.1. Temporada Turística

Os serviços de temporada turística internacional visam suprir um aumento de demanda em certas épocas do ano (alta temporada). São divididos em duas categorias: permanente e não permanente. Atualmente, a temporada turística permanente está acordada entre Brasil e a Argentina e entre o Brasil e o Uruguai e a temporada turística não permanente entre Brasil e a Argentina.

O serviço de temporada turística permanente é aquele criado e acordado entre os países para atender à demanda em seção de uma linha internacional já existente. Este serviço, no Brasil, é realizado necessariamente pela empresa que opera a linha originária. Atualmente, há 8 (oito) serviços de temporada turística permanente acordados com a Argentina e 2 (dois) com o Uruguai. Vale registrar que não há obrigatoriedade na prestação destes serviços visto que são operados de acordo com a demanda.

### **TABELA COM DESCRIÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS AO TRANSPORTE INTERNACIONAL, BEM COMO O QUANTITATIVO REALIZADO.**

<b>AÇÕES</b>	<b>MESES</b>												<b>TOTAL</b>
	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>	
Expedição/Renovação de Licenças Originárias	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Expedição/Renovação de Licenças Complementares	7	1	0	0	2	0	1	1	0	0	2	2	16
Habilitação de frota de veículos que exploram serviços regulares internacionais	2	1	0	0	1	1	1	3	5	4	4	5	27
Modificação de serviços	2	2	0	3	4	2	1	4	3	0	1	0	22
Temporada permanente													10
Temporada turística	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0	5
Atividades Diversas	3	3	3	0	0	3	2	8	10	12	15	13	72
<b>SUBTOTAL POR MÊS</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>26</b>	<b>20</b>	<b>153</b>

Fonte: SUPAS, GERPA.

### **QUADRO RESUMO DA AGENDA DE REUNIÕES NO ÂMBITO DO TRANSPORTE INTERNACIONAL.**

<b>FÓRUM DE DISCUSSÃO</b>	<b>FINALIDADE</b>
SGT-5 -ATIT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• XI e XII Reunião do Artigo 16 do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT – Montevidéu, Uruguai</li> </ul>
MERCOSUL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião Técnica Preparatória para a XXXIX e XL Reunião do SGT-5.</li> <li>• XXXIX e XL Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 5 – Transportes do MERCOSUL</li> <li>• I Reunião do Grupo Permanente de Caráter Técnico para Integração das Informações de Transporte de Passageiros e Cargas – Sistematização de Dados – Foz do Iguaçu, Brasil.</li> </ul>
SGT-5 BILATERAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3ª Reunião de Negociação Brasil/França, relativa ao Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas - Guiana Francesa.</li> <li>• 4ª Reunião de Negociação Brasil/França, relativa ao Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas.</li> <li>• Reunião Bilateral Brasil/Venezuela do Grupo de Trabalho de Turismo – Brasília.</li> <li>• XXXI Reunião Bilateral Brasil/Paraguai dos Organismos de Aplicação do ATIT – Assunção.</li> <li>• X Reunião do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço - Brasil/Venezuela – Brasília.</li> <li>• Reunião Bilateral Brasil/Argentina – Rio de Janeiro..</li> <li>• Reunião Técnica Brasil/Paraguai para tratar de assuntos relacionados ao Circuito Turístico da Tríplice Fronteira – Foz do Iguaçu.</li> </ul>
SGT-5 TRILATERAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• II Reunião Técnica de Acompanhamento do Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira - Argentina, Brasil e Paraguai - Puerto Iguaçu.</li> <li>• Reunião Bioceânica Brasil, Bolívia e Chile - La Paz, Bolívia.</li> </ul>
REUNIÕES TÉCNICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião na ANVISA sobre o Regulamento Sanitário Internacional. Brasília.</li> <li>• Reunião ANTT e Foztrans – Convênio e Acordo da Tríplice Fronteira. Foz do Iguaçu. Reuniões de instalação do sistema no FozTrans e de fiscalização educativa na Ponte da Amizade. Foz do Iguaçu.</li> </ul>

Fonte: SUPAS, GERPA, 2010.

## 4. AÇÕES NO ÂMBITO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Regulamentação e controle da execução quanto à prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros regular e não regular e com finalidade turística, histórico-cultural e comemorativa.

### 4.1. Transporte Regular Ferroviário de Passageiros

Atualmente, existem dois trechos na malha federal concedida onde são prestados os serviços de transporte de passageiros de caráter regular: a Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM, entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais e a Estrada de Ferro Carajás - EFC, que percorre os Estados do Pará e Maranhão, ambos os serviços estão sob a responsabilidade da concessionária VALE S.A.

#### SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

TRECHO	UF	EXTENSÃO	CONCESSIONÁRIA	OUTORGA
Parauapebas/São Luis - Estrada de Ferro Carajás - EFC	PA/MA	892 KM	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Decreto de 27/06/1997
Vitória/Belo Horizonte - Estrada de Ferro Vitória-Minas - EFVM	ES/MG	664 KM	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Decreto de 27/06/1997

Fonte: ANTT, Concessões Ferroviárias, Trens de Passageiros, 1º Semestre de 2010.

#### TRENS REGULARES (PASSAGEIROS TRANSPORTADOS) - 2010

EMPRESA	TRECHO	TOTAL
VALE	Parauapebas/São Luis - <b>EFC</b>	326.341
	Vitória/Belo Horizonte - <b>EFVM</b>	1.010.271
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.336.612</b>

Fonte: ANTT, Concessões Ferroviárias, Evolução do Transporte Ferroviário, 2010

### 4.2. Autorização para Operação de Trens Turísticos e Comemorativos - Resolução Nº 359, De 2003

Trata-se de autorização para o transporte ferroviário não regular e eventual de passageiros, com finalidade turística ou comemorativa, onde a empresa interessada solicita a operação do serviço, mediante apresentação de requerimento acompanhado da documentação especificada na Resolução nº. 359/2003.

No ano de 2010, foram autorizadas 7 (sete) operações para trens turísticos e comemorativos. Além dos trens turísticos autorizados no ano de 2010, encontravam-se em operação 19 trens autorizados nos anos anteriores a 2010, totalizando 26 trens turísticos em operação.

## 5. ATIVIDADES RELACIONADAS À ELABORAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS E ADMINISTRATIVOS

### 5.1. Convênios e Acordos de Cooperação Técnica

Foi celebrado o Convênio nº 004/2010 com o FOZTRANS, vigente até 18/08/2015, que tem por objeto a cooperação técnico-operacional, visando à organização, acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

### 5.2. Elaboração / Adequação de Resolução

A ANTT atuou com vistas a atualizar o marco regulatório aplicável aos serviços ativos atualmente, entre as quais se destacam:

- Esquema Operacional: Alteração do art. 5º, Título V, da Resolução nº 18, de 23 de maio de 2002, que prevê a elaboração do esquema operacional de serviço como parte integrante da proposta técnica a ser apresentada nas licitações de novas linhas;
- Retenção e Apreensão de veículos: Revogação do Título I do Anexo à Resolução nº 19/2002 que prevê as penalidades de retenção e apreensão de veículos, tendo em vista a necessidade de atualização da legislação no âmbito do Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – ProPass Brasil;
- Inspeção Técnica Veicular: Estabelece normas e procedimentos relativos à Inspeção Técnica dos veículos;
- Acessibilidade: Estabelece normas e procedimentos para assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- Bilhete de Passagem: Dispõe sobre as condições gerais relativas à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte terrestre interestadual e internacional de passageiros;
- Características Veiculares: Define os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e suas características, e estabelece especificações e padrões técnicos a serem observados nos ônibus utilizados na operação desses serviços;
- Fretamento Contínuo: Dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros, sob o regime de fretamento contínuo.

### **5.2.1. Manual de Fiscalização**

A ANTT elaborou o manual de fiscalização dos serviços de transporte rodoviário terrestre interestadual e internacional de passageiros. Vale esclarecer que tal manual elenca as opções de infrações, os atos correspondentes, sua interpretação conforme a legislação específica, e a tipificação aplicável a cada caso.

### **5.3. Deliberações**

Das Deliberações editadas pela ANTT, específicas e referentes à prestação dos serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros e dos serviços não regulares de transporte ferroviário de passageiros com finalidade turística, histórico-cultural e comemorativa, destacam-se as relativas ao transporte ferroviário de passageiros e a de nº 308, de 08 de dezembro de 2010, que aprovou o encaminhamento ao Ministério dos Transportes do Plano de Outorgas do transporte rodoviário interestadual de passageiros. Em 2010, foram editadas 32 Deliberações sobre os serviços de transporte de passageiros.

### **5.4. Portarias**

As Portarias editadas pela SUPAS, que tratam das autorizações para a redução de freqüência mínima; alteração dos pontos de parada coincidentes com terminal rodoviário; outorgar licença complementar para o transporte rodoviário internacional de passageiros e emitir o respectivo certificado; o transporte rodoviário internacional em período de temporada turística, deferir o ajuste de itinerário, a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento contínuo e para a prestação do serviço de transporte ferroviário de caráter não regular e eventual com finalidade comemorativa, caracterizado pela realização de um evento específico e isolado. Em 2010, foram editadas 586 Portarias sobre os Serviços Regulares.

## **6. ESTUDOS DE VIABILIDADE**

O estudo de viabilidade é realizado quando há solicitação de autorização para operar uma linha ou requisição de instauração de processo de licitação para determinada linha.

Se o estudo indicar que a ligação tem potencial de exploração autônoma, ou seja, considerando apenas sua seção principal, é enviado ofício à empresa informando sobre a viabilidade. Contudo, considerando que se encontra definida a rede de linhas a serem licitadas no ProPass Brasil - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, informa-se também à empresa que essas linhas serão consideradas para futuras licitações.

Em caso de inviabilidade indicada pelo estudo, a empresa também é comunicada via ofício, ressaltando que após o processo licitatório serão definidas regras para adequação

do serviço prestado com vista a atualizá-lo e aperfeiçoá-lo, incluindo a possibilidade de implantação de seção e, caso a ligação pretendida preencha os requisitos estabelecidos, a cidade poderá ser atendida diretamente por transporte interestadual de passageiros.

Foram realizados 77 estudos de viabilidade em decorrência das solicitações das empresas sobre pedidos de linhas.

### **6.1. Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros - ProPassBrasil**



O Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros - ProPass Brasil, foi criado em 2008 para propor uma reestruturação do transporte rodoviário interestadual de passageiros de longa distância, servindo de base para a licitação desses serviços, frente ao fim do prazo das permissões, outorgadas sob a égide de legislações anteriores, sem prévia licitação.

### **6.2. Pesquisas de campo e estudos técnicos operacionais**

Com o fim da 1<sup>a</sup> fase do Projeto, em 2009, foi identificada a necessidade de levantar dados sobre a forma de prestação desses serviços, particularmente sobre a oferta e a demanda, tendo sido contratada para isso uma pesquisa de abrangência nacional e de grande complexidade, cuja magnitude e complexidade estão refletidas nos seguintes números aproximados:

Dados Pesquisa – Serviços Interestaduais operados por ônibus rodoviário	
Linhas pesquisadas	2,2 mil
Pares O/D	19,1 mil
Passageiros Transportados (estimado por ano) *	50,2 milhões
Questionários aplicados em terminais (válidos)	862 mil
Viagens monitoradas durante todo o percurso	3,3 mil
Quantidade de pesquisadores e supervisores	2,4 mil
Centros de observação (municípios diferentes)	179
Dias de pesquisa nos terminais	7 a 120
Período de realização	Dezembro/09 a Abril/10

\* Não considera a demanda intermunicipal.

A citada pesquisa, realizada em 2010, serviu de insumo para a elaboração do Plano de Outorga e Projetos Básicos dos serviços operados com ônibus do tipo rodoviário, submetidos ao Ministério dos Transportes também no citado ano, para a necessária avaliação e aprovação.

A 2ª Fase do ProPass Brasil também se caracteriza pela ampliação do escopo do Projeto, que passou a abranger os serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano e internacional de passageiros.

As pesquisas operacionais referentes a essas outras duas modalidades de serviços também foram concluídas em 2010, sendo caracterizadas pelos seguintes números:

Dados Pesquisa – Serviços Semiurbanos	
Serviços pesquisados	151
Linhas pesquisadas	670
Pares O/D	789
Passageiros Transportados (estimado por ano)*	101,8 milhões
Questionários aplicados	312,7 mil
Viagens monitoradas durante todo o percurso	7,5 mil
Municípios pesquisados	164
Período de realização	Junho/10 a Setembro/10

\* Não considera as demandas intermunicipal e intra-urbana.

Dados Pesquisa – Serviços Internacionais	
Serviços semiurbanos internacionais	
Linhas Pesquisadas (referente às linhas em operação em setembro/2010)	18
Passageiros Transportados (estimado por ano)	2,7 milhões
Viagens Monitoradas	10,4 mil
Centros de Observação (municípios diferentes)	8
Dias de Pesquisa nos Terminais	30 dias
Período de Realização	Setembro/10
Serviços rodoviários internacionais (longa distância)	
Linhas Pesquisadas (referente às linhas em operação em setembro/2010)	47
Pares O/D levantados	816
Passageiros Transportados (estimado por ano)	584,8 mil
Viagens Monitoradas	1,7 mil
Centros de observação (municípios diferentes)	38
Dias de Pesquisa nos Terminais	30 dias
Período de Realização	Setembro/10

Os mapas mostrados na sequência permitem visualizar a abrangência da rede do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros em todo território nacional e serve como indicativo da heterogeneidade dos serviços que serão licitados, demandando da ANTT um cuidado adicional na preparação das bases para a licitação.

**REDE DOS SERVIÇOS INTERESTADUAIS OPERADOS  
COM ÔNIBUS DO TIPO RODOVIÁRIO**



**REDES DOS SERVIÇOS INTERESTADUAIS SEMIURBANOS**



## REDE DOS SERVIÇOS INTERNACIONAIS



Diante do exposto, deve ser registrado que as pesquisas operacionais das três modalidades citadas tornaram necessárias diversas reuniões internas e com os consultores contratados para a pesquisa, de forma a encontrar soluções e metodologias inovadoras que permitissem superar os desafios encontrados em campo na elaboração dos estudos subsequentes.

### 6.3. Levantamento de Ativos e Custos Associados à Realização dos Serviços de Triip

O estudo de custos e ativos visou o desenvolvimento de metodologia para estimativa dos investimentos e custos associados aos serviços regulares do transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Os resultados desse estudo, associados aos resultados das pesquisas de levantamento de dados operacionais, citadas no item anterior, possibilitaram calcular o coeficiente tarifário máximo de referência, inserido no Plano de Outorgas mencionado.

### 6.4. Viagens intermunicipais no serviço interestadual

Retomado os contatos junto às esferas estaduais, na busca de solução de continuidade dos serviços para os usuários impactados pela impossibilidade de licitar as seções intermunicipais atendidas até então pelo serviço interestadual, finalizou-se a obtenção

de informações que permitiu construir uma modelagem que mantém o atendimento por meio de esquemas operacionais de embarque e desembarque associados a seções interestaduais.

O estudo consolida a análise do impacto da interrupção do atendimento das seções intermunicipais após a obtenção da posição de dezoito órgãos reguladores estaduais, entre os 25 contatados, a respeito dos serviços intermunicipais existentes, verificando, ainda, a pertinência da manutenção de seções intermunicipais que transpunham os limites de estado durante o deslocamento

## **7. ATIVIDADES RELATIVAS AO TRANSPORTE RODOVIÁRIO FRETADO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS**

### **7.1. Transporte Fretado Eventual**

Fretamento eventual é o serviço prestado por empresas detentoras de Certificado de Registro para Fretamento - CRF, em circuito fechado, em caráter ocasional, com relação de passageiros transportados e emissão de nota fiscal, por viagem, com prévia autorização da ANTT.

A região Sudeste representa 46,9% do total de autorizações emitidas e na sequência a Sul com 26,6%, a Nordeste com 13,8% e a Centro-Oeste e Norte com 10,5 e 2,2% respectivamente, praticamente a mesma distribuição de 2009.

Destacando os 10 principais Estados (MG, PR, SP, RJ, RS, SC, GO, DF, ES e BA), com um total de 248.637 autorizações emitidas, são responsáveis por aproximadamente 85% do total de viagens autorizadas no ano de 2010.

As receitas geradas pela prestação de serviços fretado eventual de passageiros são valores declarados nas Autorizações de Viagem. O valor total declarado pelos operadores foi R\$734,2 milhões de Reais no ano de 2010.

Deste total declarado, a região Sudeste representa 32,8%, em seguida a região Sul com 38,1%, a região Nordeste com 20,7% e a Centro-Oeste e Norte com 6,5 e 2,0% respectivamente em valor.

Destacando os 11 Estados mais representativos neste módulo (PR, SC, PB, MG, RJ, SP, RS, BA, GO, ES e DF), são responsáveis por aproximadamente 89% do total da receita. Foram publicadas 7 (sete) Resoluções específicas, que autorizaram a emissão do Certificado de Registro para Fretamento - CRF definitivo, com validade de 2 (dois) anos, para 1.667 (um mil, seiscentos e sessenta e sete) empresas que tiveram seus pedidos de cadastramento ou recadastramento aceito para prestação desses serviços.

As informações contidas nas Autorizações de Viagem de transporte fretado eventual de passageiros indicam aproximadamente 894 milhões de quilômetros percorridos no ano

de 2010, o que representa uma redução de aproximadamente 20% da quilometragem percorrida no ano anterior.

Em 2010, foram transportados, 11 milhões de pessoas, sendo que os 10 Estados mais representativos, por ordem de participação, são MG, PR, RJ, SP, RS, SC, DF GO, ES e MA, responsáveis por um total de 9.077 milhões de passageiros, aproximadamente 83% do total de pessoas transportadas.

## **7.2. Transporte Fretado Internacional**

As informações referem-se unicamente as empresas brasileiras credenciadas e usuárias do sistema de controle de viagem fretado da ANTT.

O serviço de transporte fretado internacional de passageiros entre os países da América do Sul representa em torno de 4% do volume de viagens fretadas.

O Paraguai se mantém como nosso maior destino do transporte internacional fretado de passageiros, com uma participação de 60,7% do total de viagens internacionais (60,09% em 2009).

O segundo destino mais procurado é o Uruguai, com 1.870 viagens (15,5%), e a Argentina é o terceiro, com 1.777 viagens, com 14,7% do total de viagens.

As viagens internacionais sob regime de fretamento tiveram um acréscimo de 35,8% (100.264 pessoas transportadas) em relação ao ano anterior. Os destinos Bolívia e Chile apresentaram uma redução de aproximadamente 9% e 4%, respectivamente, de passageiros transportados, em relação à 2009.

As receitas geradas pela prestação de serviços fretado internacional de passageiros são valores declarados pelos operadores nas Autorizações de Viagem sendo que o valor total declarado foi de aproximadamente 27,3 milhões de Reais.

## **7.3. Autorizações de Viagens para Prestação de Serviço Fretado**

A empresa devidamente habilitada, possuidora do CRF, tem disponibilizado no sítio da ANTT o acesso ao SISAUT – Sistema de Controle e Emissão de Autorização de Viagens Eventual para que as empresas emitam suas respectivas autorizações, nos termos exigidos.

Segue tabela com o quantitativo das autorizações expedidas por modalidade de prestação do serviço fretado.

## AUTORIZAÇÕES DE VIAGEM EVENTUAL EMITIDAS

MODALIDADE	MESES												TOTAL	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
INTERESTADUAL	19.721	16.840	20.129	23.342	22.236	21.079	24.422	22.380	27.490	29.449	31.616	27.243	285.947	96,0%
INTERNACIONAL	749	559	796	927	958	1.024	1.206	918	1.189	1.291	1.220	1.011	11.848	4,0%
<b>TOTAL</b>	<b>20.470</b>	<b>17.399</b>	<b>20.925</b>	<b>24.269</b>	<b>23.194</b>	<b>22.103</b>	<b>25.628</b>	<b>23.298</b>	<b>28.679</b>	<b>30.740</b>	<b>32.836</b>	<b>28.254</b>	<b>297.795</b>	<b>100,0%</b>
<b>Participação %</b>	<b>6,9</b>	<b>5,8</b>	<b>7,0</b>	<b>8,1</b>	<b>7,8</b>	<b>7,4</b>	<b>8,6</b>	<b>7,8</b>	<b>9,6</b>	<b>10,3</b>	<b>11,0</b>	<b>9,5</b>	<b>100</b>	

Fonte: SUPAS, GFRET (SisAut), 2010.

### 7.4. Transporte Fretado Contínuo

O Fretamento Contínuo é o serviço prestado por empresas detentoras do Certificado de Registro para Fretamento - CRF, sendo necessário contrato firmado entre a transportadora e seu cliente, com a especificação de viagens pré-estabelecidas. É destinado exclusivamente a pessoas jurídicas para o transporte de seus empregados; instituições de ensino ou agremiações estudantis, legalmente constituídas, para o transporte de seus alunos, professores ou associados e entidades do poder público.

Em 2010, foram emitidos 121 termos de autorização de viagem para realização de fretamento contínuo.

Em relação a 2009, houve uma redução (94 para 80) no número de empresas ou instituições que recorreram a esse tipo de transporte, todavia houve um aumento dos serviços em torno de 4%, pois o número de autorizações e prorrogações passaram de 116 em 2009, para 134 em 2010.

Da mesma forma, a quantidade de viagens autorizadas cresceu substancialmente (123%) entre estudantes, trabalhadores com uma maior participação em 2010 e pacientes do SUS transportados por prefeituras municipais, para diferentes locais de tratamento.

### 8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO UTILIZADOS

Dentre os sistemas utilizados, destaca-se o Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, utilizado na gestão e controle do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional regular de passageiros, que utiliza base de dados georreferenciada, permitindo uma interface dinâmica, integrada e de fácil utilização, possibilitando visualização e manipulação gráfica dos dados.

Em 2010, foram realizados 7.253 acessos ao SGP via Web.

Com a implantação do SGP, as empresas passaram a acessar diretamente o sistema para promoverem a realização de agendamentos e alterações, conforme se verifica nas tabelas a seguir.

## ALTERAÇÕES NOS QUADROS DE HORÁRIOS- VIA OFÍCIO - POR ANO

ANOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
QUANTIDADES	1.176	759	1.651	927	884	142	28

Fonte: SUPAS, GERPA, TRANSP/SGP, Período de 2004 a 2010.

## ALTERAÇÕES NOS QUADROS DE HORÁRIOS VIA SGP - POR MÊS

AÇÃO	MESES												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Alteração de Horários (Via SGP)	19	40	75	93	91	31	55	67	58	73	48	120	770

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP, 2010.

Em 2010, foram implementadas novas regras de negócio, aprimoramento das existentes e novos relatórios gerenciais no Sistema de Gerenciamento de Permissões – SGP, para atender às novas demandas de regulação, gestão e controle do TRIIP, e ao novo modelo de gestão proposto no âmbito do ProPass Brasil.

Os Sistemas de Controle e Cadastro de Empresas e Frota de Fretamento (SISFRET) e o Sistema de Acompanhamento e Autorização de Viagens do serviço fretado (SISAUT), também tiveram adaptações e melhorias, sendo que a implementação de acompanhamento dos processos de habilitação e de emissão de autorizações de viagens via WEB, permitiram maior agilidade e transparéncia aos processos no âmbito da GFRET.

## 9.COMISSÕES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - CPA'S - RESOLUÇÕES N°S. 56/2002 E 442/2004

As Comissões de Processo Administrativo são designadas por meio de portarias das Superintendências competentes para apurar infrações definidas em lei como graves e sugerir a aplicação de penalidades, consoante com a norma da Lei nº. 10.233, de 2001, Decreto n. 2.521, de 1998 e Resoluções nºs. 56/2002 e 442/2004.

Em 2010, foram emitidas 70 (setenta) resoluções específicas sobre CPA's e 22 (vinte e duas) deliberações.

A tabela abaixo traz uma síntese dos processos administrativos de CPA's em suas diversas fases visando apurar irregularidades no descumprimento da regulamentação do transporte interestadual e internacional de passageiros, passíveis de aplicação de penalidades de natureza grave, tais como cassação, declaração de inidoneidade e caducidade de serviço.

## COMISSÕES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - CPA'S

PROCESSOS	QTD
1 - Finalizados e arquivados	74
2 - Em andamento com Relatório da Comissão de Processo Administrativo (na PRG / Diretoria ou na SUPAS para elaboração de minutas de relatório para deliberação da Diretoria)	64
3 - Em andamento sem Relatório da Comissão de Processo Administrativo	278
4 - Instaurados em 2010	211
5 - Concluídos em 2010	27
<b>TOTAL DE PROCESSOS (SOMATÓRIO DAS LINHAS 1, 2 e 3)</b>	<b>416</b>

Fonte: SUPAS, NATAD, 2010.

## 10. DECISÕES JUDICIAIS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

As decisões judiciais cumpridas no ano de 2010, referentes à liberação de veículos retidos, cumprimento do Estatuto do Idoso, operação de linhas regulares, suspensão de multas, expedição de Certificado de Registro para Fretamento - CRF, dentre outras, estão relacionadas na tabela abaixo. Complementando o cumprimento das decisões, nos casos de liberação de veículos e suspensão de multas

### DECISÕES JUDICIAIS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
6	9	21	8	8	8	9	10	10	10	13	19	131

## 11. PROCESSOS INSTRUÍDOS

Além das atividades já citadas, a SUPAS tem como atribuição a análise de processos administrativos e documentos cuja origem remete às demandas de agentes internos (Ovidoria, Auditoria, Procuradoria Geral, Assessoria Parlamentar) e externos (Usuários, Prestadoras de Serviço, Órgãos Governamentais) à ANTT.

Neste ano de 2010, foram instruídos aproximadamente 1.579 processos, com o fim de subsidiar demandas da Procuradoria-Geral, SUFIS - Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Representação Fiscal (encaminhada pela Receita Federal).

## 12. ESTUDOS E PESQUISAS

### Termo de Cooperação Técnica nº 006/ANTT/2008

- **PROJETO A** - Aprimoramento das ferramentas e procedimentos de gestão e controle do STRIP.

O Projeto A, subdividido em 13 metas, teve continuidade em 2010, com os ajustes e revisões necessárias que culminaram com a finalização das seguintes metas, tendo sido finalizados, no 2º semestre de 2010:

- *Meta 2* - Aprimoramento dos procedimentos e tecnologias para obtenção de dados e disponibilização de informações prioritárias para gestão e regulação do TRIIP;
  - *Meta 4* - Definição de critérios para qualificação dos terminais rodoviários e pontos de parada;
  - *Meta 5* - Definição dos critérios de flexibilização e planejamento da evolução dos serviços integrantes do plano geral de outorga;
  - *Meta 13* - Plano de implantação do sistema de informações para gestão do TRIIP.
- **PROJETO B** - Sistemas de informação para a gestão dos serviços de transporte

Novas ferramentas e o aprimoramento das existentes são objeto das atividades realizadas no âmbito do Projeto B do Termo de Cooperação Técnica nº 006/ANTT/2008, tendo sido concluídos em novembro de 2010.

## **13. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO**

### **13.1. Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT**

As reuniões técnicas com a participação de representantes de diversos segmentos da sociedade e com o objetivo de atualizar e aprimorar as normas técnicas ABNT NBR 15570 - Especificações para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros e ABNT 14022 – Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. As referidas normas encontram-se em fase de publicação, visto já terem passado pelo processo de consulta nacional. Em 2010, o representante da SUPAS participou de 7 (sete) reuniões.

### **13.2. Ministério do Turismo - MTUR**

O Grupo de Turismo Rodoviário foi criado pelo Ministério do Turismo - MTUR, composto de todas as entidades que participam da normatização do turismo rodoviário (MTUR, ANTT, Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, Departamento de Polícia Federal - DPF, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Ministério dos Transportes - MT) com o objetivo de compatibilizarem entendimentos e normas do setor. Os representantes da SUPAS participaram de 3 (três) reuniões em 2010.

### **13.3. Pesquisa de Satisfação do Usuário**

A pesquisa de satisfação, desenvolvida no âmbito da Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG, é um importante instrumento de política pública e avaliação da eficácia do setor, permitindo avaliar de maneira sistêmica onde existem falhas na prestação do serviço e qual é a expectativa do usuário do serviço que permitam ajustar melhor a regulação. Forma diversas reuniões técnicas e propostas no âmbito da SUPAS.

## **14. ATIVIDADES DE GESTÃO**

- Indicadores: elaboração, revisão e alimentação dos indicadores estratégicos, de desempenho e de gestão de processos;
- Planejamento Estratégico: participação das oficinas e elaboração dos projetos estratégicos no âmbito da SUPAS;
- Recomendações do TCU/CGU: acompanhamento e implementação das recomendações do TCU/CGU;
- Plano de Ação: elaboração das atividades/projetos anuais da SUPAS;
- Plano de Capacitação: elaboração de proposta de capacitação no âmbito da SUPAS;
- Auto-avaliação da SUPAS: participação em reuniões e implementação desse processo de gestão na SUPAS;
- Reestruturação da ANTT: participação do processo de reestruturação e elaboração de propostas.

### **14.1. ANTT por meio da Ouvidoria**

A SUPAS respondeu aproximadamente 515 informações à Ouvidoria, envolvendo todos os tipos de assuntos, dentre os quais destacamos: estatuto do idoso, operação irregular dos serviços de transporte interestadual e internacional de passageiros, passe livre da pessoa com deficiência.

# FISCALIZAÇÃO



Em 2010, foram fiscalizados por agentes da ANTT, 396.416 veículos no Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP. O quantitativo global de veículos fiscalizados em 2010 superou em 23,88% a meta física fixada para o período e em 23,5% o valor obtido no ano anterior. A melhoria no resultado (em comparação com 2009) ocorreu em todos os segmentos de fiscalização, havendo incrementos de: 22% no total de veículos fiscalizados em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros; 9,7% no quantitativo de veículos fiscalizados em ordens de serviço; 49,5% no número veículos fiscalizados em comandos (nas rodovias) e 63,6% no total de veículos fiscalizados em garagens de empresas prestadoras de serviço.

Também em 2010, foram autuados por agentes da ANTT, 25.712 veículos por irregularidades no TRIIP, número 95,5% maior do que o apresentado em 2009. Os autos lavrados em terminais foram 17.734, o que representa um aumento de 93,4% com relação ao quantitativo de autuações no ano anterior. Já os autos lavrados em Ordens de Serviço no ano de 2010 somaram 822 (ante 557 em 2009, ou seja, um acréscimo de 47,5%). O total de autuações em comandos foi de 7.141, número 110% maior que o obtido em 2009 (3.396). Por fim, as autuações em operações técnico operacionais (em garagens) somaram 15 (ante 24 em 2009), sendo esta modalidade a única na qual houve redução (na ordem de 37%) no quantitativo de autos lavrados (com relação a 2009). Destaque-se que nas fiscalizações em garagens não é comum a lavratura de autos de infração, e sim a emissão de termos de recomendação (que listam as eventuais pendências observadas atribuindo à empresa fiscalizada um prazo para adequação). Por fim deve-se informar que os autos lavrados (no TRIIP) por Órgãos Conveniados totalizaram 5.286 no ano de 2010.

<b>Período</b>	<b>Veículos Fiscalizados</b>					<b>Autos Lavrados</b>				
	<b>Total</b>	<b>Terminais</b>	<b>OS</b>	<b>Comandos<sup>(2)</sup></b>	<b>Garagens</b>	<b>Total</b>	<b>Terminais</b>	<b>OS</b>	<b>Comandos</b>	<b>Garagens</b>
<b>2006</b>	178.758	81.483	4.087	92.944	244	12.686	8.602	1.711	2.309	64
<b>2007</b>	362.862	286.181	6.054	70.441	186	15.312	9.737	2.124	3.420	31
<b>2008</b>	358.928	300.472	5.429 <sup>(1)</sup>	52.750	277	13.445	8.183	2.111	3.120	31
<b>2009</b>	320.985	302.292	1.129	16.524	1.040	13.146	9.169	557	3.396	24
<b>2010</b>	396.416	368.777	1.239	24.698	1.702	25.712	17.734	822	7.141	15
<b>Total</b>	<b>1.617.949</b>	<b>1.339.205</b>	<b>17.938</b>	<b>257.357</b>	<b>3.449</b>	<b>80.301</b>	<b>53.425</b>	<b>7.325</b>	<b>19.386</b>	<b>165</b>

Fontes: Veículos Fiscalizados - SISFIS (atualizado em 11/01/2011) e Unidades Regionais (Garagens); Autos Lavrados - SISMULTAS (atualizado em 05/01/2011) e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2010). Dados sujeitos à revisão por conta de eventuais atrasos de cadastramento.

Obs<sup>1</sup>: A quantidade de veículos fiscalizados em Ordens de Serviço para o ano base 2008 foi revista tendo-se como fonte o SISFIS (5.429 veículos fiscalizados).

Obs<sup>2</sup>: No campo “Comandos” estão incluídos os veículos fiscalizados na Ponte da Amizade (fronteira do Brasil com o Paraguai). Estas fiscalizações referiam-se à averiguação “simplificada” de veículos de transporte de passageiros, na grande maioria do tipo van. O resultado da citada fiscalização no referido período foi, em 2006: 77.911 veículos fiscalizados; em 2007: 48.643 veículos fiscalizados; e, em 2008: 40.950 veículos fiscalizados. A partir de 2009 essa fiscalização passou a ser ocasional.

## 1.1 FISCALIZAÇÕES EM TERMINAIS RODOVIÁRIOS

As fiscalizações em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros geralmente são realizadas por meio dos fiscais lotados nos Postos de Fiscalização e Atendimento – PFA da ANTT. Destaque-que se os PFA são criados naquelas localidades onde a capacidade operacional justifique a fiscalização permanente. Em terminais de menor condição operacional a fiscalização é realizada mediante visitas periódicas de servidores da Agência ou de Órgãos Conveniados. Os fiscais lotados em PFA devem dominar e entender as situações que ocorrem no terminal, atendendo a solicitações e questionamentos de usuários. Cabe ao Fiscal garantir o cumprimento da legislação, verificando as condições dos veículos prestadores de serviço, seus itens obrigatórios, o cumprimento dos benefícios do idoso e o do passe livre, dentre outras atribuições.

Consta a seguir tabela com a evolução da fiscalização em Terminais Rodoviários, por Unidade Regional.

Período	ACCN		URCE		URMA		URMG		URRJ		URRS		URSP	
	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados												
<b>2007</b>	11.371	4.725	33.148	206	19.426	35	63.687	599	49.549	416	48.693	1.401	60.307	2.355
<b>2008</b>	19.774	3.045	40.145	357	23.595	38	63.911	1.262	38.392	337	55.176	1.571	59.479	1.573
<b>2009</b>	22.289	2.822	22.135	598	27.586	706	50.029	2.243	62.911	392	69.983	507	47.359	1.901
<b>2010</b>	29.087	2.389	22.291	1.197	31.563	795	57.293	7.050	68.360	479	90.477	3.281	69.706	2.543
<b>Total 2007/10</b>	<b>82.521</b>	<b>12.981</b>	<b>117.719</b>	<b>2.358</b>	<b>102.170</b>	<b>1.574</b>	<b>234.920</b>	<b>11.154</b>	<b>219.212</b>	<b>1.624</b>	<b>264.329</b>	<b>6.760</b>	<b>236.851</b>	<b>8.372</b>

Fontes: Veículos Fiscalizados - SISFIS (atualizado em 11/01/2011); Autos Lavrados - SISMULTAS (atualizado em 05/01/2011) e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2010). Dados sujeitos à revisão por conta de eventuais atrasos de cadastramento.

## 1.2 FISCALIZAÇÕES EM COMANDOS

As Fiscalizações em Comandos são realizadas em rodovias, normalmente com o apoio do Órgão de trânsito com circunscrição sobre a via. Essa modalidade de fiscalização, no que se refere ao Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – TRIIP, objetiva especialmente combater ao transporte clandestino de passageiros, bem como a averiguar a regularidade dos serviços prestados no regime de fretamento.

Segue abaixo tabela contendo os resultados da fiscalização em comandos, por Unidade Regional.

Período	ACCN		URCE		URMA		URMG		URRJ		URRS		URSP	
	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados												
<b>2007</b>	53.578	1.411	1.370	56	3.691	36	4.535	773	1.249	98	2.708	329	3.310	717
<b>2008</b>	36.016	1.056	654	142	2.909	22	3.426	1.062	762	66	6.789	357	2.194	415
<b>2009</b>	1.347	452	883	258	2.449	600	3.836	1.277	2.754	214	2.015	26	3.240	569
<b>2010</b>	2.981	972	1.690	291	3.753	1.206	5.938	3.028	3.303	231	3.250	344	3.783	1.069
<b>Total 2007/10</b>	<b>93.922</b>	<b>3.891</b>	<b>4.597</b>	<b>747</b>	<b>12.802</b>	<b>1.864</b>	<b>17.735</b>	<b>6.140</b>	<b>8.068</b>	<b>609</b>	<b>14.762</b>	<b>1.056</b>	<b>12.527</b>	<b>2.770</b>

Fontes: Veículos Fiscalizados - SISFIS (atualizado em 11/01/2011); Autos Lavrados - SISMULTAS (atualizado em 05/01/2011) e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2010). Dados sujeitos à revisão por conta de eventuais atrasos de cadastramento.

### 1.3 FISCALIZAÇÕES TÉCNICO-OPERACIONAIS

Na Fiscalização Técnico Operacional (FTO) são avaliadas as condições das garagens das empresas prestadoras do serviço do TRIIP, em especial: condições de operação dos veículos, de equipamentos obrigatórios, da regularidade da jornada de trabalho dos motoristas e da adequação da infraestrutura de suporte que as empresas oferecem para a realização dos referidos serviços. Destaque-se que nesta modalidade de fiscalização, de caráter preventivo, não é comum a lavratura de autos de infração. Constatadas irregularidades normalmente são expedidos termos de recomendação, documentos nos quais são estabelecidos prazos para regularização de eventuais pendências.

Estão expostos na seqüência os dados da evolução da Fiscalização Técnico-Operacional para cada uma das COFIS das Unidades Regionais da ANTT.

Período	ACCN		URCE		URMA		URMG		URRJ		URRS		URSP	
	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados												
2007	105	30	4	0	0	0	15	0	3	0	10	0	49	1
2008	133	22	16	3	0	0	30	1	0	2	23	2	75	1
2009	195	15	287	0	66	3	144	3	41	0	170	0	137	3
2010	19	0	966	12	123	0	62	3	8	0	376	0	148	0
Total 2007/10	<b>452</b>	<b>67</b>	<b>1.273</b>	<b>15</b>	<b>189</b>	<b>3</b>	<b>251</b>	<b>7</b>	<b>52</b>	<b>2</b>	<b>579</b>	<b>2</b>	<b>409</b>	<b>5</b>

Fontes: Veículos Fiscalizados - Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS (atualizado em 05/01/2011) e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2010). Dados sujeitos à revisão por conta de eventuais atrasos de cadastramento.

### 1.4 FISCALIZAÇÕES EM ORDENS DE SERVIÇO

Fiscalizações por Ordens de Serviço são realizadas com o objetivo de apurar denúncias apresentadas em desfavor de empresas prestadoras de serviços regulares, prestadoras de serviços especiais (fretamento) e clandestinas, ou para atender a eventuais demandas específicas (Decisões Judiciais, do Ministério Público, de Órgãos de Controle, etc.).

Podem ser visualizados abaixo os dados das fiscalizações em Ordens de Serviço, por Unidade Regional.

Período	ACCN		URCE		URMA		URMG		URRJ		URRS		URSP	
	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados												
2007	381	947	560	26	266	4	591	137	1.019	12	1.026	456	2.211	542
2008	876	922	216	1	849	58	480	175	756	1	890	606	1.362	348
2009	170	158	145	35	215	65	129	185	111	13	144	39	215	62
2010	225	119	269	271	42	7	359	219	50	19	101	49	193	138
Total 2007/10	<b>1.652</b>	<b>2.146</b>	<b>1.190</b>	<b>333</b>	<b>1.372</b>	<b>134</b>	<b>1.559</b>	<b>716</b>	<b>1.936</b>	<b>45</b>	<b>2.161</b>	<b>1.150</b>	<b>3.981</b>	<b>1.090</b>

Fontes: Veículos Fiscalizados - SISFIS (atualizado em 11/01/2011); Autos Lavrados - SISMULTAS (atualizado em 05/01/2011) e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2010). Dados sujeitos à revisão por conta de eventuais atrasos de cadastramento.

## 2. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS - TRC

Em 2010, foram fiscalizados, pela ANTT, 12.543.711 veículos no TRC. O quantitativo global de veículos fiscalizados em 2010 superou em 14,03% a meta física fixada para o período e em 54,3% o valor obtido no ano anterior. A melhoria no resultado (em comparação com 2009) ocorreu nos segmentos: Excesso de peso (balança seletiva e de precisão), excesso de peso por nota fiscal, RNTRC e TRIC. Houve decréscimo no quantitativo de veículos fiscalizados na modalidade Vale-Pedágio.

Período	Veículos Fiscalizados							Autos Lavrados				
	Total	Excesso de Peso		Excesso de Peso por Nota Fiscal	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC	Total	Excesso de Peso	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC
		Balança Seletiva	Balança Precisão									
<b>2006</b>	8.798.298	6.766.015	2.032.283	-	-	-	-	30.580	22.736	1.947	5.866	31
<b>2007</b>	8.119.761	6.552.389	1.567.372	-	-	-	-	55.143	43.227	4.936	6.962	18
<b>2008</b>	8.084.504	6.304.274	1.780.230	-	-	-	-	57.419	53.569	2.319	1.367	164
<b>2009</b>	8.129.162	6.306.409	1.685.463	1.106	85.932	38.725	11.527	85.484	75.722	2.458	7.224	80
<b>2010</b>	12.543.711	10.307.573	2.031.899	7.171	122.331	33.058	41.679	145.675	120.252	16.815	7.575	1.033
<b>Total 2006/2010</b>	<b>45.675.436</b>	<b>36.236.660</b>	<b>9.097.247</b>	<b>8.277</b>	<b>208.263</b>	<b>71.783</b>	<b>53.206</b>	<b>374.301</b>	<b>315.506</b>	<b>28.475</b>	<b>28.994</b>	<b>1.326</b>

Fonte: Veículos Fiscalizados - Unidades Regionais; Veículos Pesados - Concessionárias; Autos Lavrados - SGM (atualizado em 05/01/11) e SISMULTAS (atualizado em 05/01/11); Obs1: Dados de Veículos Fiscalizados referentes a EP por Nota, RNTRC, Vale-Pedágio e TRIC anteriores a 2009 indisponíveis.

Obs2: Nos dados referentes a "Veículos Pesados", "Balança Precisão", estão incluídos os dados das balanças fixas lentas e das balanças móveis.

Obs3: Autos lavrados em Excesso de Peso também inclui Excesso de Peso por Nota Fiscal.

### 2.1 FISCALIZAÇÃO DO EXCESSO DE PESO

A fiscalização do excesso de peso ocorre nas Rodovias Federais concedidas em postos de pesagens fixas e móveis ou por verificação de peso declarado em nota fiscal. Em 2010, foram fiscalizados 12.339.472 veículos em postos de pesagem rodoviários, sendo 10.307.573 em balanças seletivas e 2.031.899 em balanças de precisão. O resultado apresentado representa acréscimo (no comparativo com 2009) de 63,44% no quantitativo de veículos fiscalizados em balanças seletivas, e de 20,55% no total de veículos fiscalizados em balança de precisão. No somatório das balanças (seletiva + precisão) em 2010, houve melhoria de 54,4% em relação ao resultado obtido no ano anterior (7.991.872). Houve ainda 7.171 veículos fiscalizados por averiguação do peso declarado em Documento Fiscal (incremento na ordem de 548% em relação a 2009). Destaque-se que o total de autos lavrados por excesso de peso em 2010 foi 120.252, ante 75.722 em 2009, o que corresponde a um aumento na ordem de 58,8%.

A seguir é apresentada a evolução do resultado da fiscalização do excesso de peso por Rodovia Concedida.

<b>Período</b>	<b>NOVA DUTRA</b>		<b>CONCEPA</b>		<b>ECOSUL</b>		<b>CONCER</b>		<b>CRT</b>		<b>RÉGIS BITTENCOURT</b>		<b>PLANALTO SUL</b>		<b>LITORAL SUL</b>		<b>RODOVIA DO AÇO</b>	
	<b>Veículos Fiscalizados</b>	<b>Autos Lavrados</b>																
NOV/03 a DEZ/04	5.434.477	11.952	57.919	2.862	603.146	5.238	12.572	503	3.957	245	-	-	-	-	-	-	-	-
2005	7.021.053	10.375	79.299	1.686	379.406	2.488	68.385	980	43.183	950	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	7.877.890	16.042	156.722	3.436	634.845	1.876	90.618	726	38.223	656	-	-	-	-	-	-	-	-
2007	7.451.925	35.961	231.228	2.537	277.621	2.711	116.078	789	42.909	1.229	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	7.462.340	42.298	262.255	2.675	242.545	6.167	94.652	614	22.712	1.815	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	6.550.498	47.067	112.998	3.876	760.716	16.604	49.868	1.294	19.197	1.322	93.717	438	157.190	2.447	247.688	2.674	-	-
2010	7.077.758	44.897	82.178	2.062	1.233.835	19.629	54.809	2.589	29.846	1.562	1.381.448	9.107	1.098.993	11.156	1.343.709	28.639	36.896	611
<b>Total 2003/2010</b>	<b>48.875.941</b>	<b>208.592</b>	<b>982.599</b>	<b>19.134</b>	<b>4.132.114</b>	<b>54.713</b>	<b>486.982</b>	<b>7.495</b>	<b>200.027</b>	<b>7.779</b>	<b>1.475.165</b>	<b>9.545</b>	<b>1.256.183</b>	<b>13.603</b>	<b>1.591.397</b>	<b>31.313</b>	<b>36.896</b>	<b>611</b>

Fonte: Veículos Fiscalizados - Concessionárias e Autos Lavrados - SGM (atualizado em 05/01/11). Dados sujeitos a revisão por conta de eventuais atrasos de cadastramento.

## 2.2 FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS - RNTRC

Com a publicação da Lei nº 10.233/01, definiu-se como esfera de atuação da ANTT o transporte rodoviário de cargas, cabendo à Agência, como atribuições específicas pertinentes ao referido transporte, promover estudos e levantamentos relativos à frota de caminhões, empresas constituídas e operadores autônomos, bem como organizar e manter um registro nacional de transportadores rodoviários de carga, o RNTRC. Destaque-se que este segmento pode ser fiscalizado em todo o território nacional. No ano de 2010, foram fiscalizados 122.331 veículos quanto à regularidade de inscrição e atendimento às disposições relativas ao RNTRC, incremento de 42,35% em relação a 2009 (quando foram fiscalizados 85.932 veículos). No que tange aos autos lavrados, por agentes da ANTT, no segmento RNTRC, estes totalizaram 16.815, número 584% superior ao resultado do ano anterior. Ainda foram lavrados 7.998 autos do RNTRC por Órgãos Conveniados em 2010.

Consta abaixo a evolução dos resultados da fiscalização do RNTRC, por Unidade Regional.

<b>Período</b>	<b>ACCN</b>		<b>URCE</b>		<b>URMA</b>		<b>URMG</b>		<b>URRJ</b>		<b>URRS</b>		<b>URSP</b>	
	<b>Veículos Fiscalizados</b>	<b>Autos Lavrados</b>												
2007	-	9	-	319	-	-	-	435	-	1.230	-	2.111	-	832
2008	-	194	-	155	-	21	-	555	-	474	-	830	-	90
2009	2.385	67	6.281	305	6.350	431	10.726	827	12.648	99	30.396	75	17.146	654
2010	8.281	862	10.279	688	11.594	1.026	13.990	2.488	31.079	6.765	30.859	2.191	16.249	2.795
<b>Total 2007/10</b>	<b>10.666</b>	<b>1.132</b>	<b>16.560</b>	<b>1.467</b>	<b>17.944</b>	<b>1.478</b>	<b>24.716</b>	<b>4.305</b>	<b>43.727</b>	<b>8.568</b>	<b>61.255</b>	<b>5.207</b>	<b>33.395</b>	<b>4.371</b>

Fonte: Veículos Fiscalizados - Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS (atualizado em 05/01/11) e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2010).

Obs: Dados referentes a veículos fiscalizados anteriores a 2009 indisponíveis.

## 2.3 FISCALIZAÇÃO DO VALE-PEDÁGIO OBRIGATÓRIO

Compete à ANTT a regulamentação, a coordenação, a delegação e a fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades por infrações relativas ao Vale-Pedágio obrigatório, instituído pela Lei nº 10.209/01. Ressalve-se que a fiscalização do Vale-Pedágio Obrigatório pode ocorrer em qualquer rodovia concedida. Neste segmento foram fiscalizados, em 2010, 33.058 veículos; valor 14,6% inferior ao total de veículos fiscalizados nesta modalidade em 2009. Quanto aos autos lavrados na modalidade Vale Pedágio, por agentes da ANTT, estes somaram 7.575, quantitativo 4,8% superior àquele observado em 2009 (7.224). Os autos lavrados por Órgãos Conveniados neste segmento (em 2010) totalizaram 3.268.

Estão demonstrados na seqüência os dados da fiscalização do Vale Pedágio, por Unidade Regional (naquelas onde tal fiscalização é realizada).

Período	URMG		URRJ		URRS		URSP	
	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados						
<b>2007</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2008</b>	-	1	-	464	-	766	-	99
<b>2009</b>	4.033	1.089	12.653	770	11.335	1.481	10.704	3.356
<b>2010</b>	2.285	794	17.308	5.008	7.477	921	5.988	852
<b>Total 2007/10</b>	<b>6.318</b>	<b>1.884</b>	<b>29.961</b>	<b>6.242</b>	<b>18.812</b>	<b>3.168</b>	<b>16.692</b>	<b>4.307</b>

Fonte: Veículos Fiscalizados - Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS (atualizado em 05/01/11) e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2010).

Obs: Dados referentes a veículos fiscalizados anteriores a 2009 indisponíveis.

## 2.4 FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS - TRIC

Cabe à ANTT, acerca do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, a fiscalização quanto ao cumprimento da legislação constante dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Tais fiscalizações geralmente ocorrem com apoio de Órgãos Conveniados nas proximidades dos pontos de fronteiras terrestres brasileiros. Nesta modalidade foram fiscalizados 41.679 veículos em 2010, valor 261% maior do que o resultado obtido no ano de 2009. Destaque-se que em 2010 foram lavrados 1.033 autos de infração no TRIC em 2010 por agentes da ANTT. O número representa um aumento na ordem de

1.200% do total de autos lavrados em 2009 (no qual foram lavrados 80 autos). Ainda houve 338 autos de infração do TRIC aplicados por Órgãos Conveniados.

Consta abaixo a evolução dos resultados da fiscalização do TRIC, por Unidade Regional (naquelas onde tal fiscalização é realizada).

<b>Período</b>	<b>URRS</b>		<b>URSP</b>	
	<b>Veículos Fiscalizados</b>	<b>Autos Lavrados</b>	<b>Veículos Fiscalizados</b>	<b>Autos Lavrados</b>
<b>2007</b>	-	-	-	-
<b>2008</b>	-	35	-	-
<b>2009</b>	11.527	19	-	-
<b>2010</b>	41.576	815	103	218
<b>Total 2007/10</b>	<b>53.103</b>	<b>869</b>	<b>103</b>	<b>218</b>

Fonte: Veículos Fiscalizados - Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS (atualizado em 05/01/11) e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2010).

Obs: Dados referentes a veículos fiscalizados anteriores a 2009 indisponíveis.

# ESTUDOS E PESQUISAS



A ANTT, por meio da Superintendência de Estudos e Pesquisas, aprimorou o desenvolvimento de estudos e a promoção de pesquisas objetivando fornecer os necessários subsídios técnicos relacionados à área de atuação da Agência e alinhados ao seu Plano Estratégico Corporativo. No ano de 2010, foram desenvolvidas diversas atividades, conforme exposto a seguir.

### **Programas Estruturantes/Projetos**

#### **A. Desenvolvimento de Metodologia e Instrumento para Análise de Custos Ferroviários**

No contexto do Programa Aperfeiçoamento de Marcos Regulatórios, insere-se o Projeto Desenvolvimento de Metodologia e Instrumento para Análise de Custos Ferroviários sob a gestão da SUEPE. Objetiva desenvolver metodologia para o cálculo dos custos ferroviários baseada nos dados oficiais disponíveis na ANTT, além de desenvolver e implantar um modelo informatizado para obtenção dos valores unitários (por tonelada) desses custos para os fluxos de transportes de cargas transportados pelas concessionárias que operam as malhas federais concedidas.

Suas principais funcionalidades são: revisão das tarifas de referência dos contratos de concessão; análise dos valores prescritos para o Tráfego Mútuo e o Direito de Passagem; estabelecimento de tarifas para novos produtos; determinação dos custos variáveis de longo prazo e subsídios para a avaliação das condições de devolução de ramais supostamente antieconômicos.

Em 2010, merece destaque o desenvolvimento de metodologia para análise de custos ferroviários, o início das atividades de desenvolvimento do Sistema, a modelagem do banco de dados, bem como a integração do Sistema de Custos Operacionais Ferroviários - SICOF com as bases de dados do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF e Sistema de Informações para Regulação Econômica e Fiscalização Financeira - SIREF, o desenvolvimento e implantação do Geographic Information System - GIS que será utilizado na ferramenta do Sistema de Custos, a metodologia e as ferramentas que serão utilizadas para captura de dados a partir do SAFF e SIREF, seu armazenamento, bem como a função e comportamento do usuário administrador em relação às atividades de importação de dados.

O término do projeto está previsto para o final de fevereiro de 2011, quando o desenvolvimento da ferramenta, em ambiente WEB, estará concluído, bem como sua implantação na ANTT e os operadores do Sistema devidamente capacitados para exercerem suas atividades.

#### **B. Aprimoramento da Ferramenta SISLOG para Análise de Projetos de Transporte**

O projeto, em andamento, que trata do aprimoramento do Sistema Logístico e de Transporte – SISLOG e inclusão de novas funcionalidades tem o objetivo de contribuir com a elaboração dos planos de outorga de transportes terrestres, com a repactuação dos contratos existentes e com a avaliação técnica e econômica de projetos estratégicos de transportes por intermédio de uma ferramenta de planejamento de transportes. Neste sentido, além das diversas Reuniões Técnicas destinadas à discussão, orientação e avaliação dos trabalhos desenvolvidos, a SUEPE realizou módulos de capacitação das versões atualizadas da ferramenta, bem como vem promovendo sua utilização na ANTT em atividades inerentes

às suas funções, auxiliando, no âmbito interno, em tarefas desenvolvidas pela SUCAR e pelo Núcleo de Meio Ambiente – NMA/ANTT e, externamente, em projeto com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

### C. Implantação do Banco de Informações de Transportes Terrestres

No inicio dos estudos relativos ao desenvolvimento do BITT, observou-se a necessidade de um novo escopo para que este projeto atingisse de forma macro a gestão de informação na ANTT, com nova modelagem, nova arquitetura e um novo formato. Em dezembro, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a SUEPE/ANTT e a Universidade Federal Fluminense – UFF para elaboração do Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento – MGIC. Será um projeto de três anos – 2010/2013, que buscará estruturar e modelar os dados sobre os transportes terrestres de forma a dar sustentação e fundamentação técnica aos processos de decisão da ANTT. Disponibilizará, de forma interativa, dados e informações com vistas a contribuir para o desenvolvimento da cultura da regulação no setor de transportes terrestres, promovendo a interação com os agentes econômicos, os consumidores, os órgãos governamentais e as instituições de ensino e pesquisa.

### Revista ANTT

A SUEPE coordenou a publicação e a divulgação da Revista ANTT, revista técnico-científica, que tem por objetivo servir de canal de intercâmbio de conhecimento entre a ANTT, o setor regulado, a academia e a sociedade em geral; além de instrumento de aperfeiçoamento da qualidade da regulação exercida pela Agência. Nos meses de maio e novembro foram publicadas as edições online da Revista, com artigos remetidos por autores pertencentes ao quadro da ANTT e de outros órgãos e instituições de pesquisa. No mês de novembro as duas edições – de maio e de novembro – foram também publicadas em um único volume impresso, cujo lançamento ocorreu no Congresso Anual da ANPET (Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes). O trabalho empreendido consolidou a rotina de trabalho de seu Núcleo Editorial que cumpriu a meta pretendida dentro do prazo proposto já em seu segundo ano. Esta rotina incluiu a divulgação de chamada de artigos, o cadastramento de avaliadores, a seleção de artigos, a composição das edições impressa e virtual e os contatos com as equipes envolvidas nesta composição. Além disso, em 2010, a versão web foi melhorada, com novo layout, e teve a inclusão de novos itens como o Portfólio e a área de cadastro, o que vem permitindo a ampliação de possíveis avaliadores e autores.

### Glossário de Termos e Conceitos Técnicos dos Transportes Terrestres

O Glossário dos Termos e Conceitos Técnicos dos Transportes Terrestres, com cerca de 2.400 (dois mil e quatrocentos) termos e conceitos técnicos ligados a área, se torna referência oficial de consulta, tendo em vista a necessidade de atualização, complementação e uniformização da terminologia relativa ao segmento transportes terrestres, bem como a disseminação e a oficialização dos termos e conceitos utilizados pela Agência.

O Glossário, em sua versão atualizada, está disponibilizado na intranet e no endereço eletrônico da ANTT. Ressalte-se que o mesmo poderá ser revisto anualmente e atualizado a qualquer momento a fim de mantê-lo em consonância com a necessidade dos seus usuários.

## Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres 2009 – AETT/2009

O Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres 2009 – AETT/2009 – foi elaborado, consolidado e disponibilizado com as informações relativas ao período 2004 a 2008, sobre infraestrutura, serviços e resultados obtidos no âmbito do Setor Transportes Terrestres. Foi publicado na intranet para avaliação, aprimoramento de conteúdo, esclarecimento de dúvidas e obtenção de sugestões/contribuições por parte dos técnicos das unidades e, posteriormente, foi disponibilizado, também, no endereço eletrônico da ANTT.

O trabalho consistiu na coleta, análise e divulgação das informações relacionadas ao transporte terrestre, produzidas pela Agência e por entidades públicas ou privadas que atuam no setor.

### Segurança da Informação

A implementação do Programa de Segurança da Informação no âmbito da ANTT tem como objetivo atender à legislação vigente no contexto da Administração Pública Federal. Contando com o apoio de empresa especializada, foram desenvolvidas atividades no sentido de definir os objetivos estratégicos da Segurança da Informação na Agência. Foram elaborados: Proposta de criação e manutenção da Política de Segurança da Informação; Plano de Implementação da Política de Segurança da Informação; Modelo de Análise de Riscos; Modelo de Implementação e Operação da Gestão da Segurança da Informação na ANTT; Normas de Gestão de Segurança da Informação; Procedimentos operacionais da Gestão da Segurança da Informação e modelo de Gestão Documental.

Além destas atividades, foram realizadas “Palestras de Sensibilização em Segurança da Informação e Comunicações”, contemplando todas as Unidades Organizacionais da ANTT – inclusive as Unidades Regionais. Estas palestras tiveram como objetivos principais conscientizar os servidores sobre a importância da Segurança da Informação e incentivá-los a adotar procedimentos de segurança em suas atividades cotidianas de trabalho.

### Núcleo de Meio Ambiente da ANTT – NMA/ANTT

Em 2010, o Núcleo de Meio Ambiente da ANTT–NMA/ANTT promoveu Reuniões Técnicas para discussão de assuntos que têm interface com o transporte terrestre, tais como: a proposta de criação de Unidades de Conservação e a apresentação do Sistema de Gestão Ambiental das concessões rodoviárias.

O NMA também contribuiu para a realização da Exposição “Ações Ambientais no Setor de Transportes”, promovida pelo Ministério dos Transportes; além de representar a ANTT em diversos eventos técnicos relacionados com a questão ambiental promovidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e pelo próprio Ministério do Meio Ambiente.

Palestras proferidas nos eventos: a) 1º Congresso Brasileiro de Ecologia de Estradas (Road Ecology Brazil 2010), promovido pela Universidade Federal de Lavras (UFLA); b) Seminário “Ano Internacional da Biodiversidade: Os Desafios para o Brasil”, promovido pela Câmara dos Deputados; e c) Debate “Brasil e Espanha: Integração Social e Ambiental de Infraestruturas” do Foro Hispano-Brasileiro sobre Desenvolvimento Sustentável, no X Congresso Nacional de Meio-Ambiente da Espanha.

## **Pesquisa Piloto de Satisfação dos Usuários do Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros**

A Pesquisa Piloto de Satisfação dos Usuários do transporte rodoviário interestadual de passageiros teve como objetivo avaliar o perfil e o grau de satisfação de usuários que se deslocam entre as cidades de São Paulo/Rio de Janeiro, São Paulo/Belo Horizonte, São Paulo/Recife e São Paulo/Porto Alegre. Um questionário estruturado foi aplicado a uma amostra de 800 usuários, no momento do desembarque, nos terminais das cidades selecionadas. Como resultado principal, obteve-se o perfil socioeconômico desses usuários e sua percepção em relação à qualidade dos serviços prestados pelas empresas pesquisadas.

## **Contratos de serviço de consultoria com o Banco Mundial**

A SUEPE vem conduzindo três projetos viabilizados financeiramente pelo Contrato de serviços de consultoria com o Banco Mundial.

O primeiro visa à seleção de consultoria especializada para elaboração de metodologia a ser aplicada na realização da pesquisa origem/destino de carga e passageiro. Estão também incluídas atividades de assessoramento na preparação das especificações e documentos de licitação da pesquisa propriamente dita, bem como o suporte à ANTT no processo de licitação; na supervisão da pesquisa; no processamento dos dados e na elaboração das matrizes de origem e destino para carga e passageiro.

O segundo tem como objetivo primordial delimitar as características da demanda por transporte rodoviário de cargas, permitindo traçar um perfil dos embarcadores e do serviço demandado. Inclui a coleta e o processamento dos dados e deverá, ao final, identificar o embarcador do transporte rodoviário de cargas e o seu perfil socioeconômico; determinar quais características operacionais o embarcador deseja para o serviço de transporte; determinar quais fatores levam o embarcador a decidir pelo uso do transporte rodoviário de cargas ao invés do ferroviário ou aquaviário, e vice-versa; determinar quais características operacionais e quais atributos de serviço deve conter a rodovia pedagiada, sob o ponto de vista do embarcador; e determinar até quanto o embarcador está disposto a pagar mais em forma de pedágio.

O terceiro objetiva executar os estudos destinados à revisão do Sistema de Gestão Ambiental da ANTT – SGA/ANTT, a fim de propiciar a internalização da cultura da Gestão Ambiental na Agência; a adequada capacitação do seu corpo técnico; o aprimoramento do processo de fiscalização na interface com as questões ambientais e a eficaz compatibilização dos transportes terrestres concedidos com o meio ambiente, por intermédio de um sistema informatizado, e utilizando uma base georeferenciada como uma das ferramentas de gestão desse sistema.

## **Participação em Grupos de Trabalho**

Membro do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Nº 336, de 22 de setembro de 2009, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para elaborar o 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários.

**Participação no Comitê Permanente de Meio Ambiente – COPEMA/SE**

Representante da ANTT no Comitê Permanente de Meio Ambiente (COPEMA)/SE, instituído no âmbito do Ministério dos Transportes, pela Portaria Nº 117, de 22 de maio de 2010.

**Participação no Comitê Executivo de Gestão da Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes - CETIIT**

Membro do CETIIT, instituído pela Portaria do Ministério do Transportes Nº165, de 31 de Julho de 2006, que tem como objetivo assessorar e propor ao Ministro dos Transportes a política de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática do Ministério e das entidades vinculadas.

**Participação no Comitê de Estruturação da Mapoteca Digital – CEMD da Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR**

Representante da ANTT no Comitê de Estruturação da Mapoteca Digital – CEMD, na categoria Transportes.

O objetivo do referido Comitê é propor a estruturação de uma Mapoteca Nacional Digital (MND), de uso compartilhado, na qual serão disponibilizados os produtos do mapeamento de referência realizados pelos diversos órgãos componentes do Sistema Cartográfico Nacional - SCN.

**Participação no Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas (GTSIC), na área de transportes terrestres**

O GTSIC foi constituído pela Portaria/GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) Nº 25, de 27 de abril de 2010, por tempo indeterminado, com o objetivo de pesquisar e propor um método de identificação das Infraestruturas Críticas – IEC. Além disso, o grupo tem como missão: identificar as IEC; levantar e avaliar suas vulnerabilidades e suas interdependências; verificar as causas e avaliar os riscos que possam afetar sua segurança; propor, articular e acompanhar as medidas necessárias à sua segurança; e estudar, propor e implementar um sistema de informações que conterá dados atualizados das IEC que servirão de apoio às decisões.

# MARCOS REGULATÓRIOS



**OBJETIVO GERAL:** Assegurar qualidade regulatória às ações da ANTT por meio de avaliação e supervisão de processos regulatórios desenvolvidos pela Agência, apoiando a missão institucional de assegurar ao usuário a adequada prestação dos serviços públicos de transportes terrestres.

Objetivos Específicos:

1. Harmonizar os atos normativos da ANTT;
2. Construir instrumentos para tornar mais eficiente o processo de elaboração e alteração dos atos normativos na Agência;
3. Aprimorar procedimentos dos Processos de Outorga;
4. Revisar o Marco Regulatório buscando integrar a política regulatória do setor com normatização e as práticas regulatórias;
5. Propor medidas com a finalidade de promover a concorrência;
6. Propor medidas com a finalidade de assegurar aos usuários a adequada prestação dos serviços públicos de transportes terrestres;
7. Assegurar o cumprimento das obrigações econômico-financeiras e societárias;
8. Acompanhar o desempenho das concessionárias e permissionárias de transportes terrestres.

## RESULTADOS

a) Elaboração de Atos Normativos:

	<b>Máteria</b>	<b>Interessado</b>	<b>Ato publicado</b>
1.	Fixa normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor— SAC nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, de transporte ferroviário de passageiros ao longo do Sistema Nacional de Viação e de exploração da infraestrutura das rodovias concedidas e administradas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.	Ouvidoria	RESOLUÇÃO Nº 3.535, DE 10 DE JUNHO DE 2010 DOU de 21 DE JUNHO DE 2010
2.	Estabelece procedimentos e prazos a serem adotados pelas concessionárias prestadoras de serviço público de transporte ferroviário para registro de bens, investimentos e projetos associados junto à ANTT.	SUCAR e SUFIS	RESOLUÇÃO Nº 3.543, DE 7 DE JULHO DE 2010 DOU de 12 DE JULHO DE 2010
3.	Estabelece o procedimento de análise dos projetos de infraestrutura no setor de transportes para fins de aprovação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.	SUCAR e SUINF	RESOLUÇÃO Nº 3.572, DE 25 DE AGOSTO DE 2010 DOU de 02 DE SETEMBRO DE 2010
4.	Estabelece a utilização de tabelas tarifárias em função da distância para o transporte de combustíveis do serviço público de transporte ferroviário de cargas, prestado pelas concessionárias América Latina Logística Malha Sul S.A., Transnordestina Logística S.A. e Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	SUREF	RESOLUÇÃO Nº 3.610, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2010 DOU de 17 DE DEZEMBRO DE 2010
TOTAL: 04			

## b) Alteração de Atos Normativos:

	<b>Ato alterado</b>	<b>Interessado</b>	<b>Ato publicado</b>
1.	Anexo da resolução nº 420 de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.	SUCAR	RESOLUÇÃO Nº 3.383, DE 20 DE JANEIRO DE 2010 DOU de 26 DE JANEIRO DE 2010
2.	Revoga a Resolução ANTT nº 248, de 9 de julho de 2003 e disciplina o envio das Demonstrações Financeiras e dos Dados de Desempenho Operacional por parte das prestadoras de serviço público regular de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros que operam em regime de Permissão e de Autorização Especial.	SUREG	RESOLUÇÃO Nº 3.524, DE 26 DE MAIO DE 2010 DOU de 26 DE MAIO DE 2010
3.	Revoga a Resolução ANTT nº 2.995, de 21 de janeiro de 2009 e dispõe sobre o parcelamento de débitos não inscritos na Dívida Ativa, resultantes de infrações à legislação setorial e regras contratuais da ANTT.	PRG	RESOLUÇÃO Nº 3.561, DE 12 DE AGOSTO DE 2010 DOU de 24 DE AGOSTO DE 2010
4.	Resolução nº 2.495, de 13 de dezembro de 2007, que determina que as concessionárias do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e as concessionárias do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros ou exploração da infra-estrutura ferroviária prestem informações trimestrais e anuais, e dá outras providências.	SUREG	RESOLUÇÃO Nº 3.591, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010 DOU de 15 DE OUTUBRO DE 2010
5.	Altera o anexo I à Resolução nº 055, de 8 de agosto de 2002, que aprova a norma de Procedimentos de Vistas aos Processos.	OAB	RESOLUÇÃO Nº 3.592, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010 DOU de 11 DE OUTUBRO DE 2010
6.	Resolução nº 2.665, de 23 de abril de 2008, que regulamenta as infrações sujeitas às penalidades de advertência e multa por inexecução contratual na exploração da infraestrutura rodoviária federal concedida.	SUINF	RESOLUÇÃO Nº 3.593, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010 DOU de 11 DE OUTUBRO DE 2010
7.	Resolução nº 3.561, de 12 de agosto de 2010, que dispõe sobre o parcelamento de débitos não inscritos na Dívida Ativa, resultantes de infrações à legislação setorial e regras contratuais da ANTT.	COESP E SUDEG	RESOLUÇÃO Nº 3.612, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2010 DOU de 21 DE DEZEMBRO DE 2010
8.	Resolução nº 1.166, de 05 de outubro de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.	SUPAS	RESOLUÇÃO Nº 3.620 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010 DOU de 22 DE DEZEMBRO DE 2010
TOTAL: 08			

c) Processos de elaboração e alteração de Atos Normativos com análise iniciada em 2010, mas não publicados:

	<b>Matéria</b>	<b>Interessado</b>	<b>Situação</b>
1.	Revisão do Processo de Participação e Controle Social da ANTT (Revogação da Resolução ANTT nº 3.026, de 10 de fevereiro de 2009).	SUREG	Minuta finalizada, aguardando abertura de Audiência Pública.
2.	Cartão Frete – Cartão do Transportador Rodoviário de Cargas	UNICAM	Projeto de Lei Publicado. Resolução ANTT em Audiência Pública
3.	Simplificação da apresentação das tabelas tarifárias das concessionárias do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros.	SUREF	Audiência Pública Finalizada. Aguardando publicação.
4.	Revogação da Resolução ANTT nº 978, de 25 de maio de 2005 (Bilhete de passagem)	SUPAS	Análise concluída encaminhada à SUPAS.
5.	Critérios para análise de pedidos de anuência para concessão de garantias em financiamentos pelas concessionárias que exploram o serviço público de transporte ferroviário de cargas.	SUCAR e SUINF	Em análise.
6.	Proposta de Resolução com definição das características dos serviços de transporte regular rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	SUPAS	Minuta finalizada. Aguardando abertura de Audiência Pública.
7.	Acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.	SUPAS	Análise concluída e encaminhada à SUPAS.
8.	Elaboração de resolução específica que dispõe sobre a exploração de atividades associadas à prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas, objeto de concessão pública – Receita Alternativa.	SUCAR	Em análise
9.	Regulamentação da Contratação de Arrendamentos de Equipamentos Ferroviários (Investidor Dependente)	SUCAR	Em análise
10.	Alteração no anexo da Resolução nº 442, de 17 de fevereiro de 2004, que disciplina no âmbito da ANTT, o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades.	SUREG	Em análise
11.	Regulamentação da isenção de pedágio para veículos oficiais próprios ou contratados.	SUINF	Audiência Pública finalizada.
12.	Regulamentação sobre Terminal Adicional.	SUPAS	Análise concluída e encaminhada à SUPAS.
13.	Alteração da Resolução nº 483, de 24 de março de 2004, que dispõe sobre a aplicação dos recursos tarifários das concessões rodoviárias no desenvolvimento tecnológico na área de engenharia rodoviária - RDT.	SUINF	Em análise.

14.	Alteração da Resolução nº 675, de 04 de agosto de 2004, que dispõe sobre as revisões ordinárias da Tarifa Básica de Pedágio nas concessões rodoviárias federais.	SUINF	Em análise.
15.	Alteração da Resolução nº 3056, de 12 de março de 2009, que dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, estabelece procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC e dá outras providências.	CRA	Análise concluída pela não alteração da Resolução e encaminhada ao Gabinete.
16.	Alteração da Resolução nº 3056, de 12 de março de 2009, que dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, estabelece procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC e dá outras providências.	SUFIS/SUCAR	Em análise, dada a conexão parcial com a minuta de resolução para regulamentar o pagamento do frete.
17.	Elaboração de alteração da Resolução nº. 420, de 12 de fevereiro de 2004 – Modificação dos modelos dos rótulos de riscos. Adequando-a as novas versões do Regulamento Modelo da ONU.	SUCAR	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
18.	Proposta de aplicação de penalidades mais severas às empresas que operam os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	SUFIS	Em análise conjuntamente à revisão da Resolução nº 442/2004.
19.	Proposta de Alteração da Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003.	SUREG	Nota Técnica concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
20.	Revogação do título I do anexo à Resolução nº 19 de 23 de maio de 2002, que prevê as penalidades de retenção e apreensão de veículo.	SUPAS	Nota Técnica concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
21.	Alteração do Art. 5º título V da Resolução nº 18, de 23 de maio de 2002.	SUPAS	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
22.	Regulamentação sobre a baixa de Resíduos Financeiros não Pagos.	SUFIS	Análise em finalização após parecer PRG.
23.	Regulamentação dos procedimentos para apresentação do Plano Trienal de Investimentos – PTI à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT pelas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas e define os critérios de análise e aplicação de penalidades pela Agência e altera a Resolução 2.695/08.	SUCAR	Análise concluída pela alteração da Resolução encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral
24.	Minuta de Resolução que estabelece a regra à implantação do Regime de direito de passagem para circulação de trens de carga da concessionária VALEC, no trecho estrada D'Oeste e Perequeda Malha concedida à Malha Paulista, bem como fixa outras diretrizes.	VALEC	Análise finalizada e inserida no Projeto Estruturante: Tráfego mútuo e Direito de Passagem.

Total: 24

## d) Análise de Projetos de Lei:

<b>Máteria</b>		<b>Interessado</b>	<b>Situação atual</b>
1.	Projeto de Lei do Senado nº 85/2010 – Altera a Lei Complementar nº 24, de 07.01.75.	Senador Marconi Perillo	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor – Geral.
2.	PL 2908/2008 – “Determina a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para ônibus produzidos ou adaptados a portadores de necessidades especiais.”	Deputado Federal Sabino Castelo Branco – PTB/PM	Análise concluída e encaminhada à ASPAR
3.	Emendas à Medida Provisória nº 497 de 2010.	ASPAR	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
4.	PL 6857/2010 – “Altera os artigos 7º, 21, 54, 231, 257, 280 e 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB”.	Deputado Carlos Zarattini	Análise concluída e encaminhada à ASPAR
Total: 04			

## e) Análise de Processos de Outorga:

Para o Trem de Alta Velocidade e as Concessões de Infraestrutura Rodoviária Federal:

- i. Elaboração de fluxograma do processo de licitação.
- ii. Elaboração de quadro-resumo dos aspectos a serem analisados no julgamento das propostas encaminhadas na licitação.
- iii. Análise de minutas de edital (TAV e rodovias), contrato (TAV e rodovias) e PER (rodovias).
- iv. Apoio à SUINF na revisão dos instrumentos de outorga no Projeto Estruturante 1.6 – Revisão da Primeira Etapa de Concessões Rodoviárias.
- v. Apoio à SUINF na elaboração dos modelos de instrumentos de outorga no Projeto Estruturante 1.7 – Padronização dos Processos de Outorga de Concessões Rodoviárias.

f) Agenda Regulatória, Revisão dos Marcos Regulatórios, Manuais, Análise de propostas de acordos de cooperação/protocolo de compromissos e participação em processos relativos à melhoria da qualidade regulatória e a outros interesses institucionais:

Matéria		Interessado	Situação atual
1.	Elaboração da Agenda Regulatória da ANTT.	DG/SUREG	Finalizada. Para validação com Diretor-Geral.
2.	Acordo de cooperação técnica entre IPEA e ANTT para desenvolvimento de metodologia de Análise de Impacto Regulatório e de sistema de Informação;	GEATO	Acordo assinado.
3.	Procedimento Administrativo nº 1.25.000.002939/2005-05 – Comissão Tripartite.	Procuradoria Rep. Paraná	Resolução preliminar finalizada. Em fase de validação com áreas envolvidas.
4.	Análise da Minuta de Decreto que dispõe sobre o Procedimento de Consulta Pública e o Processo de Análise de Impacto Regulatório pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.	PRO-REG/ Casa Civil	Análise concluída e encaminhada ao PRO-REG.
5.	Averiguação Preliminar nº 08012.002868/98 – SDE	SDE/MJ	Análise concluída. Processo arquivado.
6.	Procedimento Administrativo nº 1.35.000.001579/2009-01 - regularidade fiscal das empresas permissionárias e autorizatárias de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	Proc. Rep. Sergipe	Análise concluída e encaminhada à PRG.
7.	Questionamento sobre a fiscalização do vale-pedágio obrigatório nas dependências do embarcador.	SUFIS	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
8.	Declaração de adimplência contratual – ALL (Malhas Sul, Oeste, Paulista e Norte).	SUREG/GEAFI	Análise concluída e encaminhada à SUREG.
9.	Protocolo de Compromisso para a viabilização do trecho Fluminense da Estrada de Ferro 354 – Transcontinental Brasileira.	Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro	Em análise.

10.	Normas técnicas para circulação ferroviária segura.	Departamento de Relações Institucionais – DERIN/SPNT/MT	Análise concluída encaminhada à SUCAR.
11.	Inquérito Civil nº 1.29.000.001851/2010-86	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	Análise concluída e encaminhada à SUINF.
12.	Revisão Ordinária 2009 da Ponte Rio-Niterói.	Ponte Rio-Niterói	Em análise.
13.	Regulamento de Defesa dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas- RUF.	SUREG	Análise concluída e encaminhada à SUREG.
14.	Nota Técnica n 0076/GEINT/SUFIS – Diagnóstico de inadequações visando às atividades fiscalizadas pela SUFIS.	GEINT SUFIS	Análise concluída e encaminhada à SUREG.
15.	Cobrança por ocupação na faixa de domínio – Alteração das deliberações n/ofício nº 002/672/2009/APS/SUP.	Autopista Planalto Sul	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete.
16.	Atestado de Regularidade Contratual das Concessionárias.	GEAFI	Análise concluída e encaminhada à GEAFI/SUREG.
17.	Aplicação de penalidade por resolução.	GEATO	Nota Técnica concluída e encaminhada à SUREG
18.	Dosimetria das penalidades.	GEATO	Nota Técnica concluída e encaminhada à SUREG
19.	Regulamento de Defesa dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas- RUF.	SUREG	Análise concluída e encaminhada à SUREG.
20.	Critérios para Identificação de Infratores na Fiscalização do Excesso de Peso.	SUFIS	Análise concluída e encaminhada à PRG
21.	Excesso de Peso – Vinculação das Infrações ao Veículo.	COESP	Análise concluída e encaminhada à COESP.
22.	Solicitação de Convênio de Material Rodante.	MCPF/RS – Mov.Civil Preserv. Ferroviária	Análise concluída e encaminhada ao DNIT

23.	Aplicação de Agravantes e Atenuantes.	PRG	Em análise conjuntamente com a revisão da Resolução nº 442/2004.
24.	Trens Turísticos – Competência da ANTT.	DG	Em análise.
25.	Comissão de Direito dos Usuários de Transportes Terrestres.	SUREG	Proposta de construção de um sistema de cadastramento de interessados em receber informações sobre a ANTT e participar de rede para debates sobre temas relacionados aos transportes terrestres finalizada. Aguardando desenvolvimento de logomarca, sistema de cadastro, chat e fórum.
26.	Cobrança por ocupação na faixa de domínio – Alteração das deliberações n/ofício nº 002/672/2009/APS/SUP.	Autopista Planalto Sul	Análise concluída e encaminhada ao DG.
27.	Concessão de tolerância na infração de excesso na capacidade máxima de tração.	SUFIS	Processo em análise, aguardando posicionamento externo (Contran).
28.	Pedido de habilitação de modelo operacional de vale-pedágio obrigatório.	Centro de Gestão e Meios de Pagamento	Análise concluída e encaminhada à PRG.
29.	Criação de Núcleo para Assuntos de Trânsito.	SUREG	Finalizado. Em implantação.
30.	Aplicação do intitulado “despacho saneador” pela COESP.	COESP	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
31.	Credenciamento dos Fiscais de Transporte Terrestre – Norma Administrativa.	GERHU	Análise concluída e encaminhada ao Diretor Ivo Borges.
32.	Atestado de Regularidade Contratual das Concessionárias.	SUREG	Análise concluída e encaminhada à PRG
33.	Consulta Emissão de Boleto em Moeda Estrangeira.	SUDEG	Análise concluída e encaminhada à GEFIN/SUDEG.

34.	Recurso Administrativo – Isenção para veículos locados.	NovaDutra	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
35.	Recurso Administrativo – Isenção para veículos locados.	Ponte Rio-Niterói	Análise concluída e encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral.
36.	Portaria nº 003/SUREG/SUCAR - Constitui o grupo de trabalho para elaborar resolução referente ao plano Trienal de Investimentos – PTI.	SUCAR/SUREG	Análise em conclusão.
37.	Desenvolvimento de Instrução para Elaboração e Apresentação de Manuais.	SUREG	Elaboração do manual concluída. Processo encaminhado à SUDEG. Falta desenvolvimento do Template
38.	Manual do Processo de Participação e Controle Social.	SUREG	Em construção
39.	Pesquisa CNT Rodovias.	DG	Ofício encaminhado em 2009 pelo Diretor-Geral. A ANTT está esperando informações da CNT.
40.	Estudo sobre a arbitragem em ferrovias.	DG	Informações iniciais encaminhadas ao Diretor-Geral.
41.	Estudo sobre transporte de passageiros.	DG	Reuniões ocorridas em 2009.
42.	Instituição de Grupo Interno de Discussão para debates sobre assuntos relevantes relacionados às áreas de atuação da ANTT	DG	Proposta de grupo finalizada. Início das atividades para estruturação da primeira reunião.
43.	Proposta de Alteração do Regimento Interno e da Estrutura Organizacional da ANTT.	SUAFL	Análise concluída e encaminhada à SUDEG.
44.	Padronização das Notas Técnicas da Geato com Análise de Impacto Regulatório preliminar.	GEATO	Em construção
Total: 44			

- g) Realização do II Seminário de Defesa do Usuário do Serviço de Transportes Terrestres.
- h) Realização de reuniões e entrevistas com usuários.
- i) Revisão integral do marco regulatório das concessões ferroviárias, incluindo elaboração de minuta de um Código de Defesa dos Usuários Ferroviários.
- j) Condução do processo licitatório com o Banco Mundial referente a contratação do desenvolvimento da metodologia para aplicação de Pesquisa de Satisfação dos Usuários.
- k) Regulamentação e início das atividades de fiscalização do funcionamento do SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor das empresas reguladas pela ANTT.
- l) Levantamento do histórico das operações de transferência de controle societário realizados pelas concessionárias rodoviárias e ferroviárias desde a criação da ANTT.
- m) Discussão e elaboração de regulamentação que permitiu a dispensa de manutenção de bloco de controle das concessionárias reguladas pela ANTT para possibilitar aporte de recursos oriundos de mercado de capitais e maior transparência na gestão das empresas.
- n) Desenvolvimento de atividade de diagnóstico das ações adotadas pelas Superintendências para defesa do usuário e sugestão de adoção de medidas para uniformização de procedimentos, disseminação interna da cultura de defesa ao consumidor e proposição de novas medidas protetivas.
- o) Celebração de Acordo de Cooperação Técnico com o MDIC para consulta on line às composições acionárias de empresas constantes em Banco de Dados unificado das Juntas Comerciais do país.
- p) Análise de 120 processos de transferência de outorga e transferência de controle societário.
- q) Fiscalização Financeira:

A Fiscalização Financeira visa, fundamentalmente, à verificação do cumprimento por parte das concessionárias/permissionárias das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e permissão e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras.

Extraordinariamente a Fiscalização Financeira poderá ter como finalidade apurar acontecimentos supervenientes ou fatos relevantes provenientes de demandas específicas internas ou externas à Agência.

Seguindo o estabelecido na Portaria nº 312/2009 do Diretor-Geral da ANTT, foi proposto e aprovado, por meio da Deliberação nº 341/09, o Manual de Fiscalização e o Plano Anual de Fiscalização Financeira para 2010, no qual foram estabelecidas as rotinas e procedimentos para as atividades de Fiscalização (Ordinária e Extraordinária) e Inspeção.

q.1) Fiscalização Ordinária:

Realizada anualmente, tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias/permissionárias/autorizatárias à ANTT e visa atestar a conformidade das empresas reguladas em relação às condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas e regulamentares legais aplicáveis, no que tange aos aspectos financeiros.

Para o ano de 2010 foi selecionado um total de 56 empresas, sendo 12 concessionárias de ferrovias, 14 de rodovias e 30 permissionárias/autorizatárias cujas atividades realizadas constam dos seguintes processos:

<b>PROCESSO</b>	<b>CONCESSIONÁRIAS DE FERROVIAS</b>
50500.003892/2010-18	ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A
50500.003977/2010-04	ALL – AMÉRICA LATINIA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA (antiga FERROBAN)
50500.003980/2010-10	ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S/A (antiga FERRONORTE)
50500.003982/2010-17	ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S/A (antiga NOVOESTE)
50500.003984/2010-06	FERROESTE – ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S/A
50500.003985/2010-42	EFVM – ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS
50500.003986/2010-67	EFC – ESTRADA DE FERRO CARAJÁS
50500.003987/2010-31	FERROVIA NORTE-SUL – FNS
50500.003988/2010-86	FTC - FERROVIA TEREZA CRISTINA
50500.003989/2010-21	TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S/A
50500.003990/2010-55	MRS LOGÍSTICA S/A
50500.003991/2010-08	FCA – FERROVIA CENTRO-ATIÂNTICA S/A

<b>PROCESSO</b>	<b>CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS</b>
50500.003992/2010-44	TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A
50500.003993/2010-99	VIA BAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A
50500.003994/2010-33	AUTOPISTA LITORAL SUL S/A
50500.003995/2010-88	AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT
50500.003996/2010-22	AUTOPISTA FLUMINENSE S/A
50500.003997/2010-77	AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A
50500.004000/2010-04	AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A
50500.004002/2010-95	RODOVIA DO AÇO S/A
50500.004006/2010-73	NOVA DUTRA - RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A
50500.004010/2010-31	PONTE - CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO-NITERÓI S/A
50500.004012/2010-21	CONCOR-COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA – RIO
50500.004013/2010-75	CRT – CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS
50500.004014/2010-10	ECOSUL - EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S/A
50500.004015/2010-64	CONCEPA - CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A

PROCESSO	AUTORIZATÁRIAS
50500.003981/2010-64	VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A
50500.004214/2010-72	CIA. SÃO GERALDO DE VIAÇÃO
50500.004261/2010-16	EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA.
50500.004263/2010-13	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA.
50500.004264/2010-50	VIAÇÃO GARCIA LTDA.
50500.004266/2010-49	VIAÇÃO COMETA S/A
50500.004268/2010-38	EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A
50500.004269/2010-82	EXPRESSO GUANABARA S/A.
50500.004270/2010-15	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA.
50500.004272/2010-04	VIAÇÃO AGUIA BRANCA S/A
50500.004273/2010-41	REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS
50500.004274/2010-95	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A
50500.004275/2010-30	UNESUL DE TRANSPORTES LTDA.
50500.004276/2010-84	EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A
50500.004277/2010-29	TRANSBRASILIANA - TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
50500.005534/2010-40	UNIÃO TRANSPORTE INTERESTADUAL DE LUXO S/A (UTIL)
50500.005535/2010-94	AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA
50500.005536/2010-39	VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A.
50500.005537/2010-83	VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA.
50500.005538/2010-28	VIAÇÃO RODOCE LTDA
50500.005539/2010-72	VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA
50500.005541/2010-41	EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A
50500.005542/2010-96	EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
50500.005545/2010-20	OSVALDO MENDES & CIA. LTDA. (EMPRESA DOIS IRMÃOS)
50500.005548/2010-63	EXPRESSO UNIÃO LTDA
50500.005552/2010-21	REAL TRANSPORTE E TURISMO S/A
50500.005553/2010-76	EXPRESSO BRASILEIRO VIAÇÃO LTDA.
50500.005555/2010-65	EUCATUR- EMP. UNIÃO CASCABEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
50500.005556/2010-18	EXPRESSO SÃO LUIZ LTDA.
50500.005557/2010-54	VIAÇÃO NORDESTE LTDA.

Essa relação contempla a totalidade das concessionárias de ferrovias e rodovias. Já as empresas permissionárias/autorizatárias foram selecionadas por critério de amostragem devido ao grande número de empresas do setor. Foi definida como premissa básica a existência de contratos de linhas base para a seleção das empresas, o que decorre um total de 129 empresas. Desse universo, considerando o volume produzido de transporte no ano de 2007, foram selecionadas 30 empresas que totalizam 84% do total de passageiros por quilometro transportado pelas empresas, ou seja, um percentual significativo da atuação no setor de transporte rodoviário de passageiros. Essa seleção abrange mais de 68% da quantidade de linhas executas e 58% dos contratos existentes.

Os procedimentos para emissão dos Termos de Encerramento da Fiscalização estão em fase de conclusão pelos técnicos responsáveis por cada empresa.

Durante o ano, em decorrência do procedimento regular da fiscalização ordinária, foram emitidos diversos Atestados de Regularidade para as Concessionárias de Ferrovia e Rodovia com base nos itens de verificação constantes do Manual de Fiscalização Financeira.

### q.2) Fiscalização Extraordinária:

Executada em caráter eventual, examina ou verifica uma dada matéria, visando atender especificamente a demandas internas da ANTT, com vistas a subsidiar ações regulatórias. Objetiva, também, o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente.

Para o ano de 2010, em decorrência de situações identificadas no procedimento de fiscalização ordinária e/ou acompanhamento ocorrida durante o ano de 2009, foram apontadas 7 fiscalizações extraordinárias em concessionárias cujo cronograma de realização, detalhamento do objeto e escopo assim como a equipe responsável consta do Plano Anual de Fiscalização Financeira 2010.

Por questões logísticas e visando adequar a equipe da GEAFL ao atendimento do plano de fiscalização, o cronograma originalmente previsto foi alterado. O quadro a seguir apresenta a relação das empresas selecionadas assim como as datas em que foram realizadas.

<b>Concessionária</b>	<b>Data prevista</b>	<b>Data de realização</b>
TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S/A	01 a 5/2/2010	01 a 5/3/2010
ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A	01 a 5/3/2010	15 a 19/3/2010
GRUPO ALL (Malhas Sul, Oeste, Norte e Paulista)	01 a 5/3/2010	15 a 17/3/2010
EFC – ESTRADA DE FERRO CARAJÁS / FERROVIA NORTE-SUL – FNS	15 a 19/3/2010	03 a 7/5/2010
EFVM – ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS / FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA – FCA	05 a 9/4/2010	17 a 20/5/2010
AUTOPISTA RÉGIS BITENCOURT	26 a 29/4/2010	26 a 29/4/2010
PONTE RIO-NITERÓI (*)	10 a 12/5/2010	(*)

(\*) A Fiscalização Extraordinária realizada na Ponte Rio-Niterói teve um procedimento excepcional no qual, por questões logísticas, foi utilizada a estrutura da URRJ.

Todas as Fiscalizações Extraordinárias foram concluídas e os relatórios correspondentes foram devidamente arquivados.

### q.3) Inspeções:

Procedimento utilizado para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar fatos que exigam uma vistoria mais detalhada. Como resultado do procedimento regular de fiscalização ordinária, a Sureg identificou alguns procedimentos que exigiam uma vistoria mais detalhada no que se refere aos procedimentos de contabilização em acordo com o estipulado no Manual de Contabilidade e Plano de Contas Padronizado da ANTT assim como na identificação de repasse de receitas alternativas.

Considerando tal necessidade, propôs a realização de Inspeções com escopo específico, de acordo com o cronograma apresentado na sequência.

<b>Concessionária</b>	<b>Data prevista</b>	<b>Data de realização</b>
MRS LOGÍSTICA S/A	16 a 19/8/2010	16 a 19/8/2010
RODOVIA DO AÇO S/A	13 a 15/9/2010	13 a 15/9/2010
PONTE RIO-NITERÓI	15 a 17/9/2010	15 a 17/9/2010
FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA – FCA	27 a 30/9/2010	28 a 30/9/2010
DUTRA – CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A	13 a 15/10/2010	13 a 15/10/2010
TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A	19/10/2010	19/10/2010
FERROVIA TEREZA CRISTINA S/A	25 a 28/10/2010	09 a 12/11/2010
TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S/A	08 a 12/11/2010	24 a 26/11/2010

Todas as Inspeções foram realizadas e os respectivos relatórios arquivados ou em fase de conclusão pelos técnicos integrantes de cada equipe.

r) Receitas da ANTT das Concessões Ferroviárias e Verbas da Fiscalização:

Desde 2009 os valores das parcelas de concessão e arrendamento das Concessões de Ferrovias e Verbas de Fiscalização das Concessões de Rodovias são disponibilizados no endereço eletrônico da ANTT, através do link “Valores para Cobrança” em “Informações Regulatórias” por meio do qual a cada Concessionária tem acesso às informações.

Durante o ano foi desenvolvido o manual de atualização das verbas de fiscalização das concessionárias de rodovias estando em fase de conclusão o manual de atualização das parcelas de concessão e arrendamento. Para o acompanhamento dos valores foram desenvolvidas planilhas automatizadas para atualização monetária e controle da cobrança e recebimento.

s) Controle das Parcelas das Concessões e Arrendamento das Ferrovias:

Durante o ano de 2010, foram cobrados R\$ 505 milhões referente ao pagamento pelas outorgas das malhas oriundas da RFFSA dos quais R\$ 25 milhões relativos aos contratos de concessão e R\$ 480 milhões aos contratos de arrendamento. Desse montante, em decorrência de previsão nos Editais de Licitação de que os passivos originários de ações cíveis e trabalhistas anteriores à transferência das malhas continuariam de responsabilidade da RFFSA ou sua sucessora, o valor líquido efetivamente recolhido foi de R\$ 398 milhões sendo R\$ 24 milhões relativos aos contratos de concessão e R\$ 374 milhões aos contratos de arrendamento.

Há de se observar, ainda, que os valores relativos ao contrato de arrendamento não

constituem receita da ANTT uma vez que se referem a bens de propriedade do DNIT, sucessor da RFFSA na administração e propriedade dos mesmos. A ANTT é responsável apenas por sua gestão dado ser de sua responsabilidade a administração do contrato de arrendamento. Além disso, com exceção do contrato da Malha Sul, os créditos dos demais contratos foram cedidos à União pela RFFSA em compensação de dívidas, sendo a quitação dos valores de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional por força do artigo 8º, do Decreto nº 6.018/2007, que determinou a extinção da RFFSA e deu outras providências decorrentes desse ato.

As tabelas a seguir apresentam os montantes efetivamente pagos durante o ano de 2010 os quais são recolhidos pelas Concessionárias no dia 15 do mês de vencimento do trimestre.

<b>Parcelas de Concessão</b>			<b>R\$ 1.000</b>
<b>Concessionária</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Penhoras / Cartas de Fiança</b>	<b>Líquido GRU</b>
ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A	2.773	-	2.773
ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S/A	1.321	1.321	-
ALL – AMÉRICA LATINIA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA	4.034	-	4.034
FCA – FERROVIA CENTRO-ATIÂNTICA S/A	5.894	-	5.894
FTC - FERROVIA TEREZA CRISTINA	368	-	368
MRS LOGÍSTICA S/A	10.573	-	10.573
TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S/A	298	-	298
Total	25.261	1.321	23.940

<b>Parcelas de Arrendamento</b>			<b>R\$ 1.000</b>
<b>Concessionária</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Penhoras / Cartas de Fiança</b>	<b>Líquido GRU</b>
ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A	52.683	3.520	49.163
ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S/A	25.101	25.101	-
ALL – AMÉRICA LATINIA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA	76.653	76.653	-
FCA – FERROVIA CENTRO-ATIÂNTICA S/A	112.074	22	112.052
FTC - FERROVIA TEREZA CRISTINA	6.992	-	6.992
MRS LOGÍSTICA S/A	200.887	223	200.664
TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S/A	5.655	-	5.655
Total	480.046	105.519	374.527

Todos os valores foram cobrados atualizados monetariamente pela variação do IGP-DI em relação ao início do contrato.

t) Controle das Verbas de Fiscalização Rodoviária:

Durante o ano de 2010, foi recolhido um total de R\$ 68,4 milhões. A tabela a seguir apresenta os montantes efetivamente pagos durante o ano de 2010 os quais são recolhidos pelas Concessionárias até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento.

<b>Concessionária</b>	<b>R\$ 1.000</b>
CONCEPA - CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A	4.358
CONCER-COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO	4.708
CRT – CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS	2.543
ECOSUL - EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S/A	1.112
NOVA DUTRA - RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A	13.642
PONTE - CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO-NITERÓI S/A	4.346
AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A	8.941
AUTOPISTA FLUMINENSE S/A	3.013
AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	7.296
AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	2.085
AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT	9.508
RODOVIA DO AÇO S/A	1.616
TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A	2.036
VIA BAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A	3.195
<b>TOTAL</b>	<b>68.399</b>

Todos os valores foram cobrados atualizados monetariamente por índice definido em cada contrato de concessão.

u) Acompanhamento Econômico-Financeiro:

O Acompanhamento Econômico-Financeiro visa análise do desempenho econômico-financeiro retratando a situação atual, sua evolução e tendências, gerando maior conhecimento dos setores regulados pela ANTT, refletindo na verificação da capacidade das concessionárias de manter a prestação do serviço adequado e no subsídio à regulação do transporte terrestre.

Durante o ano foi desenvolvido o Manual de Acompanhamento do Desempenho Econômico e Financeiro que visa dar subsídio e padronização no levantamento e consolidação de informações para a análise periódica da situação financeira e econômica das concessionárias. Foi desenvolvida planilha padrão para elaboração de extratos trimestrais e relatórios anuais na qual inclui a padronização dos dados e o cálculo de indicadores de rentabilidade, receitas, custos e endividamento.

Em 2010, foi editada a primeira versão do REAFI, relatório que objetiva acompanhar a evolução do desempenho financeiro do setor regulado. Inclui, também, a avaliação do desempenho de cada empresa individualmente, além de classificá-las em função da performance financeira delas. Enfatiza também o comportamento das receitas, encargos, geração de valor e endividamento, além de calcular indicadores financeiros criados para essa finalidade. Este relatório tomou como referência as informações contábeis dos últimos exercícios contábeis encerrados até 2009.

A tabela a seguir resume os principais resultados do Setor alcançados em 2009, último exercício completo disponível.

<b>Resumo do Setor</b>		<b>Concessão de Rodovias</b>	<b>Concessão de Ferrovias</b>
<b>Resultado R\$ milhões</b>	Receita Operacional Bruta	1.968	11.746
	Receita Operacional Líquida	1.796	9.612
	Encargos Operacionais	947	5.357
	Resultado Líquido	231	2.155
	EBITDA	851	4.571
	Capital Próprio	1.304	14.802
	Capital de Terceiros	2.127	9.987
<b>Indicadores</b>	Crescimento Real da Receita Operacional Bruta	50,1%	-15,4%
	Relação Receita Operacional Líquida e Encargos Operacionais	1,90	1,79
	Rentabilidade do Capital Próprio	25,8%	17,4%
	Margem EBITDA	47,4%	47,6%
	Grau de Endividamento Financeiro	1,63	0,67
	Exposição da Dívida	2,50	2,18

#### v) Processos Administrativos para Apuração de Infrações:

Procedimento utilizado para apuração de infrações e aplicação de penalidades em decorrência de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitação, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização.

No exercício de 2010 foram lavradas 16 (dezesseis) notificações de infração, sendo que 5 (cinco) foram para rodovias e 11 (onze) para autorizatárias especiais.

As atividades realizadas constam dos seguintes processos:

<b>Notificação de Infração</b>	<b>Data</b>	<b>Interessado</b>	<b>Processo</b>	<b>Situação</b>
<b>N. Infração 001</b>	13/07/2010	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO-NITEROI - PONTE S/A	50500.047059/2010-89	Arquivado
<b>N. Infração 002</b>	14/07/2010	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A - NOVA DUTRA	50500.047777/2010-55	Arquivado
<b>N. Infração 003</b>	16/11/2010	UTIL	50500.124783/2010-33	Em andamento
<b>N. Infração 004</b>	16/11/2010	UNIÃO CASCABEL DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA	50500.124732/2010-10	Advertência
<b>N. Infração 005</b>	17/11/2010	VIAÇÃO ANAPOLINA	50500.130360/2010-52	Em andamento
<b>N. Infração 006</b>	17/11/2010	VIAÇÃO ANAPOLINA	50500.130367/2010-74	Em andamento
<b>N. Infração 007</b>	17/11/2010	TRANSBRASILIANA	50500.130380/2010-23	Em andamento
<b>N. Infração 008</b>	17/11/2010	TRANSBRASILIANA	50500.130387/2010-45	Em andamento
<b>N. Infração 009</b>	17/11/2010	EXPRESSO SÃO LUIZ LTDA	50500.130403/2010-08	Em andamento
<b>N. Infração 010</b>	17/11/2010	EXPRESSO SÃO LUIZ LTDA	50500.130413/2010-35	Em andamento
<b>N. Infração 011</b>	17/11/2010	REAL TRANSPORTES E TURISMO S.A.	50500.130423/2010-71	Em andamento
<b>N. Infração 012</b>	01/12/2010	EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO	50500.139719/2010-57	Em andamento
<b>N. Infração 013</b>	01/12/2010	REUNIDAS S/A- TRANSPORTES COLETIVOS	50500.139720/2010-81	Em andamento
<b>N. Infração 014</b>	01/12/2010	OSVALDO MESNDES & CIA LTDA	50500.139723/2010-15	Em andamento
<b>N. Infração 015</b>	01/12/2010	VIAÇÃO ARAGUARINA	50500.139724/2010-60	Em andamento
<b>N. Infração 016</b>	03/12/2010	RODOWIA DO AÇO	50500.140783/2010-81	Em andamento

Dois processos iniciados em anos anteriores tiveram continuidade em 2010:

Transnordestina Logística S.A.	50500.048172/2009-48	Objeto de Decisão Judicial, o processo está sobretestado até sua conclusão. A concessionária foi considerada como regular com base em parecer da Procuradoria-Geral da ANTT.
Transnordestina Logística S.A.	50500.040543/2009-43	A Diretoria da ANTT aprovou o pedido de parcelamento da multa em 5 parcelas das quais 4 com vencimento durante o ano de 2010 foram pagas regulamente.

w) Atestado de Regularidade Contratual, Fiscal e Tributária:

Durante as fiscalizações e eventualmente quando demandada pela Gerência de Defesa do Usuário e da Concorrência, Superintendência de Serviços de Transporte de Carga e Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária a Gerência de Avaliação Econômica e Financeira, atesta a regularidade contratual das cláusulas econômico-financeiras, fiscal e tributária das Concessionárias Rodoviárias e Ferroviárias.

Para esta atividade é utilizado o Sistema BD de apoio ao acompanhamento e controle das cláusulas econômico-financeiras cujos itens de verificação constam do Manual de Fiscalização Financeira.

Dando continuidade ao aprimoramento das ações de fiscalização, em especial ao procedimento de atestar a regularidade das concessionárias quanto aos aspectos econômico-financeiros foi proposto e aprovado, por meio da Portaria SUREG nº 14, de 14 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 16 de dezembro de 2010, juntamente com a atualização do Manual de Fiscalização Financeira aprovado pela Deliberação nº 341/09, de 9 de dezembro de 2009, o Atestado de Regularidade Aspectos Econômico-Financeiros.

O Atestado de Regularidade Aspectos Econômico-Financeiros será emitido, a partir de 2011 nas datas de 1º de abril e 1º de outubro, tomando por referência exclusivamente o Manual de Fiscalização Financeira citado anteriormente, no qual consta a metodologia utilizada para análise das obrigações assim como os itens de verificação que integram a base pela qual vem sendo constatada a situação de regularidade ou não de cada concessionária.

Constará desse Atestado, para cada concessionária, a condição de REGULAR ou REGULAR COM RESSALVAS sendo emitido como REGULAR somente quando a fiscalizada for considerada adimplente em todos os itens de verificação aplicáveis. A situação REGULAR COM RESSALVAS refere-se apenas aos casos em que não for possível a análise do item de verificação por força de questões formais, alheias à ação deliberada da fiscalizada, tais como a suspensão administrativa ou judicial de exigibilidade do item, ou a impossibilidade comprovada de obtenção de documentos obrigatórios. Caso a fiscalizada seja considerada como IRREGULAR, em qualquer item de verificação, não será emitido o Atestado.

x) Manual de Contabilidade:

Com vista ao atendimento das alterações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638/07, foram adotados os pronunciamentos técnicos do CPC emitidos em 2008 e está também prevista a revisão dos Manuais de Contabilidade e Plano de Contas Padrão adotados pelas empresas reguladas.

Dada a complexidade dessa adequação, entendeu-se necessária a contratação de consultoria para apoio a ANTT a revisão dos manuais. Tal procedimento, cuja contratação se dará com recursos do Banco Mundial, está em fase final já tendo sido concluída a etapa de análise das propostas, sendo que há expectativa de celebração do contrato com a empresa vencedora em 2011.

## AÇÕES E METAS ALCANÇADAS NO PERÍODO

Foram analisados, ao longo do ano de 2010, 36 propostas de alteração/elaboração de atos normativos, das quais 12 resultaram em Resoluções publicadas. Quanto às 23 propostas restantes, as mesmas se encaixam nas seguintes situações:

- a) São complexos, exigindo maior tempo de análise;
- b) Aguardam manifestação de outras unidades organizacionais;
- c) A análise foi finalizada e aguardam audiência pública;
- d) Foram recebidos no final de 2010 e ainda estão sendo analisadas; ou
- e) A análise sugeriu indeferimento da solicitação de elaboração/alteração do ato normativo.

Quanto aos Projetos Estruturantes conduzidos pela área, o Cartão-Frete (pagamento do frete de transporte rodoviário de cargas) foi finalizado dentro do cronograma previsto , restando agora somente a fase de regulamentação, que está em andamento.

O cronograma de atividades do projeto de construção da Metodologia de Análise de Impacto Regulatório foi prejudicado, vez que boa parte das atividades dependia da assinatura do Termo de Cooperação Técnica, ocorrida somente em 18 de agosto de 2010. Todavia, mesmo com apoio restrito do IPEA decorrente da demora na assinatura do Termo de Cooperação e da formação da equipe de trabalho, o grupo de trabalho interno já revisou e está testando o Questionário Preliminar de Impacto.

Em se tratando do Projeto Estruturante de Revisão dos Marcos Regulatórios, houve pequeno atraso no cronograma devido à demora na aprovação, pelo Banco Mundial, do texto da Solicitação de Propostas, o que ocorreu somente no final de dezembro. Após tal etapa, o cronograma vem sendo desenvolvido dentro do planejado.

Quanto aos Projetos Estruturantes com participação da SUREG, as atividades referentes ao Projeto intitulado “Metodologia de revisão dos contratos de concessão de rodovia” foram finalizadas e o processo encaminhado à SUINF.

O acompanhamento dos Processos de Outorga seguiu em parte o plano previamente estabelecido, com participação da SUREG no processo licitatório do TAV e de concessões rodoviárias já foi finalizado. Os Planos de Outorga para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) e para as Concessões Ferroviárias, inicialmente previstos para 2010, deverão ser realizados em 2011, no âmbito dos Projetos Estruturantes do Planejamento Estratégico da ANTT.

Além disso, por se tratar de área recente (criada em 2009) e com atribuições até então não desenvolvidas por nenhuma área da ANTT, a SUREG transpôs o ano de 2010 construindo seus processos e avaliando a forma de condução dos mesmos para mapeamento e redesenho, participando ativamente de processos institucionais como a reestruturação organizacional e a auto avaliação da gestão.

Outra atividade desenvolvida pela Sureg, como forma de contribuição para a melhoria dos processos regulatórios, é a representação da ANTT no PRO-REG (Programa de Fortalecimento da Capacidade Regulatória), frequentemente municiando o Programa com informações e participando como piloto em projetos de melhoria regulatória.

Também merecem destaque, entre as metas alcançadas, a regulamentação da implementação do SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) pelas empresas reguladas, a realização do II Seminário de Direitos e Deveres dos Usuários de Transportes Terrestres e a realização de diagnóstico do tratamento que as demais áreas da ANTT têm conferido aos usuários.

A obrigatoriedade das empresas reguladas pela ANTT de implantarem um SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, objeto da Resolução 3.535/2010, consistiu em uma das mais significativas medidas para melhoria na qualidade para os usuários dos serviços de transportes terrestres. Segundo o conteúdo da norma, as empresas prestadoras de serviço regular de transporte de passageiros e as concessionárias rodoviárias foram obrigadas a oferecer serviço ininterrupto de atendimento aos usuários, nos moldes do Decreto 6.523/2008. A medida buscou assegurar direito ao usuário de ter disponível canal junto as empresas para resolução de suas demandas sobre informação, dúvida, reclamação, suspensão ou cancelamento de contratos e de serviços.

Realização nos dias 24 e 25 de novembro, o II Seminário de Direitos e Deveres dos Usuários de Serviços de Transportes Terrestres com o tema: “Os Desafios da Regulação para o aumento do acesso aos serviços de transportes.” O evento ocorrido contou com a apresentação de dezenas palestras divididas em oito sessões temáticas. Entre os temas debatidos, mereceram destaque as sessões que discutiram a revisão tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão das rodovias, o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) e os impactos nos serviços públicos, os gargalos logísticos nos transportes ferroviários e as expectativas de concorrência do TAV (Trem de Alta Velocidade) com o setor aéreo.

Já o diagnóstico das ações adotadas em defesa do usuário em todas as superintendências organizacionais. O trabalho gerou um Relatório que relacionou as principais iniciativas de cada área da ANTT e sugeriu uma série de medidas, dentre as melhores práticas identificadas, para uniformização e revisão de procedimentos, disseminação interna da cultura de defesa ao consumidor e proposição de novas medidas protetivas.

A fiscalização financeira cumpriu integralmente o Plano Anual de Fiscalização Financeira para 2010, aprovado pela Deliberação nº 341/09. As fiscalizações eventualmente adiadas em relação ao cronograma previsto no Plano para 2010 foram cientificados pelo Gerente responsável ao Superintendente e constam deste Relatório de Gestão 2010, conforme dispõe a Portaria nº 312/2009.

O acompanhamento do desempenho das concessionárias de transportes terrestres foi implementado com apoio do Projeto Estruturante 1.3 - Aprimoramento de Modelos de Análise de Desempenho de Concessionárias, e documentado através da publicação da primeira versão do REAFI.

# ACORDOS INTERNACIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS



A celebração de Acordos de Transporte Internacional Terrestre entre países da zona de fronteira permite a adoção de normas jurídicas que refletem os princípios essenciais acordados pelos interessados, uma vez que, o transporte internacional terrestre é reconhecido como serviço de interesse público fundamental para a integração dos países e no qual a reciprocidade é entendida como regime mais favorável para otimizar a eficiência desse serviço.

No âmbito da América do Sul, o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul - tratado de integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, estabelecido em março de 1991 - adota o Acordo Sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT), celebrado entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Peru, Paraguai e Uruguai em 1º de janeiro de 1990, como principal regulamentador do transporte internacional terrestre dos Países do Cone Sul.

Complementarmente a ATIT, celebra-se o Acordo de Transporte de Produtos Perigosos entre Brasil, Argentina e Uruguai com o propósito de elaborar um regulamento comum para o transporte terrestre de produtos perigosos.

No Brasil, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT é o órgão competente para negociação e aplicação dos acordos internacionais. Assim, em 2010, a ANTT participou de reuniões de acompanhamento e ajustamento visando atender às crescentes necessidades das partes, pela incorporação dos avanços tecnológicos e operacionais, pelo maior grau de segurança e por maior agilidade dos procedimentos aduaneiros e imigratórios :

#### **XI REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE – ATIT**

Realizada na cidade de Montevidéu - Uruguai, nos dias 24, 25 e 26 de março de 2010, com a presença das Delegações Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

#### **REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA PARA A XXXIX REUNIÃO DO SUBGRUPO DE TRABALHO N° 5 - TRANSPORTES DO MERCOSUL**

Realizada na cidade de Buenos Aires – Argentina, durante os dias 22 e 23 de abril de 2010 com a presença das delegações das Repúblicas do Brasil, Paraguai, Chile e Argentina.

#### **XXXIX REUNIÃO DE SUBGRUPO DE TRABALHO N° 5 - TRANSPORTES DO MERCOSUL**

Realizada na cidade de Salta – Argentina, durante os dias 19, 20 e 21 de maio de 2010, com presença das delegações do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia.

**XXXI REUNIÃO BILATERAL BRASIL-PARAGUAI DE ORGANISMOS DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE DOS PAÍSES DO CONE SUL (ATIT)**

Realizada na cidade de Asunción - Paraguai, nos dias 17 e 18 de junho de 2010, com a presença das Delegações do Brasil e Paraguai.

**II REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA - PUERTO IGUAZU**

Realizada na cidade de Puerto Iguazú – Argentina, em 23 de julho de 2010, o Acompanhamento do Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira entre as Repúblicas do Brasil, Argentina e Paraguai.

**I REUNIÃO DO GRUPO PERMANENTE DE CARÁTER TÉCNICO PARA INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS – SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS DO SGT N° 5 – TRANSPORTES DO MERCOSUL**

Realizada na cidade de Foz do Iguaçu – Brasil, nos dias 12 e 13 de agosto de 2010, com presença das delegações da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

**REUNIÃO BILATERAL BRASIL - ARGENTINA**

Realizada na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 19 e 20 de agosto de 2010, com a presença das Delegações do Brasil e Argentina.

**REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA PARA A XL REUNIÃO DE TRABALHO DO SGT N° 5 – TRANSPORTES DO MERCOSUL**

Realizada na cidade de Curitiba – Brasil, nos dias 15 a 17 de setembro de 2010, com presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

**XL REUNIÃO DO SUBGRUPO DE TRABALHO N° 5 – TRANSPORTES DO MERCOSUL**

Realizada na cidade de João Pessoa - Brasil, nos dias 27 a 29 de outubro de 2010, com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e da Delegação da República do Chile na qualidade de associado.

## **XII REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE – ATIT**

Realizada na cidade de Montevidéu - Uruguai, durante os dias 29 de novembro a 1 de dezembro de 2010, com a presença das Delegações Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

## **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA BRASIL-PARAGUAI DOS ORGANISMOS DE APLICAÇÃO DO ATIT SOB TRANSPORTE DE CARGA**

Realizada na cidade de Foz do Iguaçu - Brasil, no dia 15 de dezembro de 2010 , com a presença das Delegações do Brasil e do Paraguai.

## **ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL**

Union Internationale dês Chemins de Fer – UIC (União Internacional de Ferrovias)

Em 08 de março de 2010, a ANTT assinou com a UIC – União Internacional de Ferrovias um Memorando de Entendimento focando o apoio para o desenvolvimento do Sistema Ferroviário de Alta Velocidade. A UIC é uma organização mundial composta por mais de 200 membros que operam mais 1,1 milhão de quilômetros de ferrovia, que representam 95% de toda a malha ferroviária mundial. A cooperação entre UIC e a ANTT deve incidir, em particular, sobre o projeto de implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, através da implementação de projetos conjuntos de mútuo interesse, organização de seminários, workshops e reuniões com especialistas, cientistas, órgão públicos e empresas privadas, assim como, a organização de encontros de intercâmbio entre delegações objetivando a troca de informações técnicas e científicas.

## **COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O GOVERNO CHINÊS**

O Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre a ANTT e o Departamento de Cooperação Internacional do Ministério de Ferrovias da República Popular da China foi assinado em 18 de julho de 2010 considerando o interesse recíproco em incrementar a cooperação no campo dos transportes ferroviários. A cooperação dar-se-á através do intercâmbio de informações e documentações de natureza técnica científica, visitas de especialistas, acadêmicos e delegações, implementação de projetos conjuntos em ferrovias de transporte de cargas e de passageiros, pesquisa e estratégia de desenvolvimento do sistema de Trem de Alta Velocidade e a definição de padrões técnicos e regulação ferroviária.

## **COOPERAÇÃO TÉCNICA BID-ANTT-ANTF**

Encontra-se em fase de negociação o projeto de cooperação técnica entre a ANTT, ANTF e TCCI para elaboração de um programa de desenvolvimento institucional ferroviário. Os objetivos do programa são fornecer às ferrovias brasileiras privatizadas orientação técnica para ampliar a integração de suas operações e atividades de gestão, melhorar segurança e aumentar a produtividade do sistema de transporte ferroviário, além das vantagens ambientais e sócio-econômicas associadas ao programa.

## **CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO EXTERNOS**

### **1. Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE**

O Contrato de Empréstimo nº 7253-BR para o Projeto de Assistência Técnica para o Crescimento Eqüitativo e Equilibrado (PACE) foi assinado em 04 de outubro de 2005, entre o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e o Governo Federal, objetivando, no âmbito da ANTT, o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial ao fortalecimento institucional da Agência e a melhoria do arcabouço regulatório nos setores de transporte rodoviário, ferroviário e de passageiros interestadual e internacional.

Cinco contratos foram financiados com recursos do Projeto PACE em 2010:

(1) Contrato de Consultoria para sistematização de Metodologia para Avaliação dos Contratos de Concessão das Rodovias Federais que deverão subsidiar o processo de tomada de decisão quanto à revisão dos contratos no âmbito da ANTT;

(2) Contrato de Consultoria para Manutenção do Sistema de Fiscalização das Rodovias Federais - SIGFIS para o desenvolvimento de módulos para evolução do sistema de gestão dos serviços de fiscalização das rodovias concedidas;

(3) Contrato de Consultoria para Melhoria e Desenvolvimento das Ações de Fiscalização sob responsabilidade da ANTT, de forma a racionalizar e padronizar os procedimentos, aumentando a eficiência e possibilitando maior qualidade no atendimento das demandas dos clientes da agência;

(4) Contrato de Consultoria para elaboração da Política de Segurança da Informação da ANTT (PSI/ANTT);

(5) Contrato de Consultoria para elaboração, implantação e manutenção do Sítio de Gestão Estratégica dentro do domínio absoluto: [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br).

As licitações foram feitas em conformidade com as Diretrizes de Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial, datadas de maio de 2002. Todos os contratos foram encerrados em dezembro de 2010, uma vez que o PACE possui vigência até 20 de dezembro de 2010.

## 2. Projeto de Transporte Rodoviário – PREMEF

Em 03 de dezembro de 2007, foi assinado o Contrato de Empréstimo Nº. 7383-BR entre o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e o Governo Federal destinado a financiar o Projeto de Transporte Rodoviário (PREMEF), que está inserido no Programa de Redução de Custos Logísticos. Os recursos destinam-se ao atendimento das atividades de Elaboração de Planos de Outorgas de Rodovias e Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros e Fortalecimento Institucional.

Em 2010, cinco contratos foram financiados com recursos do Projeto PREMEF. As licitações foram feitas em conformidade com as Diretrizes de Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial, datadas de maio de 2002.

- (1) Contrato de Consultoria para Definição, Sistematização e Modernização dos Procedimentos da Central de Atendimento ao Usuário – CAU, para adequá-las às novas demandas da ANTT;
- (2) Contrato de Consultoria para Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho para acompanhamento de informações gerenciais sobre indicadores, projetos e processos de trabalho para ANTT;
- (3) Contrato de Consultoria para Elaboração de Programa de Capacitação para as áreas de fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- (4) Contrato de Consultoria para o Desenvolvimento de gestores, utilizando a ferramenta do coaching ontológico para Superintendentes e Gerentes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- (5) Contrato de Consultoria na Área de Urbanismo visando à estruturação do Projeto de Implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

Encontram-se em Fase de Seleção de Consultores e/ou Assinatura do Contrato de Consultoria para financiamento com recursos do Projeto PREMEF:

- (1) Contratação de Consultoria para Estudo da Viabilidade Técnica-Econômica-Financeira do Ferroanel Metropolitano de São Paulo.

(2) Contrato de Consultoria Contábil Especializados para Revisão dos Manuais de Contabilidade da ANTT adequando-os às novas regras contábeis e regulatórias em vigor no País.

(3) Contrato de Consultoria para Elaboração de Metodologia de Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Regulados pela ANTT.

(4) Contrato de Consultoria para Revisão dos Marcos Regulatórios da ANTT.

(5) Contrato de Consultoria para Estudo, Desenvolvimento e Implantação de Política de Comunicação Social para a ANTT.

### **PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO TREM DE ALTA VELOCIDADE - TAV**

No ano de 2010, a ANTT executou diversas atividades no âmbito do projeto de implantação do Trem de Alta Velocidade para transporte de passageiros entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas. São elas:

- Realização de audiências públicas presenciais nos Municípios do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Campinas/SP, Brasília/DF, São José dos Campos/SP, Aparecida/SP E Barra Mansa/RJ, com o objetivo de tornar público e colher contribuições sobre o processo de licitação da concessão dos serviços de transporte ferroviário de passageiros por um sistema de trem de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, envolvendo os estudos de viabilidade, as minutas do Edital de Licitação e do Contrato de Concessão.

- Elaboração e aprovação do Relatório Final da Audiência Pública nº 103/2009, contendo a consolidação do posicionamento, comentários e respostas às contribuições formuladas.

- Celebração do Programa de Cooperação Técnica entre a ANTT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visando apoiar a ANTT durante a realização do processo de licitação, e a elaboração dos estudos iniciais para execução das desapropriações necessárias à implantação do TAV Rio de Janeiro – Campinas e na realização dos estudos de impacto ambiental, com vistas à obtenção do licenciamento ambiental prévio do empreendimento.

- Manutenção e atualização o sítio eletrônico oficial do TAV Rio de Janeiro – Campinas.

- Encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União - TCU, de documentação em resposta às diligências efetuadas sobre os estudos de viabilidade do projeto, o que culminou com a edição do Acórdão nº 1510/2010.

- Encaminhamento ao TCU, após aprovação do primeiro estágio de fiscalização

daquele órgão, dos documentos relativos ao processo de licitação da concessão do TAV Rio de Janeiro – Campinas (Edital de Concessão nº 001/2010 e seus Anexos), dando início ao segundo estágio de fiscalização.

- Publicação do Aviso de Licitação referente à concessão do serviço público ferroviário de passageiros por trem de alta velocidade, tornando público o Edital de Concessão nº 001/2010 e seus anexos.
- Condução do processo de esclarecimentos complementares ao Edital de Concessão nº 001/2010 e seus anexos, com a elaboração e divulgação de atas de esclarecimentos em resposta os questionamentos apresentados.
- Realização de reuniões públicas presenciais realizadas com o objetivo de prestar esclarecimentos a potenciais interessados em participar do certame licitatório.

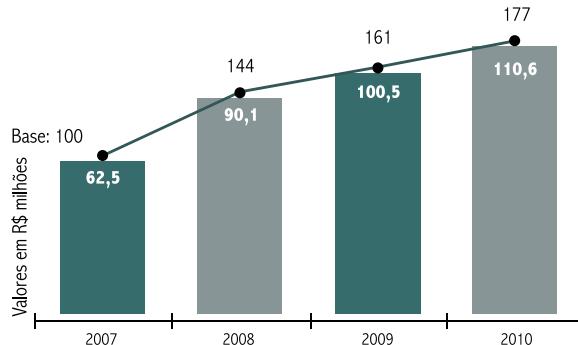
# GESTÃO ORGANIZACIONAL



## GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

No que diz respeito às receitas arrecadadas pela ANTT, o gráfico 1 aponta um crescimento de aproximadamente 77%, no período de 2007 a 2010.

**VARIAÇÃO DAS RECEITAS VINCULADAS TOTAIS**



Essas receitas são constituídas pelos seguintes recursos:

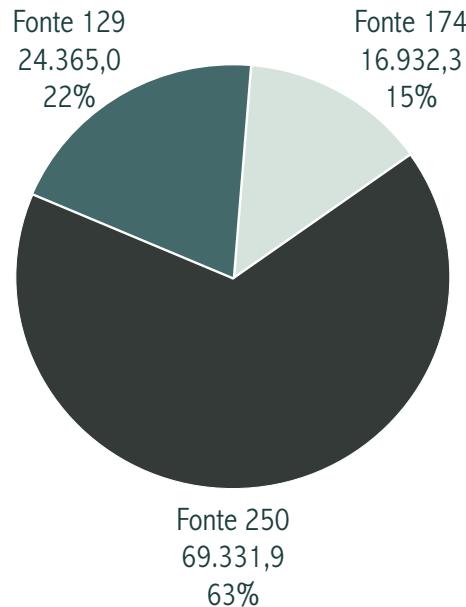
- Outorgas do Transporte Ferroviário (Fonte 129), cujo pagamento das parcelas contratuais é efetuado trimestralmente.
- Multas de Poder de Polícia (Fonte 174), que se referem às infrações no Transportes Terrestres relacionadas ao excesso de peso de cargas transportadas, ao Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Cargas – RNTRC, ao Vale Pedágio, e do serviço de Transporte Interestadual e Internacional de Cargas e Passageiros.
- Serviços e multas previstos em contratos (Fonte 250), onde 98% desta receita é composta pelas verbas anuais de concessões destinadas à fiscalização de rodovias. Os demais valores componentes desta fonte se referem às receitas administrativas de taxas e emolumentos dos serviços de transportes de cargas e passageiros.

Atualmente A ANTT administra 14 concessões de rodovias, das quais 5 (cinco) foram contratadas pelo Ministério dos Transportes, entre 1994 e 1997, e 1 (uma) pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1998, com posterior Convênio de Delegação das Rodovias denunciado e o contrato sub-rogado à União em 2000, 7 (sete) concessões referentes à segunda etapa fase I e 1 (uma) concessão referente à segunda etapa fase II.

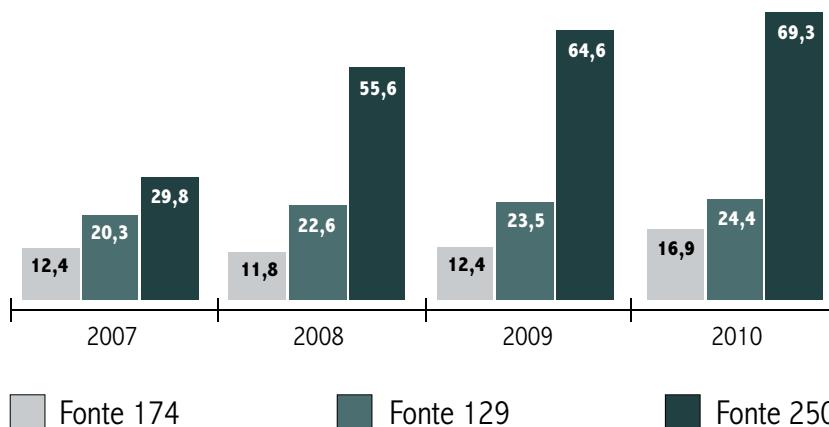
Dos recursos totais arrecadados, a maior parcela refere-se aos recursos de serviços e multas previstos em contratos de concessões rodoviárias (fonte 250) conforme evidenciado nos gráficos 2 e 3.

**TOTAL ARRECADADO - ANTT/ 2010**

Composição dos valores arrecadados por  
TIPO DE FONTE DE RECURSOS

**EVOLUÇÃO DAS RECEITAS POR FONTE DE RECURSO**

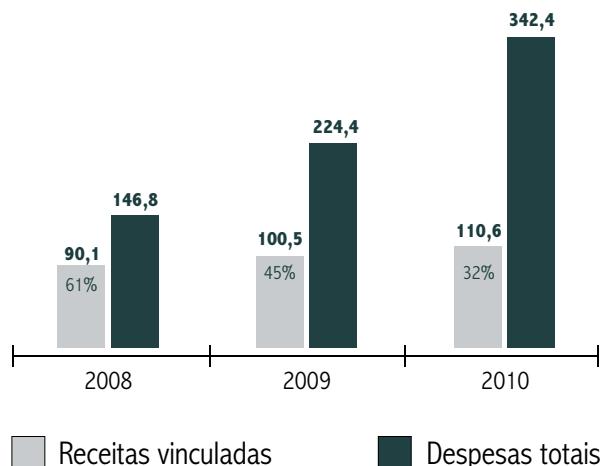
Receitas vinculadas em R\$ milhões



Quanto à evolução das despesas totais verifica-se que em relação ao crescimento observado na despesa orçamentária empenhada não correspondeu um mesmo acréscimo das receitas vinculadas ao seu financiamento, dessa forma a participação das despesas financiadas com recursos próprios caiu entre 2009 e 2010 de 45% para 32%, representando uma maior dependência de recursos do Tesouro para o financiamento das ações da ANTT.

## RECEITAS VINCULADAS E DESPESAS TOTAIS

Valores em R\$ milhões



O Orçamento Inicial da ANTT para o exercício de 2010 foi de R\$ 400.346.729,00, sendo que R\$ 116.706.298,00 referem-se à Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 273.352.257,00 para Outras Despesas Correntes e, R\$ 10.288.174,00 para Investimento. Vale ressaltar que a Lei Orçamentária foi sancionada com R\$ 361.000.000,00 para Reserva de Contingência, que não sofreu alteração no curso do exercício fiscal.

No decorrer do exercício foram efetuadas alterações orçamentárias por meio de créditos ao Orçamento inicialmente aprovado que redundaram em acréscimos da ordem de R\$ 231.021.015,00 e cancelamentos de R\$ 167.377.881,00, resultando em um acréscimo na dotação final de R\$ 63.643.134,00, sendo R\$ 32.480.000,00 para despesas correntes e o saldo para despesas de capital.

As dotações finais foram ampliadas com os valores dos créditos adicionais abertos com a seguinte composição: R\$ 35.059.134,00 de Créditos Suplementares, R\$ 25.984.000,00 de Reabertura de Créditos Especiais e R\$ 2.600.000,00 de Reabertura de Créditos Extraordinários.

Desconsiderando a Reserva de Contingência de R\$ 361.000.000,00, a dotação final alcançou R\$ 463.989.863,00, sendo distribuídas da seguinte forma: R\$ 149.186.298,00 para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 272.315.391,00 para Outras Despesas Correntes e R\$ 42.488.174,00 para despesas com Investimentos.

Os valores efetivamente disponibilizados para movimentação e empenho por meio do Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010, foi de R\$ 221.331.152,00, sendo R\$ 187.266.897,00 para Outras Despesas de Custeio e R\$ 34.064.254,00 para as despesas com Investimento, não se aplicando a estes limites às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Considerando esses limites de empenho fixados para a ANTT, o empenho efetivamente realizado alcançou elevados percentuais, ficando assim distribuído.

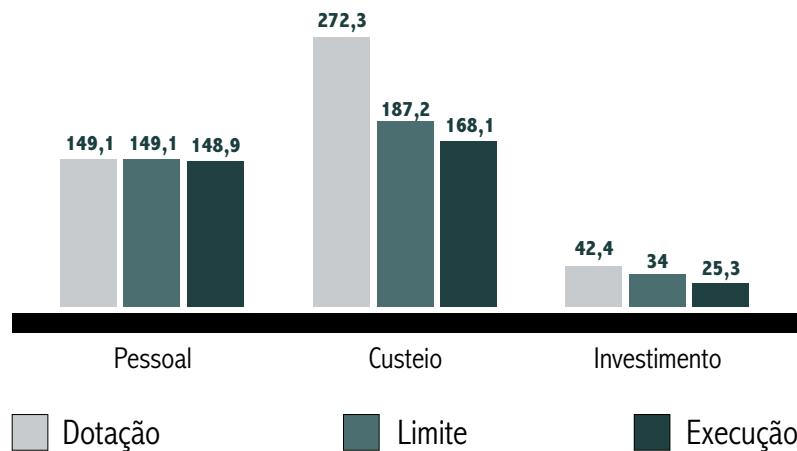
**OUTRAS DESPESAS CORRENTES: 89,77%**

**INVESTIMENTO: 74,37%**

A execução orçamentária total atingiu R\$ 342.438.228,00, sendo R\$ 148.989.052,00 para despesas com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 168.113.375,00 para Outras Despesas Correntes e R\$ 25.335.800,00 para despesas com Investimento.

## DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Grupo de despesas



Com relação aos recursos previstos para o TAV, os mesmos não foram plenamente executados em decorrência da reengenharia financeira efetuada, que antes previstos para serem suportados integralmente pelo Tesouro Nacional, passam a ser parcialmente financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Negociação esta, que se encontra nos preparativos finais no âmbito da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## GESTÃO DE PESSOAS

Em relação a 2009, o quadro de pessoal da Agência cresceu 17%, motivado pelo provimento de cargos efetivos oriundos da aprovação e ampliação de 50% das vagas do 2º Concurso Público e da abertura de novas oportunidades em estágios e para os menores aprendizes, passando de 2.003, em 31/12/2009, para 2.343, em 31/12/2010.

## COMPOSIÇÃO DE SERVIDORES/COLABORADORES

Situação	2008	2009	2010
Cargos Efetivos (*)	429	752	882
• Analista Administrativo	16	40	40
• Especialista em Regulação	98	156	187
• Técnico Administrativo	74	101	104
• Técnico em Regulação	241	455	551
Quadro Específico	178	171	165
Anistiado	-	13	13
Cargo Comissionado s/ vínculo	175	172	168
Requisitados	120	112	93
Contrato Temporário	-	-	-
Procuradores Federais	11	12	12
Cedido	31	35	38
Aposentado	17	22	28
Pensionista	8	10	12
Terceirizado/Convênio	429	595	700
Menor CESAM	36	36	47
Estagiários	53	73	185
Total Geral	1.487	2.003	2.343

Destaca-se abaixo, a distribuição dos servidores/colaboradores lotados em Postos sob a supervisão da Sede e por Unidade Regional:

## LOTAÇÃO – SEDE E UNIDADES REGIONAIS

Unidade de Lotação	Total de Servidores/Colaboradores	%
Sede	1.177	51%
Postos de Fiscalização	28	1%
Unidade Regional de São Paulo - URSP	286	11%
Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS	232	10%
Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ	285	12%
Unidade Regional de Minas Gerais – URMG	160	7%
Unidade Regional do Maranhão - URMA	56	2%
Unidade Regional do Ceará – URCE	83	3%
Unidade Regional da Bahia - URBA	24	1%
Total	2.331(*)	100%

\*Não considerados os pensionistas (12).

## CAPACITAÇÃO

O desenvolvimento contínuo dos servidores da ANTT é um fator estratégico para o alcance da sua missão institucional e visa o cumprimento do Plano Anual de Capacitação.

### Ações de Capacitação e Desenvolvimento Realizadas em 2010

Ações	Quantitativo de Eventos	Quantitativo de Participantes	Carga Horária	Investimento (em R\$)
Eventos Internos	22	503	410	560,00
Eventos Externos	110	1.049	3.093	432.244,00
Pós-Graduação <sup>(1)</sup>	1	2	360	5.912,07
Eventos Internacionais	8	15	208	32.527,64
Locação de Espaço Físico/Díarias e Passagens	---	----		236.226,83
Total	141	1569	4.071	707.470,54

(1) em andamento.

Destacam-se ainda as seguintes ações:

Das modalidades oferecidas destacam-se os cursos presenciais; à distância; seminários; cursos em turmas fechadas; congressos; fóruns; cursos internacionais e pós- graduação, todas realizadas com diversas instituições públicas e privadas, priorizando-se as parcerias com as Escolas de Governo.

Nomeação de 164 novos servidores. Para os Especialistas em Regulação foi realizado o Curso de Formação e para os Analistas Administrativos, Técnico em Regulação de Transportes Terrestres e Técnico Administrativo a Oficina de Formação Inicial.

Elaboração, aprovação e execução do Plano Anual de Capacitação 2010, orientado pelo Levantamento das Necessidades Individuais e acompanhado pelo Comitê Gestor de Capacitação.

## PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Foram realizadas várias ações de Qualidade de Vida, com a finalidade de promover a interação dos seus servidores, além de executar ações de prevenção e promoção à saúde.

Destacamos a seguir os projetos realizados:

## Projetos de Valorização da Qualidade de Vida no Trabalho – 2010

<b>Atividade desenvolvida</b>	<b>Detalhamento da atividade desenvolvida</b>
Palestra – Exames Médicos Periódicos	Palestra de sensibilização dos servidores para adesão ao programa de Exames Médicos Periódicos - 2010.
Realização de Exames Periódicos	Participaram dos exames 970 servidores.
Caminhada comemorativa ao Aniversário da ANTT	Ação realizada em parceria com a Associação dos servidores da ANTT.
Homenagem Dia da Mulher	Palestra realizada em Homenagem ao dia da Mulher.
Dia das mães	Homenagem digital em comemoração ao dia das mães.
Palestra - Prevenção a acidentes no trabalho e primeiros socorros	Palestra relacionada com o segurança no trabalho e prevenção a LER/DORT.
Palestra Gestão do Conhecimento	Palestra realizada com o objetivo de Difundir informações sobre o tema “Gestão do Conhecimento”, visando possibilitar a sua aplicabilidade, a utilização de suas ferramentas na produção, coleta, organização e, principalmente, compartilhamento de conhecimento dentro da Agência Nacional de Transportes Terrestres.
Semana da saúde 2010	Ação realizada na semana de 13 a 17 de setembro com diversas atividades.
Palestra Normas de Atenção à saúde do Servidor Público Federal	Palestra proferida pelo Vice Diretor da DESAP – Departamento de Saúde, Previdência e Benefício do Servidor/SRH/MPO sobre a política de atenção à saúde do servidor público federal.
Palestra – Saúde Mental no Trabalho e Qualidade de Vida	Palestra proferida com o objetivo de demonstrar aos servidores da ANTT as formas causadoras de sofrimento psíquico no ambiente de trabalho.
Palestra – Técnicas Complementares e Alternativas em Saúde	Palestra proferida pela Dra. Liane Beringhs com o objetivo de apresentar estratégias de prevenção e promoção à saúde dos servidores da ANTT.
Palestra – Qualidade de Vida e Envelhecimento	Palestra proferida pelo Profº Vicente Faleiros com o objetivo de valorizar os servidores com “melhor idade” e estimular um melhor relacionamento interpessoal entre as diferentes faixas etárias.
Semana da saúde 2010	Ação realizada na semana de 13 a 17 de setembro com diversas atividades, conforme planilha em anexo.
Comemoração Dia da Criança	Projeto realizado em parceria com a Associação dos servidores da ANTT.
Semana do servidor 2010	Projeto realizado em comemoração ao dia do servidor público federal.
2º concurso de decoração natalina	Concurso entre os andares para a promoção da integração entre os servidores

## GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

### Aquisições/Contratações

<b>Modalidade</b>	<b>Qtd. Processos Concluídos 2010</b>	<b>Valor Total de Aquisições/Contratações 2010 (R\$)</b>
Pregão Eletrônico	70	21.710.498,26
Concorrência	1	62.000,00
Convite	2	98.693,97
Registro de Preços (Adesão)	18	27.198.310,96
Dispensa de Licitação (art 24 inc. I e II)	75	152.385,27
Dispensa de Licitação (art 24 outros incisos)	7	23.937.944,24
Inexigibilidade	32	8.628.952,66
<b>Total de Aquisições/Contratações</b>	<b>205</b>	<b>81.788.785,36</b>

Fonte: SUDEG/GELIC - Posição até 31/12/10

## Contratos e Convênios

	Qtd. Processos Concluídos 2010	Valor Total 2010 (R\$)
Contratos Celebrados	117	95.165.220,00
Convênios Administrativos Celebrados	1	581.464,80
Contratos Vigentes (exceto contratos de locação de imóveis)*	169	123.396.711,61
Convênios Administrativos Vigentes	2	581.464,80
Termos Aditivos aos Contratos	128	59.456.161,45
Apostilamentos aos Contratos/Convênios Administrativo	6	123.559,95
Contratos de Locação de Imóvel - Sede e Unidades Regionais - Valor Total mensal dos aluguéis em 31/12	14	679.656,49

Fonte: SUDEG/GELIC - Posição até 31/12/10

\* Valor de 2010 Inclui o montante de R\$14.045.604,84 referente ao valor global do Contrato nº 001/2010 de aluguel do novo prédio da sede da ANTT (valor mensal de R\$1.170.467,07), que será pago a partir da entrega do edifício. Totais de 2009 e 2010 não consideram os valores globais dos contratos de aluguel da Sede e Unidades Regionais.

De acordo com o quadro, pode-se inferir que a ANTT tem priorizado a realização de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, obedecendo ao que determina a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, tendo sido concluídos 71 processos em 2010.

As principais aquisições/contratações realizadas no exercício de 2010 voltaram-se à adaptação de imóveis para padronização/installação de novas Salas de Fiscalização e Atendimento da ANTT em todo Território Nacional, ao fornecimento de equipamentos e mobiliários para o novo prédio da Sede da Agência em Brasília/DF, bem como aquisições voltadas à melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação tais como computadores, servidores de rede e recursos tecnológicos de hardware com softwares para armazenamento de dados.

Em continuidade às ações voltadas para o Planejamento Estratégico desta Agência foi efetuada a contratação de empresa para oferecer suporte à implantação e operação assistida da Unidade de Apoio à Gestão de Programas da ANTT.

Visando dotar a ANTT de serviços mais adequados às suas atividades operacionais, foram contratadas empresas para a prestação de serviços gráficos e para a realização de eventos incluindo a tradução e revisão de textos.

Destacam-se ainda as contratações de suporte às demandas solicitadas pelas superintendências de processos organizacionais finalísticas da ANTT, como o desenvolvimento de metodologia para estimativa dos investimentos e custos associados aos serviços regulares de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e a realização de pesquisa voltada à quantificação da oferta e da demanda, relacionados ao transporte coletivo regular rodoviário interestadual de passageiros de curta distância.

Todas as contratações/aquisições formalizadas visaram à obtenção de menores valores de mercado, a agilidade no atendimento às demandas e a redução de custos processuais com observância da legislação vigente.

## GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Visando direcionar as ações de Tecnologia da Informação, em 2010 foi aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, que prevê a implementação de 48 ações

estratégicas até 2012. Até o final de 2010, 25 ações estratégicas haviam sido concluídas, 10 estavam em andamento e 13 não haviam sido iniciadas.

No segmento de infraestrutura de rede, foram adquiridas diversas ferramentas de Gerência e de Segurança de Rede, implantado o filtro de conteúdo, e foi ampliada a capacidade de comunicação, com a duplicação de quase todos os links da Agência, e a distribuição de 250 Modems 3G.

A modernização do parque computacional foi realizada por meio da aquisição de solução STORAGE, Suítes de Borda, Biblioteca de Backup e novos servidores de processamento de dados, além da contratação da expansão da Sala Cofre. Foram instalados 750 novos desktops e 120 Notebooks e foram contratados serviços de impressão para toda a Agência.

No aspecto de Segurança da Informação, destaca-se a elaboração de Norma de Uso de Recursos de Tecnologia da Informação - TI, com o objetivo de divulgar políticas de segurança, procedimentos e regras de acesso e uso de recursos de TI.

Para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informática, foi contratada uma empresa que realizou a manutenção corretiva e evolutiva de aproximadamente 50 sistemas legados e implementou 24 novos Projetos, com destaque para o desenvolvimento do Portal Internet da ANTT. Ainda em 2010, foi aprovado o Processo de Desenvolvimento de Software da ANTT – PDS, desenvolvido com base no RUP (Rational Unified Process).

## GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Durante o ano de 2010, deu-se prosseguimento às ações estipuladas no Projeto de Aparelhamento Operacional da ANTT, cuja abrangência envolve a reestruturação dos Postos de Fiscalização e Atendimento - PFA's; Postos de Fiscalização Rodoviária - PFR's; Plano de Aquisição 2009/2010 e a estruturação de uma nova Sede.

Dentro desse foco, foram entregues mobiliários para todos os Postos de Fiscalização/Atendimento e Sedes das Unidades Regionais da Agência nos Estados do Maranhão, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de mobiliários para a Sala de Treinamento da Sede.

Também foram entregues 89 veículos adquiridos em conformidade com o PAAV de 2009, reestruturado o layout de todas as unidades organizacionais da Sede, implementado o sistema de Vídeo Conferência na Sede e Unidades Regionais - UR's e disponibilizado o sistema de telefonia VoIP na Agência interligando a Sede às demais unidades.

Foram adquiridos equipamentos como Data Show, Desktop, Notebook, Câmeras Fotográficas, Aparelhos de Fax para Sede e UR's, Centrais Telefônica para a Unidade Regional da Bahia e Projetores de Multimídia para o Auditório, Plenária e Sala de Reunião da Diretoria da Sede da Agência.

Por fim, foram adquiridos mobiliários para compor os gabinetes da Diretoria e demais mobiliários para a estruturação da nova Sede.

# **RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**



Assessoria de Comunicação Social – ASCOM tem suas atividades focadas em três segmentos: Imprensa, Relações Públicas e Atividades Institucionais.

As ações de comunicação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT são planejadas com base em levantamento de necessidades nas áreas técnicas e são voltadas para a construção e manutenção da imagem da ANTT. A atuação desses três setores em 2010 traduziu-se nas seguintes ações:

## **REALIZAÇÕES EM 2010**

### **IMPRENSA**

Durante o ano a Assessoria de Imprensa prestou 2.005 atendimentos à imprensa, dos quais 135 direcionados ao Diretor-Geral. Intermediou 157 entrevistas, sendo 150 individuais e 7 coletivas. Essas ações culminaram na veiculação de 1.294 notícias sobre a ANTT, 596 das quais provocadas. As principais demandas recebidas e/ou produzidas pela Ascom no ano de 2010 foram referentes aos temas:

- Ações de fiscalização**
- Pedágio - tarifas e praças;**
- Trem de Alta Velocidade;**
- Diretoria**

### **ATENDIMENTO À IMPRENSA EM 2010**

<b>Geral</b>	<b>2005</b>
Direcionados à Diretoria	135
Releases	29
Entrevistas individuais	150
Entrevistas Coletivas	7

O trabalho de divulgação ao longo de 2010 foi feito com produção e distribuição de releases, acompanhamento de entrevistas e atendimento à imprensa. Durante o ano a Assessoria de Imprensa manteve constante interação com as assessorias de imprensa do setor, do governo e com a mídia em geral trabalhando pró -ativamente na geração de notícias e informações, o que resultou na elaboração de 665 clippings ao longo do ano, com duas edições diárias.

A Assessoria de Imprensa divulgou 76 notícias na página da ANTT na Internet. E na Intranet, produziu/divulgou 8 edições do jornal interno.

## NÚMERO DE NOTÍCIAS POR PASTA DE ASSUNTOS 2010

Concessões de Rodovias	
Pedágio	155
Novas Concessões	24
Concessões Ferroviárias	
Fiscalização	58
Novas Concessões	85
Transporte de Cargas	64
Transporte de Passageiros	
Licitação de Concessões	56
Fiscalização	24
Tarifas	91
Acidentes de Ônibus	-
Trem de Alta Velocidade - TAV	580
ANTT	
Diretoria	113
Administrativo	13
Geral	9
Total	1294

TIPOS DE CITAÇÕES - 2010	NÚMERO DE CITAÇÕES PUBLICADAS X ABORDAGEM		
	POSITIVA	NEUTRA	NEGATIVA
Concessões de Rodovias			
Pedágio		155	
Novas Concessões		24	
Concessões Ferroviárias			
Fiscalização		58	
Novas Concessões	2	83	
Transporte de Cargas		64	
Transporte de Passageiros			
Licitação de Concessões		56	
Fiscalização	2	22	1
Tarifas	5	86	
Acidentes de Ônibus			
Trem de Alta Velocidade - TAV	43	537	21
ANTT			
Diretoria		113	
Administrativo		13	
Geral		9	
Total Geral	52	1220	22

## NOTÍCIAS PROVOCADAS PELA ANTT - 2010

Concessões de Rodovias	
Pedágio	25
Novas Concessões	42
Concessões Ferroviárias	
Fiscalização	16
Novas Concessões	14
Transporte de Cargas	12
Transporte de Passageiros	
Lição de Concessões	28
Fiscalização	6
Tarifas	50
Trem de Alta Velocidade - TAV	
ANTT	344
Diretoria	59
Administrativo	-
Geral	-
Total	596

## RELAÇÕES PÚBLICAS

A ASCOM organizou e coordenou em 2010 os eventos da ANTT e participou da organização de outros, em parceria com órgãos do Governo e da iniciativa privada.

EVENTO	QUANTIDADE
Reuniões Internacionais (Mercosul, Bilaterais e Tripartite)	7 (*)
Audiências Públicas	16 (**)
Consultas Públicas	3
Congressos/Feiras/Exposições	1
Eventos Internos (Auditório)	83
Eventos Externos	54

(\*) Coordenação Geral da XI Reunião do Mercosul, realizada no período de 17 a 29 de outubro de 2010, em João Pessoa/PB.

(\*\*) Audiência Pública nº 103/2009 - TAV Brasil – nas cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Brasília, São José dos Campos, Barra Mansa, Aparecida do Norte.

Audiência Públicas 107 e 108/2010 – realizada em Brasília e Vitória

## AUDITÓRIO

Cabe também à ASCOM o gerenciamento da agenda de eventos no auditório da agência. Durante o ano, em dias úteis, a taxa de ocupação foi de 87%.

## ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Neste segmento encontram-se as ações de **Comunicação Interna** e de **Publicidade** que se classificam em:

### **Publicidade Institucional**

Tem por objetivo divulgar informações sobre atos, obras e programas dos integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, suas metas e resultados.

### **Publicidade Legal**

Aquela que se realiza em obediência à prescrição de leis, decretos, portarias, instruções, estatutos, regimentos ou regulamento internos dos integrantes do SICOM. É realizada por meio de contrato com a Empresa Brasil de Comunicação- EBC.

### **Publicidade de Utilidade Pública**

Tem por objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Essas ações são previstas e executadas em conformidade com o Plano Anual de Comunicação - PAC e informadas à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 1, de 27 de abril de 1993.

## **REALIZAÇÕES EM 2010**

### **Publicidade Institucional**

A realização das ações abaixo se deu da seguinte forma:

#### **- Ações Promocionais Próprias**

Utilizadas para divulgar atos, ações, programas, serviços, campanhas, metas e resultados da instituição e voltadas para valorizar e fortalecer a imagem e estimular a participação da sociedade nos assuntos afetos à área de atuação da Agência.

#### **- Relatório Anual 2009**

#### **- Relatório Avaliação Financeira – REAFI**

#### **- Revista ANTT**

#### **- Portfólio Revista ANTT**

### **Produção Gráfica**

Foram produzidos 23 tipos de produtos voltados para divulgação de eventos internos e ações de utilidade pública - cartaz, folder, cartilha, livretos, panfletos e outros impressos.

### **Ações de Patrocínio**

XXIV ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes.

## Ações de Comunicação Interna

- Em 2010 foi aprovado e implantado o Plano de Comunicação Interna da ANTT. Como parte da sensibilização dos servidores foi promovido o Seminário de Comunicação Interna na Sede e nas Unidades Regionais.
- Divulgação de 257 Comunicados
- Divulgados 35 Boletins e Informes na Intranet

## Publicidade Legal

Foram divulgadas 38 matérias legais, sendo:

### Jornais de grande circulação

- 13 Avisos de Audiência Pública
- 3 Avisos de Consulta Pública
- 13 Avisos Licitação
- 1 Comunicado Relevante
- 9 Manifestações de Interesse

### Veiculadas em Rádio (emissoras regionais e nacionais)

10 Avisos – Recadastramento do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Carga

## Utilidade Pública

As ações de Utilidade Pública destinam-se a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar o cidadão sobre seus direitos e deveres. Em 2010 foi realizada divulgação mensal, por meio do rádio, de boletins informativos sobre o recadastramento do RNTRC, informando sobre o vencimento do registro e chamada para renovação.

## Produção e Impressão

TIPO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	QUANTIDADE
Folder	RNTRC - “Recadastramento”	300 mil

## Atividades Administrativas

A ASCOM tem sob sua gerência cinco contratos: serviço de publicidade legal, serviço de clipping, serviço de agência de notícia, serviço de apoio a eventos, serviço gráficos.

## Relacionamento com o Público Externo

Por meio da Ouvidoria, foram respondidas, durante o ano 98 manifestações de usuários por meio da Ouvidoria.

## **AÇÕES PARLAMENTARES**

No decorrer do exercício de 2010, a ANTT, por meio da Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar – ASPAR – deu continuidade ao cumprimento de suas principais missões básicas:

Assessoria Política e Assessoria Legislativa, interagindo tempestivamente com os parlamentares não só na defesa dos interesses do setor de transportes terrestres, assim como, na análise dos inúmeros projetos de lei e pleitos encaminhados à Agência, desempenhando as seguintes tarefas:

- Organização de 18 (dezoito) Audiências Internas com parlamentares;
- Acompanhamento de 5 (cinco) Audiências Públicas no Congresso Nacional;
- Interação com as Superintendências na análise de 190 (cento e noventa) Pleitos de parlamentares;
- Interação com as Superintendências e Procuradoria-Geral na análise de 44 (quarenta e quatro) Projetos de Lei da Câmara dos Deputados;
- Interação com as Superintendências e Procuradoria-Geral na análise de 8 (oito) Projetos de Lei do Senado Federal;
- Interação com as Superintendências na análise de 7 (sete) Requerimentos de Informação.

Para o cumprimento de sua missão regimental, a ANTT vem se relacionando internamente com o corpo gerencial da Agência e seus servidores e, externamente, com o Ministério dos Transportes, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas, Câmara Municipais, Prefeitura, e entidades ligadas ao setor de transportes terrestres.

## OUVIDORIA

As atribuições da Ouvidoria estão definidas na Lei nº 10.233/2001 e na Resolução ANTT nº 3000/2009, que aprova o Regimento Interno e a Estrutura Organizacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. De acordo com os artigos 63 e 64 da referida Lei, o Ouvidor será nomeado pelo Presidente da República, para mandato de três anos, admitida uma recondução. São suas atribuições receber pedidos de informações, esclarecimentos e reclamações afetos à ANTT, e responder diretamente aos interessados; além de produzir semestralmente, ou quando a Diretoria da Agência julgar oportuno, relatório circunstanciado de suas atividades.

A Ouvidoria tem como principal objetivo ser um canal célere e eficiente de comunicação para os cidadãos visando à melhoria contínua dos processos, programas e políticas da ANTT. Assim, além das competências legais e regimentais, temos o firme propósito de atuar como instrumento de gestão: as informações registradas pela Ouvidoria devem ser relevantes insumos para o processo decisório dos diversos setores da Agência.

Independentemente do canal escolhido pelo cidadão, a manifestação é registrada, analisada e respondida. A Ouvidoria da ANTT disponibiliza à sociedade os seguintes meios de contato:

- **Telefone 0800 610 300**

A central de atendimento funciona ininterruptamente, de segunda-feira a domingo, 24 horas por dia (inclusive feriados). Desde janeiro de 2010, nossa central também recebe chamadas originadas de telefones móveis. As chamadas são gratuitas para o cidadão.

- **E-mail**

Os interessados podem enviar manifestações para o e-mail [ouvidoria@antt.gov.br](mailto:ouvidoria@antt.gov.br).

- **Formulário eletrônico “Fale Conosco”**

Ao utilizar o formulário eletrônico, o cidadão tem a possibilidade de enviar suas manifestações por escrito, via internet à Ouvidoria da ANTT.

- **Atendimento online**

Esse canal de atendimento, também conhecido como chat, está disponível no site da ANTT desde setembro de 2009. O objetivo é proporcionar à sociedade uma ferramenta inovadora e ágil para a comunicação com a Agência por meio de textos que são lidos e respondidos em tempo real pelos atendentes. A principal vantagem para a ANTT é o atendimento às demandas das pessoas com deficiência auditiva e/ou da fala e, também, a possibilidade de estabelecer com os cidadãos-usuários mais um canal moderno e de alta tecnologia.

- **Atendimento presencial**

Após uma reestruturação de layout da Ouvidoria, o novo espaço privativo foi criado em 2009 para a realização de atendimentos presenciais com toda infraestrutura necessária. A Sala do

Cidadão funciona no Edifício-Sede da ANTT de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

**• Correspondência**

A Ouvidoria da ANTT recebe manifestações por meio de cartas endereçadas à sede da ANTT, localizada no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco C, 1º andar, Brasília/DF - CEP 70.040-020.

**• Fax**

Os interessados podem enviar suas manifestações para o fax (61) 3410-1402.

No processo de Gestão Estratégica, a participação da Ouvidoria está pontuada em diversos projetos estruturantes, representando o olhar do cidadão-usuário nas decisões e ações que visam aos objetivos estratégicos. No âmbito desse trabalho, em 2010 a Ouvidoria teve foco na diversificação dos canais disponibilizados aos cidadãos e na otimização do tratamento das demandas recebidas.

Portanto, em 2010, a Ouvidoria teve como principais objetivos:

Receber chamadas originadas de telefones móveis pela central de atendimento:

Considerando os diferentes perfis dos usuários dos serviços de transportes terrestres, a disponibilização de diversificados meios de contato deve atender às especificidades da sociedade brasileira (como grau de instrução e localização territorial) e necessidades distintas dos cidadãos. O telefone 0800 610 300 é o canal mais utilizado (mais de 90% dos contatos), pois é gratuito para o cidadão e deve permitir que ele entre em contato conosco inclusive por meio de telefones móveis.

No dia 31 de janeiro de 2010 o telefone 0800-610300 passou a receber chamadas originadas de telefones móveis. Essa novidade atendeu aos anseios dos cidadãos-usuários que podem registrar suas manifestações na Ouvidoria com maior comodidade, por exemplo, nos terminais rodoviários e ferroviários, de dentro dos ônibus e trens, ou, ainda, nas rodovias federais concedidas, viabilizando ações da Agência em tempo real, no momento da ocorrência da prestação dos serviços.

Aprimorar os processos e procedimentos da Ouvidoria:

A Ouvidoria da ANTT desempenha um papel de intermediadora de interesses, buscando promover a interligação entre toda sociedade e os setores finalísticos da Agência. Nossos atendentes são treinados para responder diretamente a maioria dos questionamentos e dúvidas que nos chegam e, atualmente, mais de 90% das manifestações são encerradas na Ouvidoria.

As solicitações que dependem de análise, resposta ou atuação técnica são encaminhadas aos setores competentes para providências e posterior resposta ao interessado.

Portanto, um de nossos desafios em 2010 foi estimular maior celeridade e eficiência no registro, análise e tratamento das manifestações, em especial aquelas que dependeram de análise ou atuação das áreas técnicas. A otimização de processos internos da Ouvidoria visou contribuir para a desburocratização de procedimentos, incorporação de novos conhecimentos, redução de custos e facilitação do processo decisório dos gestores.

Cumpre destacar que, por meio do Acórdão nº 2.799/2010-TCU-Plenário (relativo ao TC nº 033.386/2008-1, que trata de auditoria nos setores administrativos das agências reguladoras que prestam serviço de atendimento por telefone) o Tribunal de Contas da União considerou efetivos os serviços prestados pela ANTT em sua central de atendimento. Por meio desse Acórdão, o TCU recomendou à Agência a adoção de medidas necessárias para o atendimento do prazo de resolução de demandas em conformidade com o Decreto nº 6523/2008. Tal recomendação veio corroborar o entendimento da Ouvidoria sobre a necessidade de criar e manter mecanismos para promover mais celeridade no trato e resposta dos registros dos cidadãos. Com vistas ao cumprimento dessa recomendação, sugerimos à Diretoria da ANTT o envio de instrução formal a todos os colaboradores da Agência, divulgando o prazo para resolução de manifestações estabelecido no Decreto nº 6523/2008.

Outro desafio em 2010 foi o aprimoramento contínuo da Ouvidoria como instrumento de gestão, subsidiando o processo decisório dos gestores da ANTT com informações úteis e cada vez mais precisas sobre a percepção e opinião de vários agentes do setor de transportes terrestres (usuários, empresas reguladas, entidades de classe, comunidades, etc).

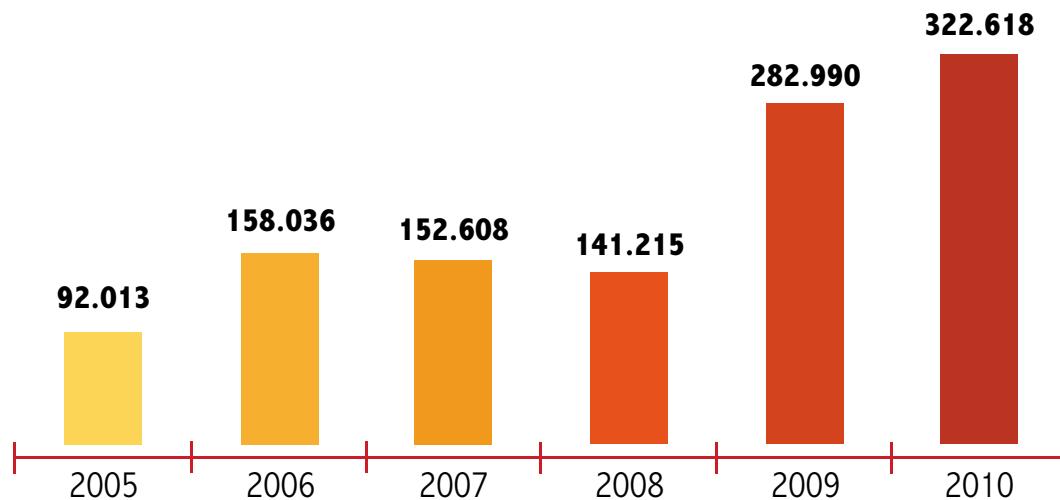
No ano de 2011, a Ouvidoria está trabalhando para implementar as seguintes ações:

- Atendimento telefônico gratuito aos deficientes auditivos e/ou da fala: também em cumprimento à recomendação do TCU contida no Acórdão nº 2.799/2010-TCU-Plenário, esta Ouvidoria está providenciando a implantação de serviço de atendimento telefônico gratuito específico para as pessoas com deficiência auditiva e/ou da fala.
- Substituição do número de telefone 0800 610 300 por um tridígito ou quadridígito de fácil memorização para os cidadãos;
- Implantação do Projeto Fiscalização em Tempo Real: trata-se do plano de integração entre a Ouvidoria e a Superintendência de Fiscalização, prevendo a implementação de pronto atendimento ao cidadão, contemplando ações fiscalizatórias em tempo real, à ocasião da ocorrência de reclamações pelo usuário.

## RESULTADOS ESTATÍSTICOS DA OUVIDORIA EM 2010

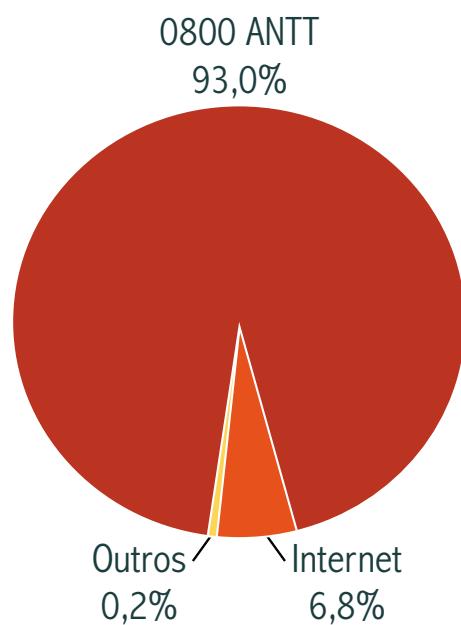
No ano de 2010 a Ouvidoria acolheu cerca de 300.000 manifestações, evidenciando um crescimento de, aproximadamente, 14% no volume total de registros em relação ao ano anterior. Atribuímos esse incremento à melhoria dos processos internos e ao início do recebimento de chamadas originadas de telefones móveis. Mais de 1,3 milhão de atendimentos foram realizados desde a criação da Ouvidoria em 2002.

### MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELA OUVIDORIA



**MEIO DE COMUNICAÇÃO UTILIZADO PELO CIDADÃO-USUÁRIO**

<b>Meio de Comunicação</b>	<b>2010</b>
0800 ANTT	300.146
Internet	Fale Conosco
	E-mail
	Atendimento Online
Carta	126
Formulário Postal	214
Atendimento Presencial	268
Telefone	1
Fax	12
Total	322.618



**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS MANIFESTAÇÕES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO**

Obs.: para o cálculo desses percentuais foram desconsiderados os registros de origem internacional e aqueles em que os cidadãos-usuários não informaram a UF.

**DISTRIBUIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES POR TIPO**

Tipo de manifestação	Total					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Pedido de Informação	80.666	144.252	140.234	127.098	257.747	237.629
Outras solicitações	-	-	-	-	-	60.768
Reclamação	10.212	11.695	10.781	12.381	22.308	22.507
Sugestão	233	1.307	761	1.211	2.248	1.219
Elogio	902	782	832	525	687	445
Denúncia	-	-	-	-	-	50
Total	92.013	158.036	152.608	141.215	282.990	322.618

Até o ano de 2009, a Ouvidoria não utilizava as classificações “denúncia” e “outras solicitações” para as manifestações.

## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Centro de Documentação – CEDOC/GAB da ANTT tem a finalidade de planejar e executar a administração do arquivo geral, os arquivos setoriais, a entrada e expedição de documentos, o acervo bibliográfico, bem como propor a padronização de procedimentos de guarda e manutenção dos documentos no âmbito da ANTT.

O CEDOC/GAB registrou, ao longo de 2010, um fluxo documental de aproximadamente 160.000, entre documentos protocolados, correspondências recebidas e enviadas, processos autuados e processos externos cadastrados, além de expedição e recebimento de malotes.

No que se refere a acervo documental sob a guarda do CEDOC/GAB, há cerca de 2100 metros lineares, divididos em duas Áreas Restritas, sendo uma na Sede desta Agência e outra no nosso Edifício do Setor de Indústrias Gráficas - SIG.

O acervo bibliográfico disponível na Biblioteca da ANTT é de aproximadamente 1600 unidades entre publicações e periódicos.

# ÉTICA E CONTROLE



## CORREGEDORIA

A CORREGEDORIA tem como atribuição a fiscalização das atividades funcionais da ANTT, a apreciação das representações que lhe forem encaminhadas relativas à atuação dos servidores, e a realização de correições nas unidades internas da Agência.

Para exercer suas atribuições a Corregedoria conta com duas formas distintas de ação: a preventiva e a corretiva, valendo-se dentre seus instrumentos de intervenção corretiva, do processo de investigação preliminar, dos processos de sindicância investigativa e punitiva, e do processo administrativo disciplinar. Os trabalhos de prevenção são realizados por meio de palestras e correições ordinárias.

No ano de 2010, com a contratação de novos servidores, a Corregedoria participou da palestra de ambientação, realizada no mês de abril, na Sede da ANTT, com a finalidade de apresentar os trabalhos por ela realizados, contando com a presença de 112 (cento e doze) servidores.

Como parte dos trabalhos de prevenção, a Corregedoria realizou em 2010, Correções Ordinárias nas Unidades Regionais de São Paulo, Maranhão e Ceará, oportunidade em que foram entrevistados servidores, tendo como foco principal orientação quanto à observância das normas internas; postura quando do atendimento ao público; bem como, o comportamento perante concessionárias, permissionárias, autorizatórias e representantes destas.

Quanto aos trabalhos corretivos desenvolvidos no mesmo ano, foram instaurados dez processos administrativos disciplinares e nove investigações preliminares, tendo sido concluídos no mesmo exercício, três processos administrativos disciplinares.

A Corregedoria também atuou em resposta a um total de 72 (setenta e duas) mensagens da Ouvidoria referentes a reclamações quanto à atuação de servidores da ANTT, no desempenho das suas atividades, em suas Unidades Regionais. As referidas demandas distribuíram-se, regionalmente, na seguinte forma:

### RECLAMAÇÕES ENCAMINHADAS PELA OUVIDORIA EM 2010

REGIÃO	QTDE DE RECLAMAÇÕES
NORTE	2
NORDESTE	12
CENTRO-OESTE	10
SUDESTE	40
SUL	8
TOTAL	72

## AUDITORIA INTERNA

Em 2010, a ANTT, por meio da AUDITORIA INTERNA (AUDIT) programou e realizou 17 trabalhos de auditoria, abrangendo todas as Superintendências e Unidades Regionais, além de Postos de Fiscalização e Atendimento, sendo os respectivos Relatórios elaborados e enviados à Diretoria da ANTT e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, e suas recomendações, objeto de acompanhamento e monitoramento pela AUDIT.

No tocante à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, as recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria são acompanhadas pela AUDIT até o seu completo atendimento. Foram realizadas pela SFC/CGU Auditorias de Acompanhamento da Gestão da Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária (SUINF) e da Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas (SUCAR), além de Auditoria de Recursos Externos, Auditoria do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2010 e Auditoria Anual de Contas.

No atendimento às disposições das Instruções Normativas nº. 27/1998 e 46/2004, a ANTT encaminhou ao Tribunal de Contas da União as informações e documentos referentes aos atos de permissões e concessões.

Durante o ano de 2010, o TCU comunicou à ANTT 37 Acórdãos adotados por aquele Tribunal em processos relacionados às atividades da Agência bem como encaminhou 21 ofícios de Diligências requerendo informações e/ou documentos, os quais foram atendidos tempestivamente. Realizou, também, inspeções com a finalidade de instruir os processos relativos às Prestações de Contas de 2007 e 2008.

### QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS PROFERIDOS E DILIGÊNCIAS RECEBIDAS



**RELATÓRIO ANUAL ANTT 2010**

**COORDENAÇÃO, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO**  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

**IMPRESSÃO**  
SUPERNOVA SOLUÇÕES GRÁFICAS E EDITORA LTDA



*Agência Nacional de  
Transportes Terrestres*

SBN Quadra 2 :: Bloco C  
Brasília-DF :: 70.040-020  
Fone: 0800 610.300  
[www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)